

Revista /

MÚLTIPLA

NÚMERO 6 – ANO IV – 1999

EDITORA

Mercedes G. Kothe

CONSELHO EDITORIAL

Arthur Meskell

Arlei José Machado de Freitas

João Alfredo Leite Miranda

José Flávio Sombra Saraiva

Alcides Costa Vaz

Manoel Moacir C. Macêdo

 **FUPIS**

Faculdades Integradas

Diretor-Presidente

Diretor Administrativo

Diretor Financeiro

Diretor de Relações Públicas

Diretor das Faculdades Integradas

Vicente Nogueira Filho

Ruy Montenegro

José Rodolpho Montenegro Assençõ

Ivonel Krebs Montenegro

José Ronaldo Montalvão Monte Santo

A **Revista Múltipla** é uma publicação semestral das Faculdades Integradas da União Pioneira de Integração Social – UPIS.

SEP/Sul – EQ. 712/912 – Conj. A
CEP 70.390-125 – Brasília – DF

As informações e opiniões expressas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade dos respectivos autores.

Revista Múltipla – vol. 4 – nº 6, Julho de 1999.

ISSN 1414-6304

Brasília, DF, Brasil

Publicação semestral

164 p.

1- Ciências Sociais – Periódico

União Pioneira de Integração Social – UPIS

CDU

301(05)

Internet: <http://www.upis.br>

Revisão de Originais

Antonio Carlos Simões

Capa, Diagramação e Editoração Eletrônica

Samuel Tabosa de Castro

Impressão

Linha Gráfica e Editora Ltda.

SUMÁRIO

- 5** **Apresentação**
- ENSAIOS*
- 9** **A sopa quente: breve histórico das teorias sobre a origem da vida e a vida extraterrestre (1920-1959)**
Eduardo Dorneles Barcelos
- 21** **De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)**
Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
- 41** **Cotidiano, memória e oralidade: modos de ver uma cidade**
Francisco José Lyra Silva
- 55** **Produção do espaço e evolução urbana na área central de Uberlândia, Minas Gerais**
Fernando Luiz Araújo Sobrinho e Beatriz Ribeiro Soares
- 79** **Crônica da Casa Assassinada: uma sobrevivência de coisas idas**
Marta Cavalcante de Barros
- OPINIÃO*
- 99** **Para onde caminha o Mercosul?**
Janina Onuki
- 111** **Economia Doméstica e as discussões sobre gênero**
Célia Chaves Gurgel do Amaral
- 117** **A natureza do processo de negociação**
José Luiz Niederauer-Pantoja
- INFORMAÇÃO*
- 129** **Interação dos aquíferos fissurais com o Lago Paranoá**
Luís Cláudio Lucas da Silva
- 159** **Metodologia de planejamento do desenvolvimento sustentável (resenha)**
Derival Reis de Almeida e Manoel Moacir Costa Macêdo
- 162** **Normas para colaboradores**

SUMMARY

5 Foreword

ESSAYS

9 A brief history of theories on the origin of life and extraterrestrial life (1920-1959)

Eduardo Barcelos Dorneles

21 From alliance to rivalry: the failure of Brazil-Argentina first cooperation (1865-1876)

Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

41 Daily life, memory and oral history: ways for knowing a city

Francisco José Lyra da Silva

55 Space production and urban evolution in Uberlandia downtown area

Fernando Luis Araújo Sobrinho

79 *Chronicle of the murdered house: a survival of gone memories*

Marta Cavalcante de Barros

OPINION

99 What is Mercosur's fate?

Janina Onuki

111 Home economics and the debate on gender

Célia Chaves Gurgel do Amaral

117 The nature of negotiation

José Luiz Niederauer-Pantoja

INFORMATION

129 The interaction of lower aquifers with the Paranoa Lake

Luiz Cláudio Lucas da Silva

159 Planning methodology for sustainable development (book review)

Derival Reis de Almeida e Manoel Moacir Costa Macêdo

162 Norms for contributors

APRESENTAÇÃO

A **Revista Múltipla**, neste número, publica resultados de pesquisas, comunicações e opiniões, enfocando um conjunto diversificado de assuntos, cuja atualidade e relevância acadêmica haverá, sem nenhuma dúvida, de despertar o interesse do leitor. Uma vez mais, orgulhamo-nos de contar com a colaboração de professores e pesquisadores de renomadas instituições de ensino superior, o que confirma a ampla aceitação da **Revista Múltipla** no meio acadêmico.

Os trinta anos da chegada do homem à Lua vêm reacendendo o debate sobre os benefícios e perspectivas da conquista espacial assim como a origem da vida e do universo. Nesse sentido, torna-se oportuna a leitura do texto em que Eduardo Barcelos, Coordenador Executivo da Agência Espacial Brasileira, aponta para a produção científica relacionada às teorias da origem da vida.

O processo de integração no âmbito do Mercosul é focado em dois trabalhos com perspectivas distintas, porém complementares: Francisco Fernando Monteoliva Doratioto analisa o fracasso do primeiro intento de cooperação entre Brasil e Argentina, entre os anos 1865 e 1876, em um enquadramento histórico importante para a compreensão das dificuldades e crises enfrentadas por ambos os países em nível bilateral; Janina Onuki, por sua vez, analisa a atual crise e as perspectivas do Mercosul, em face dos desdobramentos da desvalorização do Real e das dificuldades que enfrentam as economias brasileira e argentina, em particular.

A vida urbana, em seus aspectos estruturais, espaciais e sociológicos, é abordada nos trabalhos de Francisco José Lyra e Silva, que discute as linhas de interseção entre o cotidiano, memória e oralidade, e de Fernando Luiz Araújo Sobrinho e Beatriz Ribeiro Soares, que analisam os impactos de transformações espaciais na malha urbana, tomando por referência a cidade de Uberlândia.

A questão da disponibilidade de recursos hídricos, de suma importância em termos gerais, particularizando o Distrito Federal, é tratada no relevante estudo de Luiz Cláudio Lucas da Silva tomando como base as relações entre aquíferos fissurais e as águas do Lago Paranoá.

A importância dos estudos sobre o gênero no contexto da Economia Doméstica, é tema do artigo de Célia Chaves Gurgel do Amaral. José Luiz Niederauer Pantoja trata de aspectos conceituais e teóricos da negociação.

Finalmente, Maria Cavalcante de Barros analisa a obra “Crônica da Casa Assassina”, de Lúcio Cardoso, colocando em evidência o tempo e o espaço como elementos fundamentais do estudo literário em sentido geral.

Na seção Informação, “Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável” de Sérgio C. Buarque é resenhada por Derival Reis de Almeida e Manoel Moacir da Costa Macêdo.

Esperamos que o presente número da **Revista Múltipla** corresponda às expectativas e interesses de seus leitores.

A Editora.

ENSAIOS

Eduardo Dorneles Barcelos

Doutor em História Social pela USP, Coordenador Executivo do Gabinete da Presidência da Agência Espacial Brasileira (AEB) e professor da União Pioneira de Integração Social (UPIS).

A sopa quente: breve histórico das teorias sobre a origem da vida e a vida extraterrestre (1920-1959)¹

Introdução

O objetivo deste artigo é delinear uma análise histórica da produção científica relacionada às teorias de origem da vida e a sua vinculação com os estudos científicos de vida e inteligência extraterrestres no período situado entre as décadas de 20 e 50.

A tarefa é demonstrar que tais estudos disputaram a atenção científica, variável nessa fase, embora sem configuração de disciplina específica. Para tanto, examinou-se o aporte de diversos campos científicos na constituição das concepções exobiológicas e biogenéticas.

A análise dessa produção, basicamente de astrônomos e biólogos, busca perceber as conexões com as avaliações das possibilidades de surgimento da vida e de vida e inteligência extraterrestres, bem como as mudanças ocorridas em tais atividades, no período focalizado.

A delimitação histórica da monumental obra de Michael Crowe, *The Extraterrestrial Life Debate – 1750-1900*, fixada em 1917, fornece o parâmetro cronológico inicial desta pesquisa. A razão disso encontra-se relacionada à morte, em 1916, de Percival Lowell, o principal paladino da tese da existência de uma supercivilização em Marte (Crowe, 1986: xiii). Após tal acontecimento, os debates sobre os canais marcianos perderam a intensidade e a popularidade, acabando por dispersar a polêmica mantida em algumas décadas (Dickinson, 1988: 228).

Na outra extremidade da demarcação, encontramos nossa própria dissertação de mestrado (Barcelos, 1991a), cuja pesquisa centrou-se na análise da produção exobiológica entre 1959 e 1990.

A exobiologia pode ser entendida como o estudo das possibilidades de vida extraterrestre (solar ou extra-solar, inteligente ou não). Outras designações podem ser encontradas na literatura, tais como xenobiologia, xenologia, bioastronomia, cosmobiologia e astrobiologia, e derivações como astrobotânica, exosociologia e exopaleontologia.

Para melhor compreender os debates e as pesquisas que vêm acontecendo nessa área, sugerimos dividir os cientistas em dois grandes grupos: os “singularistas” e os “pluralistas” (Barcelos, 1991b:82).

Com o termo “singularistas”, indicamos os cientistas que advogam a singularidade humana no universo próximo, ou seja, que representamos a única manifestação de vida inteligente tecnológica atualmente existente na nossa Galáxia.

Os “pluralistas”, ao contrário, defendem a multiplicidade de mundos habitados por seres inteligentes. Conseqüentemente, seriam inúmeras as sociedades técnicas comunicativas, evoluídas em planetas pertencentes a estrelas do tipo solar. Detentoras de radiotecnologia, tais ETIs (Extraterrestrial Intelligence) enviariam continuamente ao espaço mensagens codificadas, em busca de contato com outras civilizações.

Retomando a conclusão de trabalho anterior (Barcelos, 1993), não se pode negar que a exobiologia já ingressou na arena científica, apesar de sua extremamente discutível situação como disciplina plenamente justificável (cf. também Ferris, 1993:18). Mas é justamente sobre tal ponto que se localiza o maior interesse desta pesquisa, ao tentar compreender os mecanismos que conduziram os trabalhos sobre a habitabilidade de outros mundos, na primeira metade do século XX.

Embora a exobiologia, naquela fase (e até hoje), não tenha demonstrado a existência de seu objeto de estudo, nem por isso deixou de freqüentar a literatura técnica (Barcelos, 1993:38). Concepções filosóficas diversas – como o princípio da plenitude (Tipler, 1981:133) – sustentaram hipóteses pluralistas, compondo o arcabouço a partir do qual se extraíram conclusões sobre a existência de ETIs.

Despojada de fundamentos observacionais e experimentais, a idéia da existência de vida e inteligência extraterrestres foi alicerçada em premissas gerais, científicas e metafísicas, a partir das quais foram sendo extraídas, com doses variadas de precisão e cautela, suas principais concepções.

Como a história recente da exobiologia vem a demonstrar, não são típicas apenas dos séculos passados tais características, e toda a problemática a elas associada. A marca distintiva de referidos estudos é a relativa vaguidade e a imprecisão de seus contornos, como disciplina específica. Situando-se nos limites entre ciência, filosofia e religião, o pensamento pluralista será constituído gradativamente, por meio de múltiplas interações.

1. A origem da vida

A inserção científica – teórica e experimental – das análises sobre a origem da vida terrestre intensificou-se a partir das primeiras décadas do século XX. As diversas hipóteses sugeridas acabavam por conduzir a especulações de cunho extraterrestre. Pois, se decifrada a gênese estritamente material da vida, era plausível, para muitos cientistas, extrapolar tais conclusões para outros ambientes planetários.

Em 1924, na recém criada União Soviética, publicou-se um opúsculo que forneceria as linhas mestras, por muitos anos, da abordagem científica da origem da vida. Seu autor, o bioquímico Alexander Oparin, acabaria por editar uma

versão ampliada daquela obra, *A Origem da Vida na Terra*, que conheceu uma longa carreira.

Texto padrão na descrição da teoria da “sopa pré-biótica”, *A Origem da Vida na Terra* sofreu diversas revisões e reedições, nas décadas seguintes (p. ex., Oparin, 1943). Fundamental não apenas pela abordagem da tese biogenética mais difundida naquele momento, como também pelo apanhado histórico-filosófico das teorias divergentes.

Como usualmente acontece nas obras soviéticas de divulgação científica, a controvérsia com os cientistas “burgueses” e “idealistas” ocupa lugar obrigatório (cf., também, Wetter, 1968:89). Neste caso particular, Oparin tinha aliados de peso no outro lado do Muro. John Desmond Bernal e John Burdon Sanderson Haldane, militantes marxistas na Inglaterra, aderiram a hipóteses materialistas da origem da vida.

Em sua introdução, Oparin aponta, ecoando Engels (Engels, s.d.: 195), que *“life thus appears as a particular very complicated form of the motion of matter, arising as a new property at a definite stage in the general development of matter”* (Oparin, 1957: xii).

Trata-se de, tendo-se obtido tal compreensão, passar-se a uma nova fase dos estudos, quando *“we must check our knowledge by experiment”* (Oparin, 1957: xiii).

A busca de inserir a origem da vida numa abordagem experimental e de sustentação empírica constituiu o cerne do trabalho de Oparin. Como veremos, o cientista soviético, morto em 1980, pôde assistir a tais desdobramentos.

Para o melhor entendimento do problema, traçaremos um esboço da chamada teoria da “sopa pré-biótica”, na versão Oparin – Haldane (Shapiro, 1987: 132).

A Terra primitiva detinha uma composição atmosférica distinta da atual, possuindo, basicamente, vapor d’água, hidrogênio, metano e amônia. Energizados pela radiação ultravioleta – dada a inexistência da camada protetora de ozônio – e descargas elétricas (entre outras fontes possíveis de energia), tais elementos químicos agregaram-se na forma de compostos orgânicos. Formou-se, gradualmente, nos oceanos primitivos, uma “sopa” composta por moléculas constituintes dos blocos básicos da vida. Num prazo da ordem dos milhões de anos, constituíram-se os primeiros seres vivos, que passaram a reproduzir-se e, a partir daí, a iniciar um processo de seleção natural e evolução.

Três décadas se passaram até que o modelo Oparin-Haldane transitasse para os laboratórios, buscando, se não a recriação da vida, ao menos a simulação de uma de suas etapas.

Bernal, além de sua faina de militante político, físico e historiador da ciência, interessou-se pelas pesquisas sobre a origem da vida. Ao relatar uma palestra realizada por Bernal, na British Interplanetary Society (BIS), em novembro de 1952, e os debates que a sucederam, Slater apresenta uma série temática que apontava para a agenda contemporânea da exobiologia. Possibilidade de formas de vida

baseadas em outros elementos químicos, complementaridade entre os estudos de biogênese e exobiologia e a universalidade da água e do carbono, como substratos materiais da vida, centralizaram as discussões, embora a CETI (Communication with Extraterrestrial Intelligence) não tenha sido sugerida.

Conduzido pelo materialismo dialético, Bernal afirmava que *“any planet with a mean temperature of 0-33 C will have life on it”* (citado por Slater, 1953:118) e que *“the biology of the future would not to be confined to our own planet, but would take on the character of cosmobiology”* (citado por Slater, 1953:116). Em consonância com suas posições ideológicas, Bernal usa uma das denominações soviéticas para tais estudos, i.e., cosmobiologia.

Sua conclusão poderia servir de mote a qualquer ensaio exobiológico contemporâneo: *“The history and origin of life is also written in the sky”* (citado por Slater, 1953: 117).

Como Blum salientou em um ensaio sobre a evolução, tomar como assegurado o surgimento da vida em planetas assemelhados, a Terra significa compartilhar da visão segundo a qual *“life must arise of necessity given the proper conditions, and opposes the view that life arose as a single chance event, because so many things would have to occur at the same time to create life in one jump that the chances of this happening at many places in the universe should be small”* (Blum, 1955: 609).

Desde que ainda não ocorreu a reprodução laboratorial do surgimento da vida e que não foi detectada qualquer forma de vida extraterrestre, a questão exposta por Bernal e Blum continua em aberto. Este é um dos pontos sobre os quais os pluralistas e os singularistas assentam suas teses (Casti, 1990:409). Para Tipler, o singularismo apoia-se no *“número de complexas e improváveis condições absolutamente essenciais para o desenvolvimento de formas superiores de vida orgânica”* [tradução do autor] (Tipler, 1981:140). Calvin, pela via contrária, argüi que *“the selection amongst the random probable events of a particular sequence is a highly improbable thing and has required the billion years or so that it took to do it”* (Calvin, 1956:262).

Em 1953, Stanley Miller, então aluno de Harold Urey, realizou um experimento de reprodução das condições que supostamente existiriam no primitivo ambiente terrestre, em consonância com o modelo de Oparin. Em seu artigo *“Uma produção de aminoácidos sob possíveis condições da Terra primitiva”*, Miller relata que *“para testar esta hipótese, construiu-se um aparato para circular CH₄, NH₃, H₂O e H₂ através de uma descarga elétrica”* [tradução do autor] (Miller, 1953:528). O resultado da experiência foi a formação de moléculas orgânicas complexas: *“nesta base, glicina, alfa-alanina e beta-alanina foram identificadas”* [tradução do autor] (Miller, 1953:529).

Dado esse passo, os estudos da origem da vida tomaram maior fôlego empírico, alimentando a produção teórica com experimentos cada vez mais sofisticados (Abelson, 1956: 935). Note-se, contudo, que outras vias experimentais

foram tentadas anteriormente, relativas ao surgimento de compostos orgânicos complexos partindo-se de unidades mais simples (Calvin, 1956: 250-253).

A interpenetração entre os dois assuntos, se implícita em certos momentos, torna-se clara num artigo publicado em 1959 por Miller e Urey. Neste, afirmam que “*todos os vôos espaciais projetados e os altos custos destes desenvolvimentos seriam totalmente justificados se fossem capazes de estabelecer a existência de vida em Marte ou Vênus. Neste caso, a tese de que a vida desenvolve-se espontaneamente quando as condições forem favoráveis seria mais firmemente estabelecida, e nossa visão do problema da origem da vida seria confirmada*” [tradução do autor] (Miller & Urey, 1959:251). O desenvolvimento em paralelo da experimentação biogenética com a astronáutica concorreu à explosão da pesquisa exobiológica, a partir da década de 60.

No apanhado que Wald realiza sobre as teorias da origem da vida, a perspectiva exobiológica é consentânea com estas, pois “*What it means to bring the origin of life within the realm of natural phenomena is to imply that in all these places [other planetary systems] life probably exists – life as we know it. (...) Life is a cosmic event*” (Wald, 1954:53).

O aprimoramento das concepções sobre a biogênese trazia cada vez próxima a possibilidade da vida extraterrena, na medida em que reforçava a visão de que a ciência poderia, num tempo razoável, atingir a compreensão deste fenômeno. Entender os mecanismos envolvidos na geração do primeiro sistema biológico era um passo essencial para proceder à sua extensão extraterrestre e, daí, prever a sua dimensão na Galáxia.

No mesmo ano da publicação do trabalho de S. Miller, Watson e Crick anunciam seus resultados na decifração da estrutura helicoidal do ácido desoxiribonucleico, peça chave na compreensão do código genético (Watson & Crick, 1953). Mesmo que as pesquisas exobiológicas não dependessem de tal descoberta, o trabalho de Watson e Crick foi seminal nos estudos sobre a própria natureza da vida terrestre.

Um dos poucos astrônomos a apresentar uma proposta própria em relação à biogênese, Fred Hoyle advogava uma teoria pré-planetária. Ainda hoje, Hoyle continua como um *enfant terrible* da ciência, com sua polêmica concepção da origem cometária da vida terrestre (Hoyle, 1992:33).

Ao discutir sua “teoria magnética” da gênese planetária, Hoyle avança uma nova hipótese para explicar os eventos iniciais da vida: “*the physical and chemical requirements must, however, have been far more favourable for the building of complex molecules before the Earth was aggregated*” (Hoyle, 1959:100). Argüindo pela via da disponibilidade energética interplanetária e da possibilidade de agregação molecular nos corpos protoplanetários, Hoyle conclui com a advertência de que “*there is no suggestion that animals and plants as we know them originated in interplanetary space. But the vital steps on which life is based may have occurred there*” (Hoyle, 1959:100-101).

Entretanto, essa especulação de Hoyle é caudatária de hipóteses que vinham sendo esboçadas desde o século passado (cf. Arrhenius, 1910:232-233). No início deste século, o químico sueco Svante Arrhenius propôs, embora não pela primeira vez na história das concepções sobre a origem da vida terrestre, que essa teria ocorrido por meio de uma “fertilização” externa. Distintamente deste, que supunha as superfícies planetárias como os locais para o desenvolvimento da vida, Hoyle situa nos corpos protoplanetários o sítio primário para o surgimento da vida.

Em artigo publicado num periódico popular alemão, no mesmo ano em que recebeu o Prêmio Nobel de Química, Arrhenius sugere uma alternativa à idéia da “geração espontânea” dos primeiros organismos terrestres (Arrhenius, 1903). Amparado em Lord Kelvin, advoga a hipótese de que “*the radiation pressure, which flings the tiniest particles into space with enormous velocity, must have played an important part in the transmission of living organisms from one planet to another*” (Arrhenius, 1903), concluindo que “*living beings on all planets are related, and that a planet, as soon as it can shelter organic life, is soon occupied by such organic life*” (Arrhenius, 1903).

Alguns anos após, Arrhenius calculava que o transporte desses esporos vitais, entre a Terra e Marte, demandaria 84 dias e apenas 12 anos para percorrer o espaço entre as órbitas de Saturno e Urano (Arrhenius, 1910: 243). Conseqüentemente, “*la vie ait été, depuis des temps infinis, transmise d’un système solaire à l’autre, ou de planète dans un même système solaire*” (Arrhenius, 1910: 244).

O principal argumento contrário ao transporte interplanetário e interestelar de elementos bióticos foi fornecido pelo físico francês Paul Becquerel. Numa conferência proferida em 1924, o físico francês analisou detidamente os diferentes fatores envolvidos no cruzeiro espacial de microorganismos (Becquerel, 1924).

Inicialmente, afasta a possibilidade de uma “*lithopanspermie interaстрale*” (transporte de germes *par les pierres célestes*) (Becquerel, 1924:400), pois “*aucune des hypothèses envisagées pour nos expliquer l’origine des météorites...n’admet des conditions de formation compatibles avec la conservation de la vie*” (Becquerel, 1924:405). Restaria, assim, o cenário sugerido por Arrhenius, que Becquerel chama de “radiopanspermia”.

Becquerel e sua equipe procuraram reproduzir, no laboratório de Kamerlingh Onnes, em Leiden, as condições a que um esporo estaria sujeito no espaço. Em relação às baixas temperaturas e ao vácuo, conclui que “*les millions ou le milliards d’années nécessaires pour aller d’un amas d’étoiles à un autre ne seraient plus un obstacle pour eux [les germes]*” (Becquerel, 1924:411). No entanto, quanto à ação da radiação ultra-violeta, assevera que “*les germes qui voyageraient dans le vide glacé des espaces interplanétaires seraient tôt ou tard détruits*” (Becquerel, 1924:412).

Segundo Kamminga (1982:81), como resultado dos trabalhos de Becquerel, concluindo por sua impossibilidade, “*theories of panspermia disappeared from the scientific literature for many decades*”.

Em um dos capítulos de sua tese de doutorado *Studies in the history of ideas on the origin of life, from 1860*, Kamminga assevera, ampliando sua conclusão anterior, que “*after Arrhenius, the idea of panspermia appeared to have died a natural death, although it now turns out to have been a case of suspended animation rather than final demise*” (Kamminga, 1982: 81). A causa do abandono da panspermia, segundo o autor, também estaria diretamente relacionada ao desenvolvimento de uma alternativa teórica, com Oparin e Haldane.

Embora a conclusão geral de Kamminga seja plausível, a panspermia não desapareceu de todo da literatura, como comprovam os exemplos de Briggs e Hoyle.

A panspermia, segundo as recomendações da segunda reunião do “Committee on Contamination by Extra-Terrestrial Exploration”, em 1959, “*must be rejected*” (“Contamination by Extra-Terrestrial Exploration”, 1959: 928), parecer este representativo da opinião então em vigor entre astrônomos e biólogos.

Apesar de pouco explorado na década em foco, o cenário panspérico não deixou de ser considerado, retornando com força redobrada, recentemente.

A idéia de que existe uma “Evolução Cósmica” tem sido utilizada com certa frequência pelos pluralistas como um de seus sustentáculos. Nas conclusões de um *workshop* exobiológico realizado pela NASA, em 1977, afirma-se que “*embora muitas lacunas, quebra-cabeças e incertezas ainda persistam, este conceito unificador, em que a expansão do Universo, o nascimento e a morte de galáxias e estrelas, a formação de planetas, as origens da vida e a ascensão do homem são todas explicadas por diferentes características do processo de evolução cósmica, provê um sólido fundamento científico para um programa de pesquisa de inteligência extraterrestre*” [tradução do autor] (Rasool et al., 1979:26).

Nos anos 50, Calvin trilhava o mesmo caminho, com o objetivo de fornecer uma explicação científica para a origem da vida. Segundo ele, é possível “*by extrapolating the idea of evolution to include nonliving systems as well as living ones*” (Calvin, 1956:248) e definir quatro tipos de evolução: nuclear, química, biológica e psicossocial (Calvin, 1956:249).

Carles, em sua análise das teorias de origem da vida, é um dos autores que repudiam tal extensão do conceito de evolução (Carles, 1984:95), pois que passaria a abranger um domínio de aplicação para o qual não teria sido elaborado. Admitida uma seqüência universal para a matéria, torna-se evidentemente mais fácil justificar a emergência da vida em outras superfícies planetárias e sua conseqüente busca. Mesmo em autores onde tal extrapolação não é examinada, a imagem da evolução cósmica perpassa como um dos fundamentos do otimismo exobiológico (Oliver, 1990: 245-246).

2. Bioquímicas alternativas e a origem da vida

Um dos pressupostos das avaliações exobiológicas é o da universalidade do modelo terrestre de vida. Assim, necessita-se de uma superfície planetária, de água

no estado líquido e de uma química baseada no carbono. Casti, ao avaliar tais suposições, considera-as como expressões de “chauvinismo”, com destaque para o chauvinismo do carbono (Casti, 1990:363; Sagan, 1975:61). Deve-se assinalar, no entanto, que a ausência de modelos teóricos e fundamentos empíricos para concepções “não-chauvinistas” têm restringido as hipóteses exobiológicas a moldar-se pelo modelo biótico conhecido.

Cleator, nas páginas do *Journal of the British Interplanetary Society*, adverte que “*It cannot be over-emphasised the Venusian life cannot be other than venusian, and so with all the planets. We are perfectly free to postulate the existence of a race of beings on Neptune who breathe a mixture of chlorine and mustard gas*” (Cleator, 1935: 4).

Tal raciocínio traz implicações claras para a avaliação numérica da vida extraterrestre, pois a admissão de bioquímicas alternativas ampliaria o espectro de ambientes planetários admissíveis (cf. também Firsoff, 1965). Deste modo, Cleator conclui que “*viewed in this light, it will be evident that the possibilities of there being life on any of the planets are infinite*” (Cleator, 1935:4).

Aderindo ao mesmo discurso, Shapley observa que “*la vida a base de compuestos de silicio, en vez de la basada en compuestos de carbono, sería improbable, pero es una posibilidad que no debe desecharse*”. O objetivo da admissão desta possibilidade – a defesa do pluralismo – fica claro logo a seguir, pois “*con el supuesto de que pueden prevalecer otras químicas viables, el número de planetas hostiles a la vida orgánica podría reducirse así considerablemente*” (Shapley, 1974:112).

A possível viabilidade de bioquímicas alternativas coloca em relevo o tradicional e polêmico tema da definição de vida. Afinal, só é admissível a busca de um fenômeno cujas características essenciais sejam conhecidas. O fato de inexistir uma compreensão consensual sobre os limites entre o biótico e o abiótico não impediu, no entanto, que sua busca fora da Terra fosse perpetuada. Geralmente deixada de lado, nas abordagens astronômicas da vida extraterrestre, a caracterização da vida foi abordada por alguns biólogos, no contexto de sua origem.

Hermann Joseph Muller, Prêmio Nobel de Medicina em 1946 e um dos orientadores de Carl Sagan na pesquisa genética, acentua que “*life’s essence lies in the capability of undergoing such [biological] evolution, and this capability is inherent in the gene*” (Muller, 1955: 3). Centrando no gene a unidade básica geradora da vida, Muller assevera que “*in fact, evolution presents such a curious combination of arbitrariness and consequentialness as to lead us to infer that on another world physically like ours only remotely analogous forms of life would have evolved*” (Muller, 1955: 6).

Tikhov, para defender-se das objeções ao surgimento e persistência de organismos do tipo terrestre nas condições marcianas, afirmava que “*dialectical materialism teaches that life is a law-governed phenomenon which appears as*

iron necessity resulting from the development of matter” (Tikhov, 1955: 195). Embalado pelo materialismo soviético, Tikhov convergia com uma perspectiva que alargava amplamente os horizontes do surgimento e evolução da vida, pois esta poderia – e deveria – adaptar-se aos mais diversos contextos ambientais.

Conclusões

Um paralelo entre os estudos de origem da vida e da vida extraterrestre deve ser sublinhado. Assim como a segunda carecia de um objeto claramente identificado, à primeira cabia o ônus de não ter reproduzido seu fenômeno central. Ambas teriam que proceder por aproximações, embora, evidentemente, de formas distintas. A história recente das teorias biogenéticas mostrou que o quadro de explicações possíveis ampliou-se significativamente, alijando o “caldo quente” da primazia alcançada na década de 50 (Shapiro, 1987).

A entrada na cena teórica e experimental dos estudos sobre biogênese foi um dos acontecimentos da história científica de maior significação para a exobiologia. As teorias que explicavam a origem da vida terrestre a partir de reações químicas comuns forneciam elementos para a sua extrapolação num contexto planetário e, conseqüentemente, subsidiavam as perspectivas otimistas sobre a vida extraterrestre.

A questão exobiológica, nas décadas examinadas, constituiu-se a partir da conjugação de fatores de natureza e intensidade diferentes. Emergindo de teorias, observações e experimentos de campos como a cosmogonia planetária, a astrometria, a astronáutica e a biologia, também foi conseqüência do desenvolvimento de certas tecnologias, como a da radiocomunicação a longas distâncias. Por outro lado, princípios filosóficos serviram como guia nas formulações, orientando as conclusões sobre a vida extraterrestre.

Apesar de pouco estruturado, o interesse científico pelo exame das possibilidades de vida e inteligência extraterrestres expressava-se de diversas formas e em diferentes contextos, lançando os fundamentos das perspectivas contemporâneas. Essa situação não deve elidir o fato de que a orientação favorável à habitabilidade extraterrestre, por parte de muitos cientistas, conformou a condução de pesquisas em campos como a astronomia e a biologia.

Notas

¹ O presente artigo, adaptado e resumido, constitui parte do quarto capítulo da tese de doutoramento apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, em agosto de 1997.

Referências Bibliográficas

- ABELSON, Philip H. (1956). *Amino acids formed in 'primitive atmospheres'*. Science, vol. 124, p. 935, November.
- ARRHENIUS, Svante (1903). *The propagation of life in space*. Die Umschau, 7, 481.
- ARRHENIUS, Svante (1910). *L'évolution des mondes*. Paris: Librairie Polytechnique Ch. Béranger, Éditeur.
- BARCELOS, Eduardo Dorneles (1991 a) *História da pesquisa de vida e inteligência Extraterrestre (1959-1990)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- BARCELOS, Eduardo Dorneles (1991 b). *Nota de pesquisa*. Perspicillum, vol. 5, nº 1, pp. 81-83.
- BARCELOS, Eduardo Dorneles (1993). *Na Terra de Oz – os debates sobre a pesquisa de vida e inteligência extraterrestres (1959-1993)*. Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência, nº 10, pp. 29-42, julho-dezembro.
- BECQUEREL, Paul (1924). *La vie terrestre provient-elle d'un autre monde?*. L'Astronomie, 38, pp. 393-417.
- BLUM, Harold (1955). *Perspectives in evolution*. American Scientist, 43, nº 4, pp. 595-610, October.
- CALVIN, Melvin. *Chemical evolution and the origin of life*. American Scientist, 44, nº 4, pp. 248-263, July, 1956.
- CARLES, Jules (1984). *As origens da vida*. Lisboa: Edições 70.
- CASTI, John L (1990). *Paradigms lost – tackling the unanswered mysteries of modern science*. New York: Avon Books.
- CLEATOR, P. E. (1935). *Extra-terrestrial life*. Journal of the British Interplanetary Society, 2, nº 1, pp. 3-4, May.
- CLEATOR, P. E. (1959). *Contamination by Extra-terrestrial exploration*. Nature, vol. 183, nº 4666, pp. 925-928, April.
- CROWE, Michael J. (1986). *The extraterrestrial life debate – 1750-1900*. New York: Cambridge University Press.
- DICKINSON, Terence (1988). *Martians invade earth!*. Sky & Telescope, p. 228, September.
- ENGELS, Friedrich. *Dialética da natureza*. s.l.: Flama, s.d.
- FERRIS, Timothy (1993). *O céu da mente. A inteligência humana num contexto cósmico*. Rio de Janeiro: Editora Campus.
- FIRSOFF, V. A. (1965). *Possible alternative chemistries of life*. Spaceflight, vol. 7, nº 4, pp. 132-136.
- HOYLE, Fred (1959). *Frontiers of astronomy*. New York: Mentor Books.
- HOYLE, Fred & WICKRAMASINGHE, Chandra (1992). *Fuerza vital cósmica – La energía de la vida por el universo*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.

- KAMMINGA, Harmke (1982). *Life from space – A history of panspermia*. Vistas in Astronomy, vol. 26, pp. 67-86.
- MILLER, Stanley L. (1953). *A production of amino acids under possible primitive Earth conditions*. Science, vol. 117, pp. 528-529.
- MILLER, Stanley L. & UREY, Harold (1959). *Organic compound synthesis on the primitive Earth*. Science, vol. 130, n° 3370, pp. 245-251.
- MULLER, H. J. (1955). *Life*. Science, vol. 121, pp. 1-9, 7 January.
- OLIVER, Bernard M. (1990). *Debating the search for extraterrestrial intelligence*. Sky & Telescope, vol. 7, n° 3, pp. 245-246, March.
- OPARIN, Alexandr Ivanovich (1943). *El origen de la vida*. Buenos Aires: Editorial Losada.
- OPARIN, Alexandr Ivanovich (1957). *The origin of life on the Earth*. New York: Academic Press Inc.
- RASOOL, I. S., VINCENZI, D. L. & BILLINGHAM, J. (1979). “Cosmic evolution”. In: Morrison, P., Billingham, J. & Wolfe, J. *The search for extraterrestrial intelligence*. NASA SP-419. New York: Dover, pp. 22-26.
- SAGAN, Carl (1975). *Cosmic connection*. Paris: Editions du Seuil.
- SHAPIRO, Robert (1987). *Origens*. Lisboa: Gradiva.
- SHAPLEY, Harlow (1974). *De estrellas y hombres*. México D. F.: Fondo de Cultura Económica.
- SLATER, A. E. (1953). *The evolution of life in the universe*. Journal of the British Interplanetary Society, pp. 114-118.
- TIKHOV, G. (1955). *Is life possible on other planets?*. Journal of the British Interplanetary Society, vol. 65, p. 193, April.
- TIPLER, Frank (1981). *A brief history of the extraterrestrial intelligence concept*. Quarterly Journal of the Royal Astronomical Society, 22, pp. 133-145.
- WALD, George (1954). *The origin of life*. Scientific American, 191, n° 2, pp. 44-53, August.
- WATSON, J. D. & CRICK, F. H. C (1953). *A Structure for Deoxyribose Nucleic Acid*. Nature, 171, n° 4356, pp. 737-738.
- WETTER, Gustav A. (1968). *Filosofia y ciencia en la Union Sovietica*. Madrid: Ediciones Guadarrama.

Resumo

O texto apresenta uma análise histórica da produção científica relacionada às teorias de origem da vida e a sua relação com os estudos científicos de vida e inteligência extraterrestres, no período situado entre a década de 1920 e a década de 1950. Objetiva-se demonstrar que tais estudos disputaram a atenção científica, variável no interior desta fase, embora sem que se configurassem como disciplinas específicas.

Palavras-chave: história da ciência, exobiologia, origem da vida.

Abstract

The text presents a historical analysis of the scientific community production that deals with the different theories of life's origin as well as its relationship to the scientific studies of extraterrestrial life and intelligence, studies that were made between the 1920's and late 1950's. The text main goal is to show that the scientific community was concerned about studying those subjects, with variable intensity of interest along the period, although they never became real and specific for an institutional academic study.

Key words: science history, exobiology, life's origin.

Resumen

El texto nos presenta una análisis histórica de la producción científica que se basa en las teorías del origen de la vida y su relación con los estudios científicos de existencia de vida y inteligencia extraterrestres, en el período entre 1920 y 1950. El texto pretende demostrar que esos temas tuvieron la atención de la comunidad científica, con mayor o menor intensidad a lo largo del período, aunque no se hayan nunca constituido en disciplinas de estudio específicas.

Palabras clave: história de la ciencia, exobiología, origen de la vida.

**Francisco Fernando Monteoliva
Doratoto**

Doutor em História das Relações Internacionais, pela Universidade de Brasília. Professor de História, no Instituto Rio Branco e na UPIS. Diretor da Casa da Cultura da América Latina da UNB.

De aliados a rivais: o fracasso da primeira cooperação entre Brasil e Argentina (1865-1876)*

“(…) que hagamos una alianza perpétua, basada en la justicia i en la razón que ha de ser bendecida por nuestros hijos.”

Rufino de Elizalde para José Maria da Silva Paranhos,
Buenos Aires, 25.2.1866.

1. A aproximação

No início dos anos 1860, após décadas de posições contrárias, as políticas do Império do Brasil e da República Argentina encontraram denominador comum, no Prata. De um lado, houve a afinidade ideológica entre seus governos,¹ que desde 1862 eram exercidos por políticos liberais. No plano regional, o governo de Bartolomé Mitre, primeiro Presidente do Estado centralizado argentino, era favorável à livre navegação dos rios platinos e mantinha ligações como os *colorados*, no Uruguai. Durante a ditadura rosista, Mitre asilara-se junto aos *colorados*, os quais retribuíram, combatendo a seu lado na vitória militar sobre Justo José de Urquiza, em 21 de setembro de 1861. Os *colorados*, por sua vez, possuíam vínculos tradicionais com o Império.²

A livre navegação dos rios platinos era vital para a manutenção da unidade do Brasil, pois a Província de Mato Grosso, isolada por terra, mantinha contato com o Rio de Janeiro, por intermédio da navegação dessas vias fluviais. Juan Manuel de Rosas, líder da Confederação Argentina, dificultou essa navegação, além de imiscuir-se na guerra civil uruguaia (1839-1851). Esses fatos levaram o Governo Imperial, sob controle do Partido Conservador, desde 1848, a implementar política de contenção de Buenos Aires e de defesa das independências dos dois Estados platinos menores. A existência desses, na concepção dos conservadores brasileiros, era a garantia de que os rios Paraguai e Paraná permaneceriam internacionais e, ainda, de que a Confederação Argentina não se tornaria uma república forte o suficiente para ameaçar o Império. Enquanto isso, para Buenos Aires, tais

independências significavam não só amputação territorial e exemplo perigoso para as províncias do interior, como também criava flancos vulneráveis pelos quais poderia atuar o expansionismo brasileiro.

Com o surgimento do Estado argentino centralizado em 1862, a oposição federal, para contrapor-se a ele, estreitou relações com os *blancos*, no País oriental, e com o Governo paraguaio. Em abril de 1863, o caudilho *colorado* Venancio Flores invadiu o Uruguai, com tropas organizadas em Buenos Aires e com o beneplácito do Governo argentino, para derrubar o Governo “blanco” do Presidente Bernardo Berro (1860-1864).³

A situação política no Uruguai catalisou as divergências platinas. As províncias de Entre Ríos e Corrientes utilizavam o porto de Montevideú, como alternativa ao de Buenos Aires, para suas exportações. Desse modo, a República uruguaia estabeleceu relações com a resistência federalista a Mitre, encabeçada pelo caudilho entrerriano Justo José Urquiza, o qual, por sua vez, também as mantinha com o Chefe de Estado paraguaio, Francisco Solano López. O Paraguai passava, então, pela modernização de atividades ligadas basicamente à defesa, importando, com essa finalidade, tecnologia e técnicos estrangeiros, principalmente britânicos. Para financiar a continuidade dessa modernização, era necessário ampliar as exportações guaranis, o que contribuiu para o Paraguai romper sua política de abstenção dos assuntos platinos e “projetar-se cada vez mais para fora de suas fronteiras, a imiscuir-se nas contendas da Bacia do Prata, a buscar seu *Lebensraum*.”⁴ Desse fazia parte uma saída segura para o mar, que parecia ser o porto de Montevideú.

No Uruguai, por outro lado, o Presidente Berro recusou-se a renovar, em 1861, o Tratado de Comércio e Navegação, assinado em 1851, com o Brasil. O Governo *blanco* eliminou, assim, os privilégios comerciais do Império e atingiu os interesses de estancieiros gaúchos, produtores de charque, ao instituir imposto sobre as exportações de gado em pé para o Rio Grande do Sul.⁵ Esses pecuaristas contituíam-se, há duas décadas, em “grupo de pressão” sobre a política externa brasileira, no Prata.⁶ Conseguiram que seus interesses específicos fossem adotados pelo Governo Imperial, transformando-os em objetivos da política brasileira, em relação ao Uruguai.

O Presidente Berro indispsôs-se, desse modo, tanto com a Argentina quanto com o Brasil. Ciente do risco que corria, o Governo uruguaio buscou apoio do Paraguai, cuja política externa parecia estruturada no sentido de enfrentar as pressões tanto do Rio de Janeiro, quanto de Buenos Aires. O Uruguai preconizou um novo sistema de equilíbrio de poder no Prata: o eixo Montevideú-Assunção seria robustecido pela adesão das províncias argentinas dissidentes do Poder Central.⁷

Nessa nova realidade, o Paraguai alertou à Argentina que seu respaldo aos “colorados” de Flores, na guerra civil uruguaia, teria efeito “desastroso” sobre os interesses paraguaios.⁸ O Governo argentino, contudo, não se preocupou, pois acusado oficialmente pelo Uruguai de ser o instigador da revolta “colorada”, com o

fim de anexar o País, deu explicações tranquilizadoras ao Brasil. Para Rufino de Elizalde, Ministro de Relações Exteriores argentino, essas explicações garantiam a amizade do Império e um entendimento para solucionar a guerra civil oriental.⁹ Sucederam-se os protestos uruguaios contra o apoio de Buenos Aires, sempre negado por Mitre, aos rebeldes “colorados”. No início de 1864, as crescentes tensões nas relações bilaterais levaram ao rompimento das relações diplomáticas entre os dois países.

A essa altura, a política externa do Império brasileiro estava desarticulada, em virtude da instabilidade ministerial que se seguiu à ascensão do Partido Liberal ao poder. Em 1863, o Governo brasileiro rompeu relações diplomáticas com a Grã-Bretanha, devido ao bloqueio do porto do Rio de Janeiro, por navios ingleses. Tal medida de força visava pressionar o Império a pagar a indenização pelo saque do navio *Prince of Wales*, após seu naufrágio no sul do Brasil, pagamento esse efetuado sob protesto. O Prata apresentou-se, então, como “uma válvula de escape, na medida em que pode lavar-se aqui a honra e a dignidade nacional”, comprometidas pelas humilhações impostas pelos britânicos, dando aos governantes liberais a possibilidade de retificarem, perante a opinião pública, sua imagem de tibieza em assuntos externos.¹⁰

Na Câmara brasileira, denunciaram-se supostas violências contra súditos do Império, cometidas por autoridades uruguaias. Ao mesmo tempo, os pecuaristas gaúchos queixavam-se de desordens na fronteira, reclamavam do Governo Berro e buscavam o apoio do Rio de Janeiro. O Governo Imperial temia perder o controle da situação, o que ocorreria com os estancieiros gaúchos, iniciando ação militar contra Montevideú, por se sentirem desamparados pelos governantes brasileiros.¹¹ Por outro lado, uma intervenção contra os *blancos* era vista, pelas autoridades brasileiras, como forma de contrabalançar a influência argentina junto a Flores, impedindo que eventual vitória “colorada” na guerra civil beneficiasse exclusivamente a Buenos Aires.¹²

Em abril de 1864, o Governo Imperial enviou José Antonio Saraiva em missão especial ao Uruguai, acompanhado de uma esquadra comandada pelo Vice-Almirante Tamandaré. Suas instruções eram exigir do Governo Oriental o respeito aos direitos dos brasileiros residentes no país e a punição dos funcionários públicos locais, que teriam abusado de sua autoridade.¹³ Na realidade, o Rio de Janeiro tratava de criar condições que justificassem a intervenção na vizinha República e ganhar tempo, enquanto organizava e distribuía a força brasileira na fronteira.¹⁴ Saraiva convenceu-se, porém, de que o Império poderia atingir seus objetivos, promovendo a paz interna no Estado Oriental e obtendo a reestruturação do Governo urguai, com o afastamento daqueles que se opunham aos interesses brasileiros. Autorizado pelo Governo Imperial a promover tal paz, Saraiva entendeu-se, nesse sentido, com Buenos Aires.¹⁵

O Governo uruguaio não se deixou intimidar, e o Presidente Atanásio Aguirre, sucessor de Bernardo Berro, buscou ajuda do Paraguai, enviando, em julho de 1864, Antonio Carreras em missão a Assunção. Confiando no respaldo paraguaio, Aguirre recusou-se a substituir os Ministros *blancos* por políticos *colorados*. Acordo nesse sentido fora conseguido por Saraiva, juntamente com o Chanceler argentino Rufino de Elizalde e o representante britânico em Buenos Aires, Thornton. O Governo Imperial ordenou, então, a Saraiva apresentar ao Presidente Aguirre um *ultimatum*, o que foi feito em 4 de agosto. Deu-se prazo de seis dias para a punição dos funcionários uruguaios responsáveis por agressões a cidadãos brasileiros, sob pena de tropas imperiais entrarem no Estado Oriental para garantir os direitos dos súditos do Império. Saraiva retirou-se, no dia 11, do mesmo mês de agosto, para Buenos Aires, onde se encontrou com Rufino de Elizalde. Ambos assinaram um Protocolo, declarando que seus Governos poderiam agir contra o de Aguirre por meios lícitos, respeitada a integridade e independência do Estado Oriental.¹⁶

Aguirre rompeu relações com o Brasil, enquanto o Governo de Assunção protestou contra qualquer ocupação do território uruguaio por forças do Império. Esta, afirmava o protesto, atentaria contra o equilíbrio entre os Estados do Prata, de interesse do Paraguai. O Governo paraguaio alertava não assumir a responsabilidade pelas conseqüências de qualquer ato de represália brasileiro.¹⁷ A ameaça implícita nesse protesto não foi levada a sério pelos Governos Imperial e argentino. Em 12 de setembro, em decorrência do *ultimatum*, tropas brasileiras penetraram em território uruguaio, retornando dias depois ao Rio Grande do Sul. Em 20 de outubro, o Vice-Almirante Tamandaré, que substituíra Saraiva, como representante político do Império, no Uruguai, assinou o Acordo de Santa Lúcia com Venâncio Flores, estabelecendo a cooperação entre aquele caudilho e as forças brasileiras.¹⁸

Em 10 de novembro, o vapor brasileiro Marquês de Olinda foi aprisionado por canhoneira paraguaia, horas após ter saído de Assunção rumo a Mato Grosso. O Governo guarani entregou, então, uma nota, datada do dia anterior, rompendo relações com o Império.¹⁹ A gravidade da situação levou o Governo Liberal brasileiro a enviar em missão ao Prata o ex-Chanceler conservador José Maria da Silva Paranhos, conhecedor da região, com instruções de negociar com Buenos Aires uma intervenção conjunta no Uruguai, em apoio a Flores.²⁰

Em 23 de dezembro de 1864, as tropas paraguaias invadiram o Mato Grosso, que Solano López sabia indefeso.²¹ Informado da fraqueza militar do Brasil,²² o Chefe de Estado paraguaio planejava bater as forças brasileiras que estavam operando no Uruguai e obrigar o Império a assinar a paz,²³ em condições favoráveis a Assunção.

Os planos de Solano López começaram a se inviabilizar quando, ao terminar o mandato presidencial de Anastácio Aguirre, sucedeu-o Tomás Villalba. Este, também *blanco*, estava sob influência dos comerciantes, temerosos dos prejuízos ao comércio que adviriam do bloqueio brasileiro ao porto de Montevidéu, declarado

por Tamandaré, em 2 de fevereiro de 1865.²⁴ Assim, dias depois, com a concordância argentina, foi assinado o Protocolo de Paz de Villa Unión, por Paranhos, Manuel Herrera y Obes, representando Villalba, e Venancio Flores, o qual, como consequência, assumiu a Presidência do Uruguai.²⁵

Apesar da rendição de Montevideú e a tomada do poder, no Uruguai, pelos *colorados*, Solano López manteve a decisão de atacar o Rio Grande do Sul. Para tanto, pediu permissão a Buenos Aires para passar por território argentino, com as tropas que marchariam sobre essa província brasileira. Pretextando neutralidade, Mitre negou a autorização e, como consequência, Corrientes foi invadida por tropas paraguaias, em 13 de abril de 1865. Não se produziram os efeitos esperados por Solano López no sentido de que, não mais contando com Urquiza, que se aliara a Mitre, os inimigos de Buenos Aires veriam uma liderança substituta no Chefe de Estado paraguaio, ao qual se juntariam com seus primeiros êxitos militares.²⁶ Frustrou-se, assim, o plano do líder paraguaio de isolar o Brasil e, logo, ele é quem estaria isolado.

2. A aliança

Ao atacar o território argentino, Solano López fez o jogo de Mitre, que buscava, desde o ano anterior, uma aliança com o Império.²⁷ Quando partiu para o Rio de Janeiro, no começo de abril de 1865, para assumir a Legação argentina, José Mármol tinha instruções de Rufino de Elizalde para trabalhar por uma aliança com o Brasil. Deveria esse Enviado, aproveitando-se das simpatias e vínculos que se criaram entre os dois países (na verdade entre seus Governos), buscar “ligar con el Brasil nuestros intereses”, por meio de tratados. A aliança entre os dois países foi, conforme Mármol, fruto da diplomacia de Mitre.²⁸

Isso significava, na prática, uma alteração no quadro de relações internacionais do subsistema platino, pela qual Argentina e Brasil, em lugar de se rivalizarem, passariam a exercer uma hegemonia conjunta na região. Tal aliança não se estabeleceu de imediato, sendo construída gradativamente nos meses seguintes como resposta aos problemas comuns que se apresentavam ao Rio de Janeiro e a Buenos Aires. O Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai, assinado em Buenos Aires em 1º de maio de 1865, entre Argentina, Brasil e Uruguai, somente se viabilizou devido ao erro político-militar de Solano López de invadir Corrientes. Essa agressão precipitou os acontecimentos, conforme comprova o fato de Francisco Octaviano de Almeida Rosa, enviado brasileiro em missão especial ao Prata, ter assinado o Tratado, pressionado pelas circunstâncias e baseado apenas nas linhas gerais da política do Governo Imperial para o Prata. Almeida Rosa não possuía instruções sobre tal aliança, mas apenas as de colaborar com o Governo de Flores e, ainda, obter que a Argentina não dificultasse a ação brasileira contra Solano López.²⁹

Rufino de Elizalde e José Antonio Saraiva haviam atuado, tendo por base a hipótese de um agravamento das tensões platinas, que criaria a necessidade de uma aliança argentino-brasileira.³⁰ A missão Saraiva foi “el punto de partida de la política [de aliança Argentina-Brasil] que ha de hechar profundas raíces para bien de nuestros respectivos países y de nuestros vecinos”.³¹ Vencido o Paraguai, pensava Elizalde, negociadores argentinos e brasileiros deveriam estabelecer convênios complementares, que desenvolvessem a aliança estabelecida em 1º de maio de 1865. O objetivo maior era “que hagamos una alianza perpétua, basada en la justicia i en la razón que ha de ser bendecida por nuestros hijos”.³²

Para assinar o Tratado da Tríplice Aliança, Almeida Rosa teve que quebrar a resistência do Governo argentino em assumir o compromisso de defender a independência paraguaia.³³ O artigo 9º do Tratado da Tríplice Aliança³⁴ determinou que, acabada a guerra, seriam garantidas a independência, a soberania e a integridade territorial paraguaia. A mencionada integridade, porém, referia-se ao que restasse de território ao país guarani, após a aplicação do artigo 16º daquele Tratado, pelo qual o Paraguai perdia para os aliados territórios até então sob sua soberania ou, ainda, litigiosos. Caberia, assim, à Argentina todo o Chaco Boreal – terras ao norte do rio Pilcomayo, até a Baía Negra, na fronteira com o Mato Grosso – e a margem esquerda do Paraná até o rio Iguazu, ou seja, a área das Missões. Ao Império caberia o território pelo qual há anos mantinha disputa com Assunção, rico em campos de erva-mate, ficando estabelecido no documento da Aliança que a fronteira seria delimitada pela linha do rio Igurey, Serra do Maracaju e pelos rios Apa e Paraguai.³⁵ Os aliados comprometiam-se, conforme o artigo 6º, a não deporem as armas senão em comum acordo e depois da derrubada de Solano López, ficando proibida qualquer iniciativa de paz em separado por um dos países aliados com o líder paraguaio.

Por iniciativa de Almeida Rosa, os Aliados em notas trocadas entre si ressalvaram o direito da Bolívia de discutir sua reivindicação sobre o Chaco Boreal. Também, por sua iniciativa, foi assinado um protocolo que determinava a demolição da fortaleza de Humaitá, que controlava a navegação do rio Paraguai.³⁶ Estabeleceu-se, ainda, a proibição de Assunção construir, no futuro, quaisquer outras fortificações que pudessem ser obstáculo ao livre trânsito dessa via navegável. Terminado o conflito, o Paraguai deveria, segundo o artigo 14º do Tratado da Tríplice Aliança, indenizar todos os gastos de guerra feitos pelos governos aliados, bem como os danos e prejuízos causados durante o conflito às propriedades públicas e particulares por suas tropas em território dos países vizinhos.

Convencido da brevidade da guerra e da vitória aliada, o Governo argentino apresentou ao Império, ainda em 1865, um projeto de tratado de paz a ser assinado com o Paraguai derrotado. O Governo Imperial encaminhou esse documento, bem como o texto do Tratado da Tríplice Aliança, ao Conselho de Estado, órgão assessor da Coroa, composto por políticos liberais e conservadores, cujos pareceres eram normalmente acatados pelo Imperador D. Pedro II. No Conselho, os membros que

pertenciam ao Partido Conservador criticaram duramente as estipulações do Tratado de 1º de maio. Opuseram-se particularmente àquelas referentes ao Chaco Boreal, classificadas de contrárias à política tradicional do Brasil, que fora concebida no sentido de manter não só a independência do Paraguai, como também a parte do território desse país necessária para evitar o contato de Mato Grosso com território argentino. Para o Conselho de Estado, a melhor solução para o Brasil, dentro das circunstâncias, seria a de que a fronteira argentino-paraguaia fosse o rio Pilcomayo.³⁷ De fato, foi o que acabou ocorrendo no pós-guerra.

O negociador brasileiro do Tratado da Tríplice Aliança contestou tais críticas. Francisco Octaviano de Almeida Rosa afirmou que a política “tradicional” do Brasil somente alimentava discórdias, oriundas da época colonial, por meio de suspeitas e amesquinamento da Argentina.³⁸ Esquecendo os temores iniciais, quanto às intenções do Governo de Mitre, em relação ao Paraguai, esse diplomata tornou-se admirador da Argentina e de seu Presidente, passando a defender a cooperação entre Buenos Aires e o Rio de Janeiro. Para Almeida Rosa, os portenhos eram dinâmicos, empreendedores e queriam “verdadeiramente a paz com o Império e até uma aliança em grande ponto”.³⁹

Também Mitre admirava o Brasil e via com simpatia suas instituições liberais. O Presidente argentino chegou a censurar o escritor chileno Benjamin Vicuña Mackenna, por utilizar-se este de “palabras huecas como las del ‘Império esclavócrata’”. Acrescentou que se a escravidão era um mal que existia no Império, ainda assim as instituições brasileiras “en liberalismo dejan muy atrás á muchas de nuestras Repúblicas”. Ao tentar convencer Urquiza de que o Brasil não devia ser temido, Mitre escreveu que cercada a Argentina por dois vizinhos em guerra (brasileiros e paraguaios), o Império era o que “puede hacernos más mal, y lo que hasta hoy nos ha hecho más bienes”.⁴⁰

3. A aliança abalada

No Brasil, em julho de 1868, o Partido Conservador reassumiu o Governo Imperial, cuja diplomacia retornou, então, decididamente, à política de contenção da Argentina. Os Governantes conservadores desejavam o fim da aliança com a Argentina, mas de forma natural, com o desaparecimento dos motivos que levaram à sua constituição. A derrota de Solano López, a instalação de um novo governo no Paraguai era uma forma de ratificar a independência do país; e a assinatura pelas novas autoridades paraguaias de tratados de paz com os Aliados significariam a realização dos objetivos e o fim da Tríplice Aliança.⁴¹

Na Argentina, em outubro de 1868, terminou o mandato de Mitre, que foi substituído por Domingo Faustino Sarmiento. O novo Presidente resistia à aliança com o Brasil, desconfiando de eventuais planos do Império para tornar-se potência

continental no pós-guerra, à custa de seus vizinhos. Sarmiento esperava contar com o apoio dos Estados Unidos, para evitar a expansão da influência brasileira.⁴²

Em fevereiro de 1869, o Chanceler brasileiro José Maria da Silva Paranhos partiu para o Paraguai com a missão de estabelecer nesse país um governo provisório, com o qual se pudesse assinar a paz. Assunção fora ocupada no mês anterior por tropas brasileiras, e supunha-se que a guerra estava por terminar. O governo provisório, para ser reconhecido pelo Império, deveria comprometer-se em apoiar os Aliados na luta contra López, bem como aderir ao Tratado da Tríplice Aliança. Este deveria ser cumprido na íntegra, exceto, segundo as instruções recebidas por Paranhos em 1º de fevereiro de 1869, “qualquer modificação que, no próprio interesse do Paraguai, se estipule no Tratado de paz por mútuo assentimento dos aliados e do mesmo Governo Provisório”.⁴³ Com essa ressalva, o Governo Imperial dava os primeiros passos, no sentido de reduzir as concessões territoriais paraguaias à Argentina, evitando que esta tivesse fronteira com o Brasil em Mato Grosso e, ainda, que o território argentino ficasse limítrofe com Assunção. Se o Enviado Imperial não tivesse sucesso nesse sentido, o Tratado de Paz que fosse assinado com o Paraguai significaria, segundo Cotegipe, apenas uma trégua, “mais ou menos longa”, seguida de eventual eclosão de uma guerra com a Argentina.⁴⁴

O Governo Imperial estava convencido de que o Presidente Sarmiento queria anexar o Paraguai à Argentina.⁴⁵ A instalação do Governo Provisório paraguaio, mesmo com Solano López continuando a combater, era uma forma de reafirmar a continuidade da existência do Paraguai como Estado independente. Estimulados por Paranhos, cidadãos paraguaios de Assunção solicitaram aos Aliados a constituição de um tal Governo. Foi com dificuldade que o Enviado brasileiro conseguiu a concordância do Chanceler argentino Mariano Varela.⁴⁶ A postura de Mariano Varela indicava que o Governo de Sarmiento temia que o Império, valendo-se do Tratado de 1865 e das autoridades provisórias, estabelecesse um protetorado sobre o país guarani.

O Tratado da Tríplice Aliança não havia estabelecido nenhuma norma sobre a instalação de um Governo Provisório no Paraguai. Tal omissão pode ser explicada por esperar-se que, iniciada a guerra, um movimento de oposição surgisse no país e depusesse Solano López, fato que não ocorreu. A possibilidade de instalar um Governo Provisório em Assunção, com Solano López ainda combatendo, foi levantada pela primeira vez, em 1867, pelo Conselho de Estado brasileiro.⁴⁷

Em 2 de junho de 1869, os representantes aliados assinaram dois protocolos, definindo a criação de um Governo Provisório paraguaio. Tal Governo instalou-se dois meses depois, em 15 de agosto, na forma de um Triunvirato, sem controlar o território nacional e aceito apenas pelos Governos da Tríplice Aliança, enquanto os demais países continuavam reconhecendo Francisco Solano López como Chefe de Estado. As novas autoridades logo tiveram que enfrentar um problema externo, pois instalara-se no Chaco, para explorar madeira, o aventureiro norte-americano

Eduardo Hopkins. Este recusou-se a pagar impostos às novas autoridades paraguaias, sob a alegação de que o Tratado da Tríplice Aliança determinava ser argentino aquele território. O General Emílio Mitre, Comandante das Forças argentinas, em dura nota ao Triunvirato, datada de 17 de novembro de 1869, afirmou que o Chaco pertencia exclusivamente a seu país. Pretextando necessidade de uma autoridade que concedesse licenças às diversas madeireiras instaladas nesse território, Emílio Mitre comunicou a Paranhos que mandara instalar uma guarnição militar argentina em Villa Occidental, localizada na margem oposta a Assunção, no rio Paraguai.⁴⁸

Esse acontecimento levou o Governo Imperial a explicitar sua postura contrária à posse argentina do Chaco, sendo o marco de uma luta diplomática que se estendeu pelos anos seguintes.⁴⁹ O Governo argentino esclareceu que não se recusava a tratar a questão do direito sobre o Chaco com o Governo paraguaio, nem se negava a discutir a reivindicação boliviana do mesmo. Às autoridades provisórias de Assunção, que protestaram contra a ocupação de Villa Occidental, Mariano Varela afirmou que a vitória militar não dava direito às nações aliadas de impor limites ao Paraguai. Estes deveriam ser discutidos com o Governo permanente que viesse a constituir-se.⁵⁰ Desse modo, a Argentina, ao aceitar negociar territórios que poderiam ser seus pela vitória militar, abandonava as vantagens obtidas com a guerra.

Solano López morreu em combate com as tropas brasileiras em 1º de maio de 1870, e, no mês seguinte, os representantes Aliados assinaram com o Governo Provisório um protocolo declarando a paz, no qual o Paraguai aceitava “en su fondo” o Tratado da Tríplice Aliança. Os tratados definitivos de paz seriam assinados pelo futuro governo permanente paraguaio, que poderia, inclusive, propor mudanças ao documento de 1º de maio de 1865.⁵¹ Tanto o Brasil, quanto a Argentina, tinham motivos de satisfação com esse Protocolo, no qual cada Aliado procurava inutilizar a intenção que supunha ser do outro, em relação ao Paraguai. Do lado brasileiro, se criava a possibilidade de fixar no rio Pilcomayo a fronteira do Paraguai com a Argentina. Esta, por sua vez, conseguiu que o Império aceitasse que apenas o Governo permanente paraguaio pudesse assinar o Tratado de Paz, evitando surpresas se a assinatura fosse feita pelas autoridades provisórias, dependentes da diplomacia brasileira.

Bartolomé Mitre opôs-se à nova política argentina em relação ao Paraguai. Expôs ao Presidente Sarmiento que o Governo argentino não poderia manter o princípio de que a vitória não dava direitos, quando para reafirmá-los havia travado uma guerra. Sarmiento resolveu alterar essa política, levando Mariano Varela a renunciar ao cargo de Chanceler, em agosto de 1870.⁵² Seu substituto, Carlos Tejedor, passou a exigir a aplicação do Tratado da Tríplice Aliança para definir os limites argentino-paraguaios.

A mudança de política do Presidente Sarmiento não foi bem-sucedida. Aprofundaram-se, sim, as divergências aliadas nas negociações que se deram, em Assunção, com o Governo paraguaio. Os representantes aliados eram Manuel

Quintana, pela Argentina, o Chanceler uruguaio Adolfo Rodríguez e, pelo Brasil, o Barão de Cotegipe. As instruções de Cotegipe não reconheciam ser argentino o território chaquenho até Bahía Negra e afirmavam que a solução “conveniente” seria a de que coubesse à Argentina unicamente a área até o rio Pilcomayo.⁵³ Nas negociações de Assunção, os representantes brasileiro e uruguaio não se solidarizam com as reivindicações territoriais argentinas apresentadas ao Governo paraguaio. Isolado, Quintana retirou-se do Paraguai, seguindo instruções de Tejedor para o caso de os outros representantes aliados se recusarem a ser solidários com a posição argentina nas negociações e defenderem o direito de o país guarani apresentar documentos de sua soberania sobre o Chaco.⁵⁴

4. A retomada da rivalidade

a) Brasil: paz com o Paraguai, tensão com a Argentina

A diplomacia argentina favorecia, mais uma vez, o Império, deixando-lhe campo livre para atingir seus objetivos. O Presidente constitucional paraguaio (em 1870, uma Constituinte elaborou a primeira Carta Magna do país), Salvador Jovellanos, propôs ao Barão de Cotegipe o início das negociações de paz, em separado. Em fevereiro de 1872, foram assinados os Tratados de Paz, Limites, Extradicação, Amizade e de Comércio e Navegação entre Brasil e Paraguai.⁵⁵ O Império brasileiro realizou, então, seus objetivos históricos em relação ao Paraguai. As fronteiras entre os dois países foram definidas nos termos perseguidos pelo Rio de Janeiro, há duas décadas – restringindo-as, inclusive, ao rio Apa, conforme reivindicação tradicional, em lugar de avançar até o Iguerey, como estabelecera o Tratado da Tríplice Aliança – e a livre navegação dos rios internacionais nos termos do Direito Internacional. Esses Tratados permitiram, ainda, a continuidade, por tempo indeterminado, da presença de tropas brasileiras em território paraguaio. Essas forças militares respaldavam o controle que a diplomacia imperial exercia sobre a política interna paraguaia, com a finalidade de impedir que o Governo do Paraguai fosse exercido por elementos simpáticos à Argentina.

A paz em separado entre um dos países aliados e o Paraguai era vedada pelo Tratado da Tríplice Aliança, motivando em Buenos Aires críticas generalizadas.⁵⁶ Reagindo, o Governo argentino designou, em 31 de janeiro de 1872, o General Julio de Vedia como Governador Militar para o Chaco, sediando-o em Villa Occidental. Esse militar chegou a propor que todo o Chaco fosse incorporado à Argentina, sem mais discussões.⁵⁷ O Chanceler brasileiro, Francisco Correia, levantou a hipótese de que Villa Occidental, por sua proximidade a Assunção, pudesse tornar-se base de ação argentina para desestabilizar o Governo paraguaio. Já o Presidente guarani, Salvador Jovellanos, protestou contra o ato da Argentina, que classificou de arbitrário, e que não deixava dúvidas sobre “las ideas

de absorción que tiene la República Argentina sobre el Paraguay”.⁵⁸ Tropas brasileiras, por sua vez, ficaram alerta em Assunção e na ilha de Cerrito, na confluência dos rios Paraná e Paraguai, ponto estratégico no controle da navegação da área.

Villa Occidental, de fato, era “ponto fronteiro e estratégico contra o Paraguai”.⁵⁹ Essa área não sofria inundações, mesmo durante o inverno, constituindo-se, pois, uma posição vital para a presença militar argentina na região. Ademais, conforme destacou o Barão de Cotegipe, se essa vila se tornasse argentina e fosse fortificada, poderia ser usada para interromper as comunicações do Império com Assunção.⁶⁰ Nesta hipótese, o Brasil ficaria impotente em relação a qualquer acontecimento na capital paraguaia, facilitando a hegemonia da Argentina sobre o Paraguai.

Em fevereiro de 1872, o Presidente Sarmiento acreditava que a paz em separado, assinada por Cotegipe em Assunção, “nos llevará a la guerra inevitablemente o a dejar al Paraguay provincia brasileña”.⁶¹ Inferiorizado militarmente, o Governo argentino buscou a conciliação, enviando ao Rio de Janeiro Bartolomé Mitre, figura respeitada nos meios políticos brasileiros. Mitre chegou à Capital brasileira em julho de 1872, mas o entendimento entre os dois antigos aliados era dificultado pelas desconfianças que o Império possuía das reais intenções argentinas. Ambos os países armavam-se, realimentando a tensão nas relações bilaterais. Situação que era agravada por Bolívia e Chile, que buscavam aproveitar-se das divergências entre os dois aliados para utilizar o Império como respaldo, a fim de fortalecer suas demandas junto à Argentina. O representante da Bolívia – que reivindicava parte do Chaco – em Buenos Aires, solicitou que o Governo brasileiro não cedesse nas negociações com Mitre, pois a intransigência seria a única forma de levar o Governo argentino a desistir de suas pretensões ambiciosas e a relacionar-se “razovelmente” com os Estados vizinhos.⁶² O Governo chileno, por sua vez, propôs ao Império uma aliança militar que “garantisse reciprocamente os direitos que cada um reclama contra as Repúblicas Argentina e da Bolívia”. Esta última, porém, afirmou Ibañez, aceitas suas reivindicações sobre o Chaco, se aliará ao Brasil e Chile contra a Argentina.⁶³

Ciente de que a paz em separado entre Brasil e Paraguai era um fato consumado, Bartolomé Mitre conseguiu sua aceitação pelo Governo argentino. Em troca, obteve que o Governo Imperial reafirmasse a vigência do Tratado de 1º de maio de 1865 e se comprometesse a cooperar “com sua força moral” nas negociações entre os Governos argentino e paraguaio para a assinatura dos tratados de paz.⁶⁴ Mitre foi recebido triunfalmente na volta a Buenos Aires, tornando-se fortíssima sua candidatura para as próximas eleições presidenciais.⁶⁵ Contudo, o acordo não foi um grande feito para a Argentina, pois continuavam a vigorar os Tratados de 1872, assinados por Cotegipe, e permanecia em solo guarani a Divisão de Ocupação do Exército brasileiro, essencial para o controle que o Governo Imperial exercia

sobre o Paraguai. Reafirmou-se, também, que a posse do Chaco caberia à parte que possuísse a documentação mais convincente.

Confiando no “apoio moral” do Império, Bartolomé Mitre partiu para Assunção, no início de 1873, com instruções de assinar um tratado de limites em que o Governo paraguaio reconhecesse o Chaco como argentino até o Pilcomayo, incluindo Villa Occidental. A região ao norte desse rio deveria ser submetida à arbitragem internacional, e as Missões seriam argentinas. Para a Chancelaria argentina, a posse de Villa Occidental era a base para seu país colonizar o Chaco, enquanto Mitre não via utilidade em mantê-la.⁶⁶ Nas novas negociações, Mitre não obteve o apoio prometido do negociador brasileiro, o Barão de Araguaia, pois o Governo Imperial não alterou sua política quanto ao assunto, exceto em aceitar que a ilha de Atajo fosse argentina.⁶⁷

Nas negociações de Assunção, o impasse encontrava-se na recusa do Governo paraguaio, estimulado pelo Barão de Araguaia, para tratar com Mitre a posse do território acima do Pilcomayo. O Governo argentino tinha dificuldade em recuar do erro que, reservadamente, reconhecia haver cometido ao reivindicar esse território, o qual se tornara questão de amor-próprio nacional.⁶⁸ Em 1874, haveria eleição presidencial no país vizinho, e Carlos Tejedor, candidato em potencial,⁶⁹ não podia aparecer perante a opinião pública antibrasileira de seu país como um fraco que recuara frente ao Império.

Fracassando em atingir os objetivos determinados por sua Chancelaria, Bartolomé Mitre retirou-se de Assunção. A Argentina era, então, o único país da Tríplice Aliança que não havia assinado os tratados de paz com o Paraguai, pois o Uruguai o fizera em agosto de 1873.

No Paraguai, findo o mandato do Presidente Jovellanos, foi eleito para o cargo Juan Bautista Gill, com apoio brasileiro. Na Argentina, por sua vez, Nicolás Avellaneda assumiu a Presidência da República, em outubro de 1874, e retomou as negociações com o Brasil e o Paraguai. Para tanto, enviou ao Rio de Janeiro o próprio Carlos Tejedor, que chegou, então, a um acordo com o Enviado Especial paraguaio Jaime Sosa Escalada. Pelo acordo, as Missões e a ilha de Atajo seriam territórios argentinos, enquanto o Chaco, ao norte do Pilcomayo, caberia ao Paraguai, exceto Villa Occidental. Esta localidade e mais um pequeno território adjacente pertenceriam à Argentina que, em troca, cancelaria a dívida de guerra pública paraguaia para consigo.⁷⁰

O Governo Imperial colocou-se contra tal Tratado e, em ação fulminante, conseguiu que o Congresso paraguaio o rejeitasse. A essa altura, o Presidente Gill indispuera-se com os comerciantes brasileiros residentes em Assunção, em virtude de medidas que tomara frente à grave situação econômico-financeira do país. Esses comerciantes contavam com a solidariedade do representante brasileiro, José Felipe Pereira Leal, que desobedecia instruções do Rio de Janeiro, no sentido de manter-se neutro na política interna paraguaia.⁷¹

b) A paz argentino-paraguaia: termina a Tríplice Aliança

O Presidente Gill executou, então, o movimento de sair da órbita de influência do Império e de buscar o respaldo da Argentina, graças à postura do Governo Avellaneda de reconhecer os desacertos de seu País nas negociações de paz com o Paraguai. A Chancelaria argentina deu garantias de apoio ao Presidente Gill, para que não temesse afastar-se da influência do Império.⁷² Avellaneda buscou, ao mesmo tempo, distender as relações com o Brasil.⁷³

Embora Dardo Rocha, Enviado argentino, partisse de Assunção, em julho de 1875, sem ter obtido a ratificação do Tratado Sosa-Tejedor, estabeleceu canais secretos para uma negociação direta entre seu governo e o do Paraguai, sem a participação de representante brasileiro. Aldeodato Gondra, comerciante argentino radicado na capital paraguaia, ficou encarregado de ser o elemento de ligação entre aqueles governos. Gondra, associado com o Cônsul argentino Sinforiano Alcorta, passou a influenciar o Presidente Gill para que se afastasse do Império.⁷⁴

Em meados de 1875, Bernardo de Irigoyen assumiu a Chancelaria argentina, convencido de que seu País deveria agir para retirar o Paraguai da órbita da influência brasileira. Para tanto, devia-se obter a retirada das tropas imperiais de Assunção, solucionar a questão de limites argentino-paraguaia e “vincular” o Paraguai à Argentina.⁷⁵

Em 3 de fevereiro de 1876, o novo Chanceler argentino Bernardo de Irigoyen e o representante paraguaio, Facundo Machaín, assinaram em Buenos Aires os Tratados de Paz, Limites, Amizade e de Comércio e Navegação. Determinou-se o rio Paraguai como limite entre as duas Repúblicas, sendo que os territórios das Missões e do Chaco Central foram declarados argentinos. O resto do território chaquenho foi dividido em duas porções, com a Argentina renunciando a qualquer pretensão entre bahía Negra e o rio Verde. Já a área entre este rio e o braço principal do rio Pilcomayo, incluindo Villa Occidental, seria submetida à arbitragem do Presidente dos Estados Unidos. As ilhas de Atajo e Apipé permaneceram com a Argentina e Yaceretá com o Paraguai. Decidiu-se que as forças de ocupação se retirariam do Paraguai até 3 de junho do mesmo ano. Com referência à dívida de guerra, foram reconhecidos como tal os gastos do Governo argentino no conflito, bem como os prejuízos causados a propriedades públicas e privadas, quando da invasão de Corrientes em 1865.⁷⁶

O início das negociações de paz ocorreram à revelia do Governo brasileiro, que, no entanto, foi convidado e aceitou enviar um representante. Ainda assim, os tratados assinados entre a Argentina e o Paraguai, nas palavras de Ernesto Quesada, “consagraban todas las soluciones de la diplomacia imperial”. Isto porque esses documentos estabeleceram a desocupação simultânea de tropas brasileiras e argentinas, respectivamente de Assunção e de Villa Occidental; reconheceram a dívida de guerra; e, ainda, encontraram uma solução equilibrada para a questão de

limites. O próprio representante brasileiro nas negociações desses Tratados, Barão Aguiar de Andrada, analisou-os como a realização dos objetivos do Governo Imperial, embora a posse pelo Paraguai de Villa Occidental e território adjacente não se desse de imediato, sendo submetida à arbitragem.⁷⁷ Em 1878, o laudo arbitral do Presidente norte-americano Rutherford Hayes declarou paraguaia essa área litigiosa.

Terminava, assim, a lenta agonia da cooperação argentino-brasileira, projeto estratégico do Governo Mitre, cuja viabilização só foi possível para enfrentar o agressor comum, o ditador paraguaio Francisco Solano López. Tanto na Argentina quanto no Brasil, a aliança estratégica entre os dois maiores países sul-americanos foi encampada por setores políticos minoritários, desgastando-se aceleradamente a partir do desaparecimento daquele inimigo, em 1870. Desde 1868, os críticos dessa aliança ascenderam ao Poder, tanto em Buenos Aires quanto no Rio de Janeiro, projetando no outro aliado objetivos contrários à soberania do Paraguai. Para a Argentina, o Império queria ter o país guarani como protetorado; para o Brasil, o Governo Sarmiento buscava sua incorporação. As políticas externas argentina e brasileira, em dinâmica realimentadora entre a imagem que criaram e a realidade em boa parte resultante dessa criação, rivalizaram-se para impor sua influência na reconstrução institucional e na definição territorial do país guarani no pós-guerra. Historicamente precoce, a cooperação estratégica planejada por Mitre constituiu-se, de todo modo, em um precedente, a esperar momento histórico mais favorável para sua realização.

Notas

* Trabalho apresentado em 11.9.97, no Seminário *Procesos de Integración y Bloques Regionales, Historia, Economía y Política*, realizado em Buenos Aires, sob os auspícios da Asociación Argentina de Historia de las Relaciones Internacionales y da Commission of History of International Relations.

¹ As repercussões dessa afinidade ideológica estão analisadas em TJÁRKS, German O. E. *Nueva Luz sobre el origen de la Triple Alianza*. In: *Revista Histórica*, Buenos Aires, Instituto Histórico de Organización Nacional, I: 1, Octubre-Diciembre, 1977, pp. 131-171. Discordamos, porém, de que a articulação entre os governos liberais dos dois países tenha-se dado sem o pleno conhecimento do Presidente Mitre e do Imperador Pedro II.

² José Pedro Barrán, *Apogeo y Crisis del Uruguay Pastoril y Caudillesco; 1839 – 1875*, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1982, p. 80 e 84.

³ Idem, p. 84.

⁴ Luis Alberto Moniz Bandeira, *O expansionismo brasileiro; o papel do Brasil na Bacia do Prata – da colonização ao Império*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 222-225 e 246.

⁵ José Pedro Barrán, *op. cit.*, p. 70.

⁶ Luiz Alberto Moniz Bandeira, *op. cit.* pp. 231-232 e Amado Luiz Cervo., *O Parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora da UnB, 1981, p 98-106.

⁷ Enrique Arocena Oliveira, *Evolución y apogeo de la diplomacia uruguaya, 1828-1948*. Montevideo: División Imprenta del Palacio Legislativo, 1984, p. 49 e 90-91.

- ⁸ Nota do Chanceler paraguaio José Berges a seu colega argentino Rufino de Elizalde, Assunção, 6.9.1863. *Archivo del General Mitre* [doravante:AGM]. Buenos Aires, La Nación, 1910, v. II, p. 41.
- ⁹ Rufino de Elizalde para o Ministro Plenipotenciário em Londres, Mariano Balcarte, Buenos Aires, 9.10.1863. *Archivo Rufino de Elizalde – el doctor Rufino de Elizalde y su epoca vista atraves de su archivo* [doravante: ARE]. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras – Universidad de Buenos Aires, 1974, v. IV, p. 100.
- ¹⁰ Amado Luiz Cervo, *op. cit.*, p.16; 88-89.
- ¹¹ Nabuco de Araújo, *Nabuco de Araújo: Um estadista no Império*. São Paulo: Progresso, 1946, v. II, p. 163. Luis A. Moniz Bandeira, *op. cit.*, pp. 232-233.
- ¹² Blanco del Valle, Ministro Residente espanhol, para Secretaria de Asuntos Exteriores, Ofício 52, Rio de Janeiro, 9.5.1864. *Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores – Consulado y Legación en Brasil – Espanha, Legajo* 1416.
- ¹³ *Instruções da Missão Confiada em 1864 ao Conselheiro Saraiva*, Rio de Janeiro, 20.4.1864 In: LOBO, Hélio. *Antes da guerra (a Missão Saraiva ou os preliminares do conflicto com o Paraguay)*. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1914, p. 292-294.
- ¹⁴ Saraiva para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, Montevidéu, 14.5.1864. *Idem*, p. 305.
- ¹⁵ *Idem*, p. 299-300.
- ¹⁶ *Protocolo firmado por el Señor Ministro de Relaciones Exteriores de la República Argentina y el Señor Consejero Don J. Antonio Saraiva, Plenipotenciário de S. M. el Emperador del Brasil en que se consignan las declaraciones que hacen a nombre de sus respectivos Gobiernos de que en cualquier eventualidad que pudiese resultar de sus cuestiones con el Brasil, serán mantenidos los tratados que garanten la independencia, soberanía e integridad territorial de la República Oriental del Uruguay*, Buenos Aires, 22.8.1864. In: Centro de Estudios de Derecho Internacional Público, *La política exterior de la República Argentina*, Buenos Aires, Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidade de Buenos Aires, 931, p. 65-66.
- ¹⁷ Nota do Governo paraguaio à Legação brasileira em Assunção, 30.8.1864. RRNE, 1865, p. 173-174.
- ¹⁸ Joaquim Nabuco, *Um Estadista no Império*, v. I, p. 48.
- ¹⁹ Nota do Governo paraguaio à Legação brasileira, Assunção, 12.11.1864. RRNE, 1865, p. 180.
- ²⁰ Discurso do Senador Paranhos, Sessão de 5.6.1865. *Anais do Senado*, 1865, v. II, Apêndice, p. 7.
- ²¹ Declaración del índio brasileiro desertor de las fuerzas de Coimbra, José Antonio Acosta, Asunción, 10.10.1864. *Archivo Nacional de Asunción*, v. 340, nº 11.
- ²² José Brizuela, Agente Comercial paraguaio, para o Chanceler José Berges, Montevidéu, 30.12.1864. *Archivo General de la Nación – Argentina [doravante: AGNA], Paraguay – Vários*, X-1-9-12.
- ²³ Apud. José Sagastume, In: Hélio Lobo, *op. cit.*, p. 276.
- ²⁴ José Pedro Barrán, *op. cit.*, p. 88.
- ²⁵ Protocollo de Negociação da Paz celebrada em Villa de União, em 20.2.1865. RRNE, 1865, p.157.
- ²⁶ Pelham Horton Box, *Los Orígenes de la Guerra del Paraguay contra la Triple Alianza*. Buenos Aires, Editorial Nizza, 1958, pp. 304-305.
- ²⁷ Saraiva para Ellizalde, Rio de Janeiro, 22.9.1864.ARE. IV, p. 394.
- ²⁸ Rufino de Elizalde para José Mármol, Ofício Confidencial, Buenos Aires, 21.3.1865. AGNA, VII-2-4-8. José Mármol para Mitre, Rio de Janeiro, 4.5.1865. *Archivo Inédito del General Mitre – Museo Mitre*, doc. 6891
- ²⁹ Almeida Rosa para o Chanceler brasileiro Dias Vieira, Ofício Confidencial, Buenos Aires, 20.4.1865. Arquivo Histórico do Itamaraty [doravante: AHI], 272-1-21.
- ³⁰ Elizalde para Saraiva, Carta Particular, Buenos Aires, 11.5.1865. *Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* [doravante:AMREC], *Guerra de la Triple Alianza, Caja 1, Folio 4*.

- ³¹ Idem, carta particular, Buenos Aires, 25.8.1865. *ibidem*, *Folio* 19-20.
- ³² Elizalde para José Maria da Silva Paranhos, Buenos Aires, 25.2.1866. Id., *Folio* 30.
- ³³ Almeida Rosa para Chanceler Dias Vieira, Ofício Confidencial, Buenos Aires, 25.4.1865. AHI, 272-1-21.
- ³⁴ RRNE, 1872, Anexo 1, pp. 1-28.
- ³⁵ Anteriormente a reivindicação brasileira chegava até o rio Apa. A ampliação do território destinado à Argentina, a qual anteriormente reivindicava a parte do Chaco apenas até o rio Bermejo, levou Almeida Rosa, por iniciativa própria, a ampliar o território brasileiro até o rio Iguerey.
- ³⁶ Almeida Rosa, Sessão do Senado, 13.7.1870. *Anais do Senado*, 1870, v. III, p. 88.
- ³⁷ Parecer da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado In Joaquim Nabuco, *op. cit.*, v. IV, p. 229-231; ver também v. II, p. 207-238.
- ³⁸ Almeida Rosa para Saraiva, Buenos Aires, 26.4.1866. In: Wanderley Pinho, *Cartas de Francisco Octaviano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1977, p. 160-161.
- ³⁹ Idem, Buenos Aires, 8.6.1865, p. 136. A Tríplice Aliança estabelecia a base “para uma reconciliação e amizade entre as duas raças que tanto se odiaram” e a experiência em comum da guerra contra o Paraguai, “auxiliada pelo bom senso dos generais Mitre e Flores e dos verdadeiros liberais das duas repúblicas”, evitariam novos problemas para o Brasil no Prata. Id., Buenos Aires, respectivamente, 27.2 e 12.1.1866, p. 153 e 145.
- ⁴⁰ Mitre para Mackenna, Buenos Aires, 22.3.1865. *Archivo del General Mitre*, v. XXI, p. 43. Mitre para Urquiza, Buenos Aires, 27.1.1865. Idem, v. II, p. 123.
- ⁴¹ Francisco Fernando Monteoliva Doratioto, *As relações entre o Império do Brasil e a República do Paraguai (1822-1889)*, Dissertação de Mestrado (1989), Departamento de História da Universidade de Brasília, mimeografado, v. I, p. 274-275.
- ⁴² Sarmiento para Emílio Mitre, Buenos Aires, 21.1.1869. In: José Campobassi, *Sarmiento y su Época*. Buenos Aires, Editorial Losada, 1982, v. II, p. 212.
- ⁴³ Cotegipe para Paranhos, Instruções, 1.2.1869. AHI, 272-3-3.
- ⁴⁴ Idem, Rio de Janeiro, 15.4.1869. In: Wanderley Pinho, *Cartas do Imperador D. Pedro II ao Barão de Cotegipe*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1933, p. 80.
- ⁴⁵ Idem, Rio de Janeiro, 22.2 e 15.4.1869. In: id., p. 72 e 79. Paranhos para Cotegipe, Ofício Reservado, Buenos Aires, 22.5.1869. AHI, Arquivo do Visconde do Rio Branco, 272-3-12. Com a missão do Chanceler José Maria da Silva Paranhos ao Prata, assumiu interinamente a Chancelaria brasileira outro expoente do Partido Conservador: José Maurício Wanderley, o Barão de Cotegipe.
- ⁴⁶ Paranhos para Cotegipe, carta particular nº 14, Buenos Aires, 26.4.1869. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Arquivo do Barão de Cotegipe, Lata 932, Pasta 133.
- ⁴⁷ Sessão de 30.9.1867. AHI, Atas da Seção dos Negócios Estrangeiros do Conselho de Estado (cópia datilografada), p. 417-440
- ⁴⁸ RRNE, 1872, Anexo 1, pp. 111 e 116-117.
- ⁴⁹ Paranhos se referiu a Villa Occidental como “antiga colônia paraguaia denominada Nova Bordéus”. Paranhos para Emílio Mitre, Assunção, 23.11.1869. Idem, p. 112-113.
- ⁵⁰ Nota do Governo argentino à Missão Especial do Brasil no Paraguai, Buenos Aires, 27.12.1869. Id., 1872, Anexo 1, pp. 120-121. Nota do Governo argentino ao Governo Provisório, Buenos Aires, 27.12.1869. Id., p. 122.
- ⁵¹ Nota do Governo argentino à Missão Especial do Brasil no Paraguai, Buenos Aires, 27.12.1869. Idem, p. 120-121. Nota do Governo argentino ao Governo Provisório, Buenos Aires, 27.12.1869. Idem, p. 122. Protocolo de 20 de junho de 1870. Idem, p. 173. Nota do Chanceler uruguaio Adolfo Rodríguez para Paranhos, Montevidéu, 1.8.1870. Idem, p. 174.

- ⁵² José Campobassi, *Mitre y su Época*. Buenos Aires: Editorial Universitária, 1980, v. II, p. 214-215.
- ⁵³ *Instruções ao Barão de Cotegipe*, sem data. AHI, Missão do Barão de Cotegipe, 272-3-24. Cotegipe substituiu Paranhos no Prata, em virtude de este ter sido nomeado para chefiar o Gabinete brasileiro pelo Imperador Pedro II, que também o distinguiu com o título de Visconde do Rio Branco.
- ⁵⁴ Tejedor para Quintana, Buenos Aires, 29.11.1871. In: J. Ramón Cárcano, *Guerra del Paraguay: Acción y Reacción de la Triple Alianza*. Buenos Aires, Domingos Vian y Cia., 1941, v. II, pp. 494 e 496..
- ⁵⁵ RRNE, 1872, Anexo 1, p. 226-235.
- ⁵⁶ Editoriais *La Política del Brasil: Ruptura de la Alianza e Lo que exige la prudencia*. In: *El Nacional*, Buenos Aires, 18 e 23.1.1872, respectivamente. *Biblioteca del Congreso Argentino*. Editoriais *Las Palabras del Presidente Paraguayo; Nuestras Relaciones con el Brasil; La Cuestión del Brasil e La Política del Brasil y el tratado de alianza*. In: *La Tribuna*, Buenos Aires, respectivamente edição única de 8-9.4.1872; 10.4; 12.4 e edição única de 15-16.4.1872. *Biblioteca del Congreso Argentino*.
- ⁵⁷ Julio De Vedia para Coronel Martín De Gainza, Asunción, 1.4.1872. AGNA, *ex-Museo Histórico Nacional, Legajo* 36, doc. 4434.
- ⁵⁸ Correia para Cotegipe, Ofício Reservado, Rio de Janeiro, 8.2.1871. AHI, Missão Cotegipe, 272-3-22. Ap. Luis G. Benítez. *Historia Diplomática del Paraguay*. Asunción [s.n], 1972, p. 262-263.
- ⁵⁹ Miguel Gallegos, *Apuntes sobre algunas personas y cosas del Paraguay, que se relacionan intimamente con intereses argentinos*, Asunción, 20.2.1875. AGNA, *Archivo y Colección Dardo Rocha, Sala VII, Legajo* 242.
- ⁶⁰ Gondim para Cotegipe, Ofício Reservado, Buenos Aires, 8.12.1875. AHI, LBAO, 205-4-3. Cotegipe para o Barão Aguiar de Andrada, Carta Particular e Confidencial, Rio de Janeiro, 3.1.1876. AHI, Missão do Barão de Aguiar de Andrada, 271-1-7.
- ⁶¹ Sarmento a M. R. García, Ministro Plenipotenciário argentino nos Estados Unidos, Buenos Aires, 16.2.1872. In: ROSA, José Maria. *La Guerra del Paraguay y las Montoneras Argentinas*. Buenos Aires: Penã Lillo, p. 331.
- ⁶² Barão de Araguaia para Correia, Ofício Confidencial, Buenos Aires, 29.7.1872. AHI, MDBBAOE, 205-3-15.
- ⁶³ Aguiar de Andrada, representante brasileiro no Chile, para Correia, Ofício Reservado, Santiago, 3.6.1872. Idem, *Missões Diplomáticas Brasileiras – Santiago – Ofícios Reservados e Confidenciais*, 231-1-2.
- ⁶⁴ Ramón J. Cárcano, *op. cit.*, v. II, p. 714. Delgado de Carvalho, *História Diplomática do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1959, p. 90.
- ⁶⁵ Mitre para Tejedor, Rio de Janeiro, 21.11.1874. In: Ramón J. Cárcano, *op. cit.*, v. II, p. 716. Miguel Ángel Scenna, *Argentina – Brasil : Cuatro Siglos de Rivalidad*. Buenos Aires: La Bastilla, 1975, p. 246.
- ⁶⁶ Miguel Ángel Scenna, *Argentina-Brasil: cuatro siglos de rivalidad*, p. 247. Ramón J. Cárcano, *op. cit.*, v. II, p. 736.
- ⁶⁷ Instruções Reservadas do Chanceler Visconde de Caravelas para Araguaia, Rio de Janeiro, 8.3 e 5.6.1873. AHI, Missão Barão de Araguaia, 272-4-14, maço n° 1.
- ⁶⁸ Teixeira de Macedo, Encarregado de Negócios, para Caravelas, Ofício Reservado, Assunção, 18.7.1873. *Idem*, LBAOE, 205-3-16.
- ⁶⁹ Miguel Ángel Scenna, *op. cit.*, p. 249.
- ⁷⁰ Protocolo da Conferência de 10.5.1875. RRNE, 1875, Suplemento, p. 22-24.
- ⁷¹ José Felipe Pereira Leal, representante brasileiro no Paraguai, para o Chanceler Barão de Cotegipe, Assunção, 23.8.1875. AHI-ABC, Lata 901, Pasta 77.
- ⁷² Dr. Pedro A. Pardo, Chanceler argentino, para Dardo Rocha, Asunción, 30.6.1875. AGNA, *Archivo y Colección Dardo Rocha*, Legajo 242.
- ⁷³ Pádua Fleury para Caravelas, Ofício Reservado, Buenos Aires, 30.7.1875. AHI, MDBBAOE, 205-4-3.

⁷⁴ Sinforiano Alcorta, *Antecedentes Históricos sobre los Tratados con el Paraguay*. Buenos Aires: Moreno y Nunez, 1885.

⁷⁵ José Paradiso, *Debates y trayectoria de la política exterior argentina*. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1993, p. 28.

⁷⁶ RRNE, 1877, *República Argentina e Paraguay*, p. 35-60.

⁷⁷ Ernesto Quesada, *La Política Argentino-Paraguaya*. Buenos Aires: Bradahl, 1902, p. 169. Aguiar de Andrada para Cotegeipe, Buenos Aires, 4.2.1876. AHI, Missão do Barão Aguiar de Andrada, 271-1-8.

Resumo

O artigo demonstra que os ataques paraguaios a Mato Grosso (dezembro de 1864) e a Corrientes (abril de 1865) viabilizaram a implementação do projeto do Presidente argentino Bartolomé Mitre (1862-1868) de cooperação estratégica entre o seu País e o Brasil, no Rio da Prata. Em ambos os países, porém, essa cooperação foi encampada por setores políticos minoritários, desgastando-se aceleradamente a partir da morte do inimigo comum, Francisco Solano López, em 1º de março de 1870. Historicamente precoce, a cooperação estratégica planejada por Mitre constituiu-se, de todo modo, em precedente a esperar momento histórico mais favorável para sua realização.

Palavras-chave: relações Brasil-Argentina, relações Brasil-paraguai, Tratado da Tríplice Aliança

Abstract

The article shows how the Paraguayan attack on Mato Grosso (December, 1864) and Corrientes (April, 1865) made possible the implementation of Argentine's President Bartolomé Mitre's plan for strategic cooperation between his country and Brazil with regard to the River Plate estuary. In both countries, however, such cooperation was championed by political minorities, and it rapidly disintegrated with the death of the common enemy, Francisco Solano Lopez, on March 1st, 1870. Historically premature, the strategic cooperation planned by Mitre became, at any rate, a precedent, but it had to await a more favourable historical moment before becoming feasible.

Key words: Brazil-Argentina relations, Brazil-Paraguay relations, Triple Alliance Treaty

Resumen

El artículo demuestra que los ataques paraguayos a Mato Grosso (diciembre de 1864) y a Corrientes (abril de 1865) permitieron la implementación del proyecto del Presidente argentino Bartolomé Mitre (1862-1868) de una cooperación estratégica entre su país y el Brasil en el Río de la Plata. En los dos países, sin embargo, esa cooperación fue incorporada por sectores políticos minoritarios, desgastándose aceleradamente desde la muerte del enemigo común, Francisco Solano López, en 1° de marzo de 1870. Históricamente precoz, la cooperación estratégica planeada por Mitre se constituyó en un precedente a aguardar época histórica más favorable para su realización.

Palabras clave: relaciones Brasil-Argentina, relaciones Brasil-Paraguay, Tratado de la Tríptica Alianza.

Francisco José Lyra Silva

Mestre em História pela Universidade de Brasília. Professor da União Pioneira de Integração Social (UPIS).

Cotidiano, memória e oralidade: modos de ver uma cidade

“Nunca é demais insistir na nobreza de a vida cotidiana dizer que é a partir do “ordinário” que é elaborado o conhecimento social” (M. Maffesoli)

Introdução

O presente artigo tem por objetivo traçar linhas de interseção entre cotidiano, memória e oralidade e as possibilidades que o diálogo, entre esses saberes, oferece às ciências humanas.¹

Buscamos compreender o cotidiano, por meio das representações dos habitantes, que contam suas trajetórias de vida, e a relevância que tem, para eles, “*habitar e ser habitado* pela cidade”² onde vivem. Dessa maneira, somos levados a dialogar com autores de diferentes áreas de conhecimento, o que reforça o caráter interdisciplinar de nossa pesquisa e a constante invocação de *discursos de outros* segundo uma orientação dialógica, em que os depoimentos dos cidadãos recebem o mesmo tratamento e importância.

Ressaltamos aqui o eixo condutor e os referenciais teórico-metodológicos do estudo mencionado – no caso, a tríade *cotidiano/oralidade/memória* – que, por questão de didática, foram tratados separadamente, não obstante seus componentes estarem interligados. Salientamos que a aplicabilidade desses conceitos é demonstrada pelos próprios taguatinguenses em seus *modos de ver*, nas suas representações, ou seja, na maneira como percebem a cidade. Devemos acrescentar que, da parte empírica do trabalho, usamos neste artigo apenas fragmentos, para salientar a adequação dos conceitos e a sua utilização para a pesquisa.

Em item distinto, cuidamos da Cidade enquanto categoria. Pensá-la em diferentes abordagens permitiu-nos maior compreensão sobre a mesma e das formas de identificação dos habitantes em relação à ela, quer no âmbito geral, quer em casos específicos, como o tomado como referência nesse estudo.

1 – Cotidiano

Ao estudar a vida cotidiana, apoiamo-nos em elementos encontrados em diferentes autores; uma conduta, aliás, que presidiu os diálogos teórico-

metodológicos como um todo, entendendo que a multiplicidade de contribuições – desde que adotadas de modo harmônico – oferecem melhores possibilidades, enquanto instrumentos disponíveis para a captação do objeto.

De igual valor para o presente estudo foi a utilização de fontes orais, que serão abordadas mais à frente. Lembramos, contudo, que em nenhum momento houve a pretensão de exaurir o sentido das falas. Trabalhamos, sim, com sentidos possíveis, respeitando sempre a condição de sujeito dos depoentes, seguindo Bakhtin:

“O sujeito como tal não pode ser percebido nem estudado como coisa, posto que sendo sujeito não pode, se quiser continuara sê-lo, permanecer sem voz, seu conhecimento só pode ter um caráter dialógico.”³

Cumprindo ainda realçar que o tratamento dado ao cotidiano remete a dois aspectos fundamentais. Se, por um lado, *“o cotidiano não se descola do histórico”⁴*, por outro, a noção de representação é, no caso, imprescindível para a percepção dos modos de ver dos sujeitos suportes que calcaram a nossa pesquisa. De fato, pensar o cotidiano negligenciando a noção de representação, entendida como *“ato constitutivo idêntico e radical do real e do imaginário”⁵*, na perspectiva aqui adotada, obstruiria a reflexão dos sentidos possíveis dos discursos inventariados, em relação ao processo histórico de significação quando se retém que:

“Todo falante e todo ouvinte ocupa um lugar na sociedade e isso faz parte da significação. Os mecanismos de qualquer formação social têm regras de projeção que estabelecem a relação entre as situações concretas e as representações (posições) dessas situações no interior do discurso: são as formações imaginárias. O lugar assim compreendido, enquanto espaço de representações sociais, é constitutivo das significações.”⁶

Henri Lefebvre chama atenção para o binômio *cotidiano/representação* e indaga em que medida o cotidiano, em sua rotina diária massificante, tem influência nos rumos das sociedades modernas:

“O cotidiano, como conjunto de atividades em aparência modestas, como conjunto de produtos e de obras bem diferentes dos seres vivos (...) não seria apenas aquilo que escapa aos mitos da natureza, do divino e do humano. Não constituiria ele uma primeira esfera de sentido, um domínio no qual a atividade produtora (criadora) se projeta, precedendo assim criações novas?”⁷

Para Lefebvre, as atuais sociedades capitalistas, quer centrais, quer periféricas, apresentam uma tendência para a programação da vida cotidiana.

Dá-se esta programação tanto no tempo de trabalho social, quanto no tempo do não-trabalho (repouso, lazer, férias e outras atividades da vida privada)⁸.

Designa, Lefebvre, de cotidianidade à programação do cotidiano, cujos fatores que a fundamentam são a homogeneidade, a fragmentação e a hierarquização do próprio cotidiano. Penin, a partir dos referenciais de Lefebvre, aponta em um estudo o direcionamento do cotidiano escolar para a cotidianidade. Em oposição a esta, o autor salienta a existência de outros fatores que são a diferença, a unidade e a igualdade.⁹

Na tensão entre os fatores acima mencionados, Lefebvre percebe a possibilidade de apreender o cotidiano e as mudanças que nele ocorrem. Para tanto, faz-se necessário também considerar as manipulações da cotidianidade e as representações que se formam entre o *vivido* e o *concebido*. Penin diz que:

*“O concebido e o vivido se relacionam em movimento constante e entre ambos as representações fazem as vezes de mediadoras (Lefebvre, 1983:233). Entre as representações que se formam entre o concebido e o vivido, algumas se consolidam, modificando o concebido e o vivido: outras circulam ou desaparecem sem deixar pistas.”*¹⁰

Ainda sobre a noção de representação não se poderia descartar, aqui, a abordagem de Moscovici e seus seguidores, no recorte da Psicologia Social¹¹. Na verdade, o campo da representação tem lugar na vida cotidiana.

Finalmente, nesse diálogo com autores cujas reflexões subsidiaram o mencionado artigo, cumpre retomar, ainda, a questão da representação, desta feita em suas articulações com a cultura, enquanto sistema de representações e suporte de significações e as tramas do imaginário, mediadoras da percepção do real.

Trabalhar indivíduos ou grupos, a partir de suas representações cotidianas, significou ingressar no recorte sociocultural e eleger, na polissemia da noção de cultura, os seguintes entendimentos:

*“Cultura consiste num conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve.”*¹²

É preciso lembrar que utilizar depoimentos orais no presente estudo sobre o cotidiano exigiu sistematizá-los em um *corpus*; os discursos dos depoentes incumbiram-se de fornecer a fonte. Seleccionada a fonte, o historiador:

“desvenda uma intriga, compõe um enredo. Ele cria uma versão sobre a “passividade” dentro do que considerará o maior nível de plausibilidade. Para isso estabelecerá também o maior número possível de relações

*articulando o fenômeno estudado com os demais dados do contexto em que se situa...*¹³

Quanto à proposta de resgatar o cotidiano por meio de depoimentos orais, tal iniciativa cobrou algumas leituras de suporte orientadas para a oralidade e, em especial, à História Oral, como se verá a seguir.

2 – Oralidade

Trabalhar com História Oral permite ao pesquisador ultrapassar os labirintos arquivísticos e as tradicionais abordagens a partir de fontes escritas, oportuniza a produção de novas fontes e enriquece, por intermédio de relatos, a própria história, como diz Thompson:

*“... história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança vida para dentro da história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo.”*¹⁴

Thompson argumenta que, com a História Oral, o historiador urbano, que investiga problemáticas como as favelas, pode lançar um olhar para:

*“... outras formas típicas da vida social urbana: a pequena cidade industrial ou comercial, por exemplo, ou o subúrbio de classe média, onde se criam padrões locais de distinção social, de ajuda mútua entre vizinhos e parentes, de lazer e de trabalho.”*¹⁵

Thompson refere-se à História Oral em suas múltiplas possibilidades. Especificamente, a que, dos discursos orais, da vivência e dos relatos colhidos, surgem modulações do cotidiano.

A experiência do dia-a-dia com sua luta pela sobrevivência, suas alegrias e tristezas, aparece nas vozes quase sempre descartadas pela História Oficial. Como sinaliza Montenegro:

*“... o que importa na história oral não são os fatos acerca do passado, mas todo o caminho em que a memória popular é construída e reconstruída como parte de uma consciência contemporânea, a questão de como os historiadores vão usar suas fontes é um problema da história oral como de áreas afins.”*¹⁶

Atualmente, parece haver consenso quanto às duas vertentes que, de resto, não se excluem quanto aos enfoques da História Oral. O assunto é

retomado por Marieta de Moraes Ferreira. Ela recorda que, em uma das vertentes, a utilização dos depoimentos orais serve “*para preencher as lacunas deixadas pelas fontes escritas*”. A outra abordagem privilegia o estudo das representações e, nelas, os nexos entre a história, a memória e o imaginário que as perpassam. É nesse filão que se inscreve a nossa abordagem que, sem pretensões de ingressar na polêmica vigente ainda sobre a História Oral, acredita que ela:

“... tem-se revelado um instrumento importante no sentido de possibilitar uma melhor compreensão da construção das estratégias de ação e das representações de grupo ou indivíduos em uma dada sociedade.”¹⁷

Evidentemente, não se pode ignorar um aspecto que fortemente se associa aos depoimentos orais, ou seja, a questão da memória, a qual trataremos a seguir.

3 – Memória

A memória, seus atributos e seu papel na vida individual ou de grupos sociais, tem ensejado um sem-número de estudos, em recortes específicos de diferentes áreas do saber ou associando-os por meio de abordagem interdisciplinar.

Ao considerar os nexos entre a memória e a oralidade, Marcos A. da Silva lembra que:

“Embora a memória se manifeste através de diferentes suportes e seja discutida por historiadores brasileiros desde os anos 70, ... o apelo aos registros orais [audiocassete] e audiovisual [videocassete] tem marcado mais recentemente significativa parcela da discussão historiográfica entre nós sobre a questão.”¹⁸

No mesmo texto, o autor ingressa em oportunas reflexões sobre os elos entre oralidade, memória e identidade.

Significativo, nesse prisma, é o trabalho de Ecléa Bosi sobre “*Lembranças de velhos*”, em São Paulo, que ressalta a ligação íntima do fenômeno da memória com a vida social, traçando, com rara destreza e sensibilidade, a memória de velhos e suas contribuições às novas gerações. Destaca-se o cunho qualitativo da obra de Bosi, explicitando na utilização de conjunto de oito entrevistas, iniciativa que corrobora com a opção de não privilegiar o quantitativo, pois a “*memória é um cabedal infinito do qual só registramos um fragmento.*”¹⁹

Como exemplo, no caso dos relatos colhidos em Taguatinga, uma representação que encontra eco em, praticamente, todos os depoentes é a lembrança das festas juninas e de vizinhança em épocas como o Natal²⁰. Essa atitude é reveladora de um tipo de memória que não se confina nos estreitos limites da perspectiva de um *passado que não volta mais*; antes, há nuances e pluralidades que explicitam articulações passado/presente. Lembramos aqui a leitura de Raymond Williams, feita por Sílvia H. Borelli:

“A memória para Raymond Williams, deve ser seletivamente restaurada de maneira que matrizes culturais tradicionais possam adquirir sentido no momento presente.(...) Uma versão do passado que se deve ligar ao presente e ratificá-lo. Assim sendo, devem ser resgatadas apenas aquelas manifestações culturais que saltam do passado pela origem, irrompem no presente e se mesclam, significativamente e continuamente, à cadeia da temporalidade atual.”²¹

Ora, a citação supra implicou pensar de modo muito especial na categoria memória, associada à identidade e também à noção tempo. Malvina Muszkat sintetiza as articulações acima indicadas:

“A Identidade representa, aqui, uma unidade que se reconhece como tal e se organiza através da conscientização das inter-relações das vivências biopsíquicas de tempo, espaço e intersubjetividade. Entenda-se o ‘tempo’ como o foco dinâmico de um eterno vir-a-ser, no qual o presente inclui o passado e aponta para o futuro, o ‘espaço’, como uma situacionalidade em relação ao mundo que se habita e no qual se circula; e a ‘intersubjetividade’, como a empatia que permite o posicionamento de um Ser noutro Ser.”²²

Assim entendido, o recorte do tempo atravessado pela memória despoja-se dos congelamentos convencionais (presente/passado/futuro). Trata-se de um entendimento que permite articular temporalidades plurais como aponta Certeau²³. Sobre essa questão, considerando o balizamento indicado para a pesquisa (1958-1995), as leituras referentes à história do tempo presente ou história imediata encontraram no ensaio “*O imediato como referência permanente*” as melhores pistas. É que invocando *discursos de outrem*, Marcos da Silva com eles dialoga, envolvendo o leitor em variados posicionamentos, para ponderar:

“Tal como presente que perde a sua identidade no momento em que se pretende conceituá-lo, a história imediata é ultrapassada ao articular-

se com múltiplas temporalidades, o que se dá através da própria noção de história que lhe é subjacente.”²⁴

Cumpre também assinalar que, ao trabalhar o *corpus* constituído pelo conjunto de discursos orais, optamos pelo chamado “*método biográfico*”, por intermédio do qual os relatos concretos dos informantes se inscreveram nos núcleos temáticos sugeridos pelo pesquisador. Dessa maneira, não obstante recebendo os mesmos estímulos, as verticalizações ficaram por conta dos depoentes que as voluntariaram a partir das construções das respectivas memórias²⁵.

Tratando-se de uma conduta que privilegia a sensibilidade dos depoentes, cabe retomar a sempre lembrada reflexão:

*“Não tanto a busca da lembrança, mas o recordar no seu sentido forte, aqui também etimológico é colocar de novo no coração.”*²⁶

Entendendo com Certeau que “*O memorável é aquilo que se pode sonhar a respeito do lugar*”²⁷ e sendo a cidade o cenário no qual se desenvolvem e se engendram as representações dos depoentes, foi necessária uma especial reflexão sobre a Cidade enquanto categoria.

Conclusão: A cidade enquanto categoria – a polifonia dos olhares e modos de ver

Se a cidade, enquanto categoria, conta com estudos hoje clássicos como, por exemplo, a sempre referida obra de Weber²⁸, os estudos contemporâneos que associam cidade e cotidiano constituem um atrativo convite para pesquisas e reflexões que, despojando-se dos fechados escaninhos exclusivizadores de áreas do saber, abordam a cidade sob os mais variados enfoques.

O talento e a sensibilidade de Italo Calvino permitiram-lhe adotar a cidade como metáfora para reflexões que, associando o homem e os lugares que habita, desvendam elaboradas perspectivas filosóficas. Bem por isso, na contracapa da sua obra póstuma “*As cidades invisíveis*”, o apresentador pondera sobre:

*“este livro surpreendente, em que a cidade deixa de ser um conceito geográfico para se tornar o símbolo complexo e inesgotável da existência humana.”*²⁹

Na verdade, o aludido trabalho muito se beneficiou com a leitura do livro de Calvino, com quem, sem dúvida, aprendemos que:

“As cidades, como sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

— Eu não tenho desejo nem medo – declarou o Khan –, e meus sonhos são compostos pela mente e pelo acaso.”³⁰

Considerada a abordagem escolhida para o encaminhamento do trabalho em questão, o fragmento acima fala por si sobre a sua pertinência.

Ao pensar a cidade e a vida cotidiana como tema para estudo, consideramos importante retomar o discurso de Maffesoli, em mais de uma obra. Se em *“A conquista do presente”*, ao tematizar a vida cotidiana, enfoca a cidade como *“espaço indutor de socialidade”*, *“A contemplação do mundo”*, ao retomar dimensões do dia-a-dia, verticaliza tais observações, associando-as ao ideal comunitário, ao estilo e à imagem.³¹

É Maffesoli quem assevera:

“A cidade ou a casa, como sedimentação das histórias passadas, do tempo passado, serve assim de pólo de atração, constituindo sólidas fortalezas nessa luta permanente que é o afrontamento do destino. É aí que se deve ser buscado o fundamento do apego afetivo ou passiona
l que liga o indivíduo ou o grupo ao território, qualquer que seja.”³²

A maneira pela qual Benjamin enfocou a cidade moderna, não obstante os espaços e tempos não correspondentes aos balizamentos de nossa pesquisa, não poderia ser descartada. Enfim, que outro autor terá constituído melhores imagens que aquelas configuradas na fisionomia da cidade?³³

Tanto é pertinente a contribuição de Benjamin para os estudos referentes à cidade como plano de observações que, recentemente, autores brasileiros nele se inspiraram. Referimo-nos, por exemplo, ao excelente trabalho de Willy Bolle *“Fisiognomia da metrópole moderna – Representação da História em Walter Benjamin”*. Segundo Bolle:

“A representação benjaminiana da metrópole configura-se como uma obra aberta para um diálogo com as culturas na periferia do capitalismo.”³⁴

Nicolau Sevchenko é mais um autor que se inclui no elenco de obras compulsadas com *“Orfeu estático na metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20”*. Sendo o binômio cidade/cotidiano um dos

eixos de Sevicenko no desenvolvimento da obra aludida, tal leitura é considerada imprescindível.³⁵

Rastrear a categoria cidade conduz à leitura do clássico “*Raízes do Brasil*”. Nele, Sérgio Buarque de Holanda trabalha historicamente o processo urbano brasileiro, ingressando em comparações entre o mundo criado pelo português e a tônica da conduta espanhola.³⁶

Celebradas nos meios acadêmicos nacionais e internacionais, as obras do professor Milton Santos, nos aspectos que enfocam as questões territoriais e de cidadania, consistiram importantes suportes deste trabalho. São dele as reflexões que sabiamente articulam *espaço/cidadania/cidadão*:

“Há um cotidiano que se adapta à lógica hegemônica dos propósitos do Estado e das grandes firmas. Mas este é um cotidiano cego, preconceituoso, submisso à razão instrumental, pela qual a individualidade murcha e a obediência se impõe. Há, porém, um outro cotidiano, aquele pelo qual o homem redescobre a consciência e busca ampliá-la. Este cotidiano não se defende apenas pela letra de uma Constituição federal, mas igualmente (e mais freqüentemente) pela regras de convivência no lugar mesmo em que se vive. Esta consciência do homem, que faz dele um verdadeiro cidadão ou nele alimenta a vontade de sê-lo, também faz parte dos desígnios fundamentais e do longo prazo, porque diz respeito a própria essência humana.”³⁷

Já para Oliven, o estudo da categoria cidade pode ser encaminhado por meio de duas vertentes: como variável contextual e como variável dependente. É compatível a adoção das duas abordagens no mesmo plano de observação.³⁸

Neste estudo, ao lado de um olhar sobre a origem e o desenvolvimento da Cidade “variável dependente”, a preocupação volta-se sobretudo para o papel da Cidade na vida de seus habitantes, ou seja, “*variável contextual*.”³⁹

É ainda Oliven que, ao tratar da urbanização, lembra as “*áreas de envolvimento*”, tais sejam: família, religião, vida associativa, educação, lazer, cultura e práticas cotidianas. Tais rubricas, com os respectivos complementos e compatibilizações, sugerem a composição dos núcleos temáticos a serem considerados em entrevistas, tal como realizado na pesquisa que deu origem ao presente artigo.⁴⁰

Outro autor de importância é José de Souza Martins. A vida cotidiana em um subúrbio ensinou a este autor a oportunidade de trabalhar belamente São Caetano (São Paulo), em recortes plenos de sugestões para o desenvolvimento de estudos sobre cotidiano. É ainda de Martins que destacamos a seguinte consideração:

“Ao escrever este trabalho defrontei-me com alguns problemas de forma e estilo. Este é um texto que alguns autores chamam ‘pequena história’ e que classifico como história circunstancial. Nela o tempo e o espaço não podem ser separados do cenário em que se desenrola. Por isso, é quase uma história intimista, de vizinhança e de pequenos grupos.”⁴¹

As ponderações de Souza Martins são aqui tomadas por empréstimo ao encerramento deste artigo. No estudo do cotidiano urbano, tal como ocorrido no caso aqui considerado, representações, ora dissonantes, ora harmônicas, afloram do discurso dos habitantes, sugerindo traços comuns de identidade com sua cidade. Esta identidade que se gesta contém a semente de cidadania, também entendida como processo aberto e em funcionamento.

Notas

¹ Toma-se por base, para a presente discussão, o estudo da história local da cidade de Taguatinga, no Distrito Federal, presente em Francisco José Lyra Silva, *Fala Taguatinga: função referencial de uma cidade no cotidiano e memória de seus habitantes*. Brasília, Unb, 1995.

² A frase e a idéia sobre habitar e ser habitado pela cidade vem de um ensaio de Rouanet sobre o trabalho de Walter Benjamin referente à cidade de Paris. Conf. Sérgio Paulo Rouanet, *É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?* In: Dossiê Benjamin, Revista USP, n.º 15, set./out./nov. 1992.

³ Bakhtin citado in: Maria Teresa de Assunção Freitas, *Vygotsky & Bakhtin – psicologia e educação: um intertexto*, p. 117.

⁴ J. P. Netto e M. C. Brant Carvalho, *Cotidiano: conhecimento e crítica*, p. 66.

⁵ Edgar Morin, *O método*. 3. p. 106. Salientamos que não desconhecemos a existência de outros enfoques sobre a noção de representação, adotada aqui em uma perspectiva interdisciplinar, como se pode ver ao longo do texto outras noções serão apresentadas. Como exemplo, selecionamos a leitura de Morin por mostrar-se pertinente ao espírito deste estudo.

⁶ Eni Pulcinelli Orlandi, *Discurso e leitura*, p. 18.

⁷ Henri Lefebvre, *A vida cotidiana no mundo contemporâneo*, pp. 19-20.

⁸ Conf. Sônia Penin, *Cotidiano e escola: a obra em construção*, p. 20. Penin utilizou o instrumental teórico de Lefebvre para analisar a vida cotidiana de algumas escolas em São Paulo, em que pesa significativamente os conceitos de cotidiano, cotidianidade e representação.

⁹ Idem, pp. 24-25.

¹⁰ Idem, p. 27.

¹¹ Sobre o assunto ver, Pedrinho Guareschi (org.), *Textos em representação social*. E SPINK, Mary Jane (org.). *O conhecimento no cotidiano – as representações sociais na perspectiva da psicologia social*.

¹² Carmem Cínira Macedo, *Algumas observações sobre a cultura do povo*. In: Edênio Valle e José J. Queiroz (org.), *A cultura do povo*, p. 35.

¹³ Sandra Pesavento, *A História do fim do século em busca da escola*. In: Em Aberto, p. 166. Observação: confira no mesmo artigo a noção de “passividade”- acontecimentos ocorridos e transformados em fato histórico, não obstante, “irrecuperáveis em sua integralidade”.

¹⁴ Paul Thompson, *A voz do passado – História Oral*, p. 44.

¹⁵ Idem, p. 27. Sobre este ponto, é lapidar o relato de Vó França, uma das entrevistadas que chegou em Taguatinga em seus primórdios: “Eu vim direto pra esse lugar, esse lote, ... Não tinha nada aqui, era só uma ruazinha estreitinha ... Agora não, é casa que só, tem muito vizinho. Os vizinhos são ótimos, eu considero eles meus parentes...”. Evidencia-se, no discurso de Vó França, a presença de uma sólida rede de solidariedade que a liga aos vizinhos, os quais, aos poucos, foram chegando à rua de Taguatinga em que ela mora.

- ¹⁶A citação de Richard Johnson & Dawson Graham encontra-se em Antônio T. Montenegro, *História Oral e memória – a cultura popular revisitada*, p. 16.
- ¹⁷ Marieta M. Ferreira, *Entrevistas: abordagens e usos da História Oral*, p. 12.
- ¹⁸ Marcos A. da Silva, *História: o prazer em ensino e pesquisa*, p. 73.
- ¹⁹ Ecléa Bosí, *Sociedade e memória – lembranças de velhos*, p. 3
- ²⁰ A respeito dos relatos sobre festas em Taguatinga conferir em Francisco Silva, *op. cit.*, a segunda parte: *Os recordadores e os modos de lembrar*.
- ²¹ Sílvia H.S. Borelli, *Gêneros ficcionais: materialidade, cotidiano, imaginário*. In: Mauro W. Sousa *Sujeito, o lado oculto do receptor*, p. 76.
- ²² Malvina Muskat, *Consciência e identidade*, p. 26.
- ²³ Michel Certau, *A invenção do cotidiano*. Na nota número 7 do cap. VI, p. 335, diz: “*Memória no sentido antigo do termo, designa uma presença à pluralidade dos tempos e não se limita, por conseguinte, ao passado*”.
- ²⁴ Marcos A. da Silva, *op. cit.*, p. 8.
- ²⁵ A professora Olga de Moraes von Simson trabalhando com depoimentos orais adotou em sua pesquisa conduta que forneceu importantes subsídios para nossa pesquisa. Ver o artigo “*Folguedo carnavalesco, memória e identidade sociocultural*”. In: Revista de Cultura Resgate n.º 3, pp. 53 a 63.
- ²⁶ Adélia Bezerra de Menezes, *Memória e ficção*. In: revista de Cultura Resgate n.º 3, p. 15.
- ²⁷ Michel Certau, *op. cit.*, p. 190.
- ²⁸ Max Weber, *The city*.
- ²⁹ Italo Calvino, *As cidades invisíveis*, contracapa.
- ³⁰ Italo Calvino, *op. cit.*, p. 44
- ³¹ Michel Maffesoli, *A contemplação do mundo*, pp. 16-17.
- ³² Michel Maffesoli, *A conquista do presente*, p.57.
- ³³ Walter Benjamin, *A Paris do Segundo Reinado*. Extraído da organização feita por Flávio R. Kothe para a coleção “Grandes Cientistas Sociais”, pp. 44 a 122.
- ³⁴ Willy Bolle, *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*, p. 399.
- ³⁵ Nicolau Sevcenko, *Orfeu estático*, passim.
- ³⁶ Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, especialmente pp. 61-66.
- ³⁷ Milton Santos, *O espaço do cidadão*. pp. 108-109.
- ³⁸ Ruben Oliven, *Urbanização e mudança social no Brasil*. Em especial nossa pesquisa privilegiou a cidade enquanto variável contextual, segundo a visão de Oliven. Embora Taguatinga se afigure como variável dependente quanto a sua origem, interessou-nos detectar que influências a cidade tem na vida de seus habitantes e não salientar os vínculos de dependência que tem em relação à Brasília.
- ³⁹ Idem.
- ⁴⁰ Idem.
- ⁴¹ José de Souza Martins, *Subúrbio*, p. 19.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- BENJAMIN, Walter. *A Paris do Segundo Reinado*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. (Org.) Kothe, Flávio R. SP, Ática, 1988.

- BOLLE, Willy. *Fisiognomia da metrópole moderna: representação da história em Walter Benjamin*. São Paulo: Edusp, 1994.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Edusp, 1987.
- CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994.
- FERREIRA, Marieta M et alli. *Entrevistas: abordagens e usos de História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1994.
- FREITAS, Maria T. de Assunção. *Vygotsky & Bakhtin psicologia e educação: um Intertexto*. São Paulo: Ática, 1995.
- GUARESCHI, P. e JOVCHELOVITCH, Sandra (org.). *Textos em representação social*, São Paulo: Brasiliense, 1995.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.
- LEFEVBRE, H. *A vida cotidiana no mundo contemporâneo*. São Paulo: Ática, 1991.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.
- _____. *A contemplação do mundo*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1995.
- MARTINS, José de Souza. *Subúrbio – a vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha*. São Paulo: Hucitec, 1992.
- MENEZES, Adélia B. *Memória e ficção*. Revista de Cultura Resgate n.º 3, 1991.
- MONTENEGRO, Antônio. *História Oral e memória: a cultura popular revisitada*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MORIN, Edgar. *O método .3 – o conhecimento do conhecimento/ .1*. Portugal, Europa-América, 1986.
- MUSZKAT, Malvina. *Consciência e identidade*. São Paulo: Ática, 1992.
- NETO, J. P. & CARVALHO, M. C. Brant. *Cotidiano: conhecimento e crítica*. São Paulo: Cortez, 1994.
- OLIVEN, Ruben. *Urbanização e mudança social no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1982.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas, Ed. Unicamp, 1988.
- PENIN, Sônia. *Cotidiano e escola: a obra em construção*. São Paulo: Cortez, 1989.
- PESAVENTO, Sandra. *A história do fim do século em busca da escola*. Em Aberto, órgão de divulgação do MEC, INEP, dezembro de 1994.
- ROUANET, Sérgio Paulo. *É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nela?* In: Dossiê Benjamin, Revista USP, n.º 15, set./out./nov. 1992.
- SANTOS, Milton. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo – sociedade e cultura nos Frementes anos 20*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- SILVA, Francisco José Lyra. *Fala Taguatinga: função referencial de uma cidade no cotidiano e memória de seus habitantes (1958-1995)*. Brasília: UnB, 1995.

- SILVA, Marcos A. *História – o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- SPINK, Mary Jane (org.). *O conhecimento no cotidiano: representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SIMSON, Olga de M. von. *Folguedo carnavalesco, memória e identidade sociocultural*. Revista de Cultura Resgate, n.º 3, 1991.
- SOUSA, Mauro Wilton de (org.). *Sujeito, o lado oculto do receptor*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: História Oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VALLE, Edênio e QUEIROZ, José J. (org.). *A cultura do povo*. São Paulo: Cortez/IEE, 1984.
- WEBER, Max. *The city*. Glencoe, Illinois: The Free Press, USA, 1958.

Resumo

O artigo busca traçar linhas de interseção entre cotidiano, memória e oralidade a partir de uma ampla revisão bibliográfica, apontando as possibilidades que o diálogo entre estes saberes oferece à abordagem interdisciplinar nas ciências humanas e ao estudo do cotidiano das cidades.

Palavras-chave: cotidiano, memória, oralidade, cidade.

Abstract

This article endeavours to trace the lines of intersection between daily living, memory and orality, through a bibliographical survey, pointing out the possibilities the dialogue between these features offers to an interdisciplinary approach to the human sciences and to the study of daily living in urban spaces.

Key words: daily living, memory, orality, town.

Resumen

El artículo busca trazar las líneas de intersección entre cotidiano, memoria y oralidad, por medio de un estudio bibliográfico, señalando las posibilidades que estos enfoques ofrecen a la interdisciplinariedad en el ámbito de las ciencias del hombre y en el estudio del cotidiano de las ciudades.

Palabras clave: cotidiano, memoria, oralidad, ciudad.

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Mestre em Arquitetura e Urbanismo e Professor do Departamento de Geografia da UPI.

Beatriz Ribeiro Soares

Doutora em Geografia e Professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia.

Produção do espaço e evolução urbana da área central de Uberlândia, Minas Geral

Introdução

A cidade, enquanto *locus* da criação, do progresso, da invenção, da liberdade sempre exerceu atração, fascínio, principalmente, pela força de seu caráter simbólico. A cidade representa o poder do homem, que transforma o meio ambiente, no qual intervém por meio de novas idéias políticas, sociais, científicas e culturais. Nesse sentido, a cidade também possibilita o acúmulo de riquezas e a melhoria da qualidade de vida para seus habitantes, sendo expressão de tradições e culturas.

As formas urbanas (edificações) simbolizam a visão de mundo, que seus construtores têm. Portanto, a cidade reflete, por intermédio de suas construções, a história de seus habitantes, o cenário da vida econômica e social. Há uma constante integração entre o individual e o coletivo, a casa e a rua, os diferentes “espaços” que compõem o “todo” urbano.

A cidade, refletindo um modo de viver, de pensar e de sentir das pessoas, produz idéias, valores, conhecimentos em uma imagem impregnada de memórias e significações, que se materializam na paisagem urbana e reproduzem diversos momentos do processo de produção do espaço geográfico.

As paisagens urbanas e seus diferentes componentes são a expressão de valores e capacidade da sociedade que a construiu e, por sua imagem e durabilidade, constituem um legado do tempo presente para o futuro, como também denotam a influência de um passado.

Esse cenário complexo formado por ruas, praças, edifícios, monumentos, conjuntos habitacionais, *shopping-centers*, viadutos, etc. faz parte do nosso cotidiano, sendo fruto das influências tecnológicas e sociais que ocorrem no mundo, e que refletem um pensamento global com especificidade local.

A paisagem urbana concretiza os diferentes momentos do desenvolvimento das relações sociais; sendo assim, ela é histórica e social, produto do trabalho dos homens em sociedade, transformando o espaço geográfico.

As diferentes formas de uso e ocupação do solo, os espaços vazios da especulação imobiliária e os espaços construídos são produzidos pelo trabalho dos

homens entre si e com a natureza, segundo o processo de desenvolvimento das forças produtivas. Como nos diz Gomes (1994:23): *a cidade, como ambiente construído, como necessidade histórica é resultado da imaginação e do trabalho coletivo do homem que desafia a natureza.*

Este trabalho objetiva discutir o processo de criação da área central da cidade de Uberlândia/Minas Gerais e as transformações socioespaciais sofridas por essa parte da Cidade, a partir da acumulação do capital comercial. Desde a sua fundação até os dias atuais, a atividade comercial foi de fundamental importância para o crescimento e consolidação de Uberlândia, como núcleo urbano de destaque, no interior brasileiro. À medida que o comércio se expandia, modificavam-se as estruturas econômicas e criava-se um discurso progressista que, conduzido pelas elites locais, transformava significativamente as formas urbanas.

O discurso progressista, fundamentado na expansão das relações capitalistas e no embelezamento urbano, visava colocar Uberlândia “dentro” da modernidade; porém, refletindo o seu caráter contraditório, criou uma Cidade desigual e ilusória, que não consegue, na atualidade, manter esse mesmo discurso que permeou grande parte de sua história.

O capital imobiliário e a criação do mito da Cidade-Jardim

Fundada no século XIX, como grande parte das cidades brasileiras, Uberlândia desenvolveu-se espontaneamente, sem planejamento *oficial*, com ruas tortuosas, casas precárias, cujas técnicas construtivas se utilizavam de materiais não muito elaborados, como o barro, a taipa de pilão. Para Santos (1977:23):

No agenciamento dos espaços e em cada elemento da construção e da decoração, usaram de uma linguagem direta e simples, desprovida de qualquer sofisticação ou subjetividade na procura estética. Uma atmosfera de tranqüilidade dentro e fora da casa, era a nota dominante dessa arquitetura, feita de silêncios, [...] onde a rudeza do material de construção acentuava o franjado de telhas do telhado.

Cidade localizada na Boca do Sertão, acanhada pela simplicidade de sua arquitetura, sem muitas belezas naturais e isolada dos grandes centros, tudo isso configurava uma realidade que não satisfazia os políticos. Ansiosos por ampliar a sua força política, viam a necessidade de reformular, enfeitar a cidade.

As mudanças no plano urbanístico visavam criar condições para a acumulação de capital, de modo que a cidade simbolizasse o progresso, indicativo das novas condições econômicas implementadas pela atividade comercial.

A criação de uma nova cidade (e sociedade), pela qual seriam incutidos novos valores, atitudes e comportamentos, ensejaria nova urbanidade, segundo o

pensamento da elite da época. A expansão da cidade e a substituição das casas velhas por palacetes foram indicativos do deslocamento das atividades comerciais, do centro histórico do *Fundinho* para o eixo compreendido entre as Avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, em direção à nova estação ferroviária da Mogiana, extremo norte da cidade.

A estação ferroviária norteou o crescimento da cidade em direção aos chapadões cobertos de cerrado, ao norte do Fundinho. Segundo um jornal:

Criaram-se outras projeções na sua paisagem urbana. Os tentáculos das ruas estenderam-se para cima. As casas mudaram o feitio das fachadas. Alinharam-se com maior regularidade. A estrada de ferro lá no alto da rampa, atraindo, chamando os habitantes para mais perto. Agitando novidades com a chegada dos comboios. O cerrado povoou-se.¹

Os ideais de progresso e modernidade, defendidos pelas elites uberlandenses, não combinavam com as ruas estreitas e tortuosas, onde se misturavam cavalos, carroças, automóveis, calçadas obstruídas pelas mercadorias das lojas, casas antigas que, na visão da elite, enfeivavam a cidade, dificultando a expansão das relações capitalistas.

SANTOS (1977:106) descreve que a vontade de *modernizar* as cidades brasileiras, manifestada pelas suas elites, desrespeitava a cidade *antiga*, de origem portuguesa:

Os engenheiros mais simplistas, místicos do cimento-armado e mistagogos das Avenidas largas, gente que ... só sabe derrubar igrejas velhas, sobrados de azulejos, arcos, palmeiras antigas, gameleiras velhas, jardins ou hortos coloniais, contando que os velhos burgos de fundação portuguesa se assemelhassem às mais modernas cidades norte-americanas ou francesas ...

A elite passa a adotar a política de intervir na forma urbana de Uberlândia, possibilitando a sua fragmentação em áreas apropriadas para o comércio, o lazer e a residência das populações ricas. Para isso, o planejamento urbano passava a ser uma retórica, para justificar a destruição da cidade *antiga* e a sua substituição por uma nova forma urbana.

O planejamento urbano, no início do século, tinha como ênfase a reconstrução de cidades, visando à solução dos problemas urbanos, melhorando a *aparência* da cidade, sem mudar, contudo, a sua *essência* segregatória. Os princípios urbanísticos se baseavam na beleza, ordem e limpeza.

O pensamento urbanístico da época propunha que o desenvolvimento econômico imporia o ordenamento do espaço ao nível técnico, mediante o qual novas necessidades de transporte urbano, saneamento básico e equipamentos urbanos fariam com que as cidades fossem limpas e belas, refletindo o progresso da sua sociedade.

A Reforma Passos, efetuada na virada do século XX, na Capital Federal, Rio de Janeiro, à época, foi um dos exemplos desta concepção urbanística. No entender de ABREU (1988:63):

A Reforma Passos² foi também importante em três aspectos. Em primeiro lugar, um novo momento de organização social que determina novas funções à cidade, muitas das quais só podem vir a ser exercidas mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento. Em segundo lugar, representa também um exemplo de intervenção estatal maciça sobre o urbano, reorganizado agora sob novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade. Em terceiro lugar, a reforma se constitui num exemplo de como as contradições do espaço, ao serem resolvidas, muitas vezes, acabam gerando novas contradições.

PECHMAN (1992:78) discute a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, e mostra a necessidade de reordenação dos espaços, sobre a influência da nova ordem: *era preciso, pois, depurar a cidade, sanear o meio ambiente e eliminar fatores de feiúra e sujeira. Nesse sentido, o espaço público – a rua – deveria ser a expressão dos padrões de limpeza, beleza e ordem.*

A expansão urbana deveria ser pautada pela criação de largas avenidas, de grande extensão, que visariam à eliminação das ruas tortuosas da cidade antiga. As avenidas deveriam ser arborizadas e possuir iluminação pública, com conjuntos de prédios padronizados e de *bom-gosto*, no sentido de embelezamento do conjunto urbano.

A elite uberlandense, influenciada por esses preceitos, elegeu o engenheiro Mellor Ferreira Amado, para colocar em prática, entre os anos de 1907 e 1908, um novo projeto urbanístico, que valorizasse o traçado urbano.

Pode-se afirmar que se trata do primeiro Plano Diretor do município de Uberlândia. O projeto incitava a construção de uma nova paisagem urbana na qual o centro histórico do Fundinho seria relegado a segundo plano, dentro da estrutura urbana. Deveria haver a criação de *novo centro*, edificado sobre um conjunto de largas e extensas avenidas arborizadas, acrescentando ruas transversais e praças, ao típico traçado do tabuleiro de xadrez.

O traçado retangular foi facilitado pelas condições naturais da área, com terrenos pouco inclinados, favoráveis à expansão da cidade. Posteriormente, a desobediência à continuidade do plano, causada pelos novos loteamentos, dificultou a implantação de um sistema viário contínuo entre os bairros.

Foram instaladas, na direção norte/sul, quatro grandes e amplas Avenidas: Afonso Pena, Cipriano Del Fávoro, João Pinheiro e Cesário Alvim, que se transformaram nas principais vias públicas da cidade; e ainda oito ruas transversais, no sentido leste/oeste: Bernardo Guimarães, Goiás, Olegário Maciel, Duque de

Caxias, Machado de Assis, Tenente Virmondos, Quintino Bocaiúva, Coronel Antônio Alves de Souza.

Conforme SOARES (1995:86), essas Avenidas foram projetadas segundo parâmetros urbanísticos modernos, nos quais as artérias deveriam ser retilíneas e extensas, o que foi muito facilitado pela topografia plana do sítio urbano.

Nada de ruas tortuosas, mas artérias em alinhamento reto, Avenidas amplas, na sua maioria na parte central da cidade ou terminando em praças já ajardinadas. As Avenidas João Pinheiro, Afonso Pena e Floriano Peixoto são artérias onde circulam cotidianamente a população na azáfama de incessante trabalho.³

O plano de Mellor Ferreira Amado tinha como objetivo criar uma cidade, cuja imagem representasse a modernidade e a ordem, em um espaço urbano homogêneo e limpo dos pobres, que fosse o contrário do antigo Fundinho, de ruas estreitas e tortuosas.

A cidade está edificada em local de duas configurações distintas: a cidade velha que, atendendo aos imperativos da época, buscou as glebas que se estendem ao longo dos ribeirões São Pedro e Cajubá, apresentando suave declive. E a cidade nova, já refletindo mentalidade arrojada da nova geração, se lança rumo à vastidão da chapada, com um traçado geométrico e harmonioso.⁴

A partir da execução desse plano urbanístico, começou uma clara definição espacial da nova área central: as Avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto foram destinadas ao comércio, com a implantação de inúmeros edifícios comerciais, enquanto as Avenidas João Pinheiro e Cipriano Del Fávero se transformaram no endereço das elites emergentes, que ali construíram mansões, com base na moderna arquitetura da época.

O poder público dotou, rapidamente, as Avenidas de serviços básicos, tais como redes de água e esgoto, coleta de lixo, arborização, iluminação pública e calçamento, para que rapidamente o capital imobiliário ocupasse os terrenos ociosos com residências e prédios de luxo.

A população de baixa renda que se instalara nessa parte da Cidade foi deslocada para outras áreas distantes. As antigas residências ali existentes foram pouco a pouco sendo demolidas. A cópia ou imitação de projetos arquitetônicos criados nas grandes cidades, Rio de Janeiro e São Paulo, passaram a ser absorvidos pela construção civil em Uberlândia como símbolos de modernidade.

Pode-se constatar essa situação, observando as principais construções públicas e privadas, edificadas no novo centro até a metade do século XX: o Paço Municipal, o antigo Ginásio Mineiro (atual Colégio Estadual Uberlândia, vulgo Museu), o Mercado Municipal, a Estação Rodoviária, o Fórum Abelardo Penna, a Matriz de Santa Terezinha.

O Paço Municipal, inaugurado em 1917, localizado na atual Praça Clarimundo Carneiro, sediou a prefeitura municipal até o início dos anos 90. Esse prédio, projetado pelo engenheiro-arquiteto Cipriano Del Fávero, foi o primeiro edifício de dois pavimentos da Cidade.⁵

A sede da prefeitura exprimia uma face progressista, ordeira e majestosa que Uberlândia tentava mostrar e que passou a ser um referencial urbano para os seus moradores. As praças (re)construídas no novo centro eram o orgulho e alegria das pequenas cidades do interior do País, pois tinham como principal função ser um local público, onde se realizavam as festas religiosas, cerimônias oficiais, manifestações populares, ou seja, o cotidiano da cidade.

São cinco as praças existentes no novo centro: Praça Antonio Carlos (atual Clarimundo Carneiro), Praça Rui Barbosa (em frente à Igreja do Rosário), Praça da República (atual Tubal Vilela), Praça Pedro II (atual Adolfo Fonseca, em frente ao Museu), Praça Osvaldo Cruz (em frente à antiga estação da Mogiana, atual Fórum). No Fundinho, existiam a Praça da Matriz, Praça Coronel Carneiro e Praça Goiaz.

Analisando o significado das praças públicas, SITTE (1992:17) nos diz que *nas cidades antigas, as praças públicas eram uma necessidade vital de primeira grandeza, na medida em que ali tinha lugar uma grande parte da vida pública, que hoje ocupa espaços fechados, em vez de praças abertas.*

As praças e jardins públicos eram tratados com excessivo esmero e cuidado, até mesmo nos períodos de seca, verificados nos domínios do clima tropical continental, no interior brasileiro (junho a setembro). As elites se orgulhavam dessas praças, pois:

*Isso faz com que nossos belos jardins permaneçam sempre floridos, embelezando assim cada vez mais a encantadora cidade maravilhosa, nascida no mato, no sertão de Minas, e transformada pela mão do homem numa grande e próspera cidade, numa cidade jardim.*⁶

Para que se possa entender o significado do termo “*cidade jardim*” em Uberlândia, é preciso lembrar que não existe nenhuma relação entre Uberlândia e as concepções urbanísticas das *gardens cities of tomorrow* inglesas de HOWARD (1889).

A cidade jardim inglesa, fruto de um planejamento urbanístico pós-Revolução Industrial, era destinada a uma população estimada de 32 mil habitantes, prevendo uma combinação de qualidade de vida com serviços públicos e atividades sociais, áreas verdes, tranquilidade e salubridade. Essa concepção visava resolver os problemas urbanos, decorrentes da Revolução Industrial, por meio do isolamento da vida rural, descongestionando as grandes cidades, como Manchester, Liverpool e Londres.

Em entrevista ao jornal *Correio de Uberlândia* de 20 de março de 1970, o jornalista Lycidio Paes esclarece que o termo *cidade jardim* foi criado pela revista *Noite Ilustrada*, que foi chamada para fazer um relatório sobre Uberlândia, com a finalidade de fazer propaganda do município naquela revista, em plena ditadura Vargas.

A denominação perdurou por várias décadas, como referencial de identificação do município, levando o poder público à adoção de uma política de conservação e limpeza do centro da cidade. Essa política impunha aos moradores: não jogar lixo na rua, pintar e limpar constantemente as fachadas dos prédios; previa, ainda, o conserto dos passeios públicos e, até mesmo, a retirada de mendigos e indigentes do centro da Cidade.

A prefeitura municipal fiscalizava semanalmente as ruas, recolhendo os mendigos e multando quem não respeitasse as leis de conservação e limpeza do centro da *cidade jardim*. Essa postura era justificada pelo bem-estar e saúde da próspera população.

A Praça Tubal Vilela, chamada, até 1915, de Praça dos Bambus e, posteriormente, de Praça da República, recebeu o nome atual, em 1959, como reconhecimento *aos relevantes serviços prestados por Tubal Vilela da Silva à comunidade, como prefeito e empresário*.⁷ Transformou-se no centro da cidade de Uberlândia, passando a ter um significado público, pois era o principal local, onde as pessoas se encontravam para conversar, namorar, distrair, jogar, ouvir a banda de música.

Em seu espaço interno, projetado pelo arquiteto João Jorge Cury, em 1959, nota-se uma clara influência modernista e, de certa forma, socialista. Militante do Partido Comunista, o arquiteto coloca, em vez de bancos isolados, onde caberiam no máximo quatro pessoas, grandes bancos comunitários, que visavam à igualdade entre todos os frequentadores da praça.

No seu entorno, localizavam-se os mais importantes prédios da Cidade: a Matriz de Santa Terezinha, lojas comerciais, o Hotel Colombo e Zardo, o Fórum Aberlado Penna, os edifícios do Clube Sírio e Libanês (demolido nos anos 70, localizava-se na esquina da Av. Afonso Pena com Olegário Maciel), o edifício Minascap (demolido no final dos anos 80, localizava-se na esquina da Av. Floriano Peixoto com rua Duque de Caxias), a antiga fábrica de balas Erlan (atual Lojas Americanas), a mansão da Família Junqueira (atual Banco Itaú).

A manutenção do título de *cidade jardim* levou ao aumento considerável dos gastos com a melhoria da infra-estrutura na área central de Uberlândia. Esses gastos, apesar de serem destinados a uma pequena parcela da Cidade, eram pagos com a arrecadação de impostos de todo o município. Vê-se claramente a atuação do poder público, privilegiando áreas específicas da Cidade em detrimento da coletividade. CAMPOS FILHO (1992:50), discutindo a questão da supervalorização da área central da Cidade em relação aos demais bairros, afirma:

A correlação de forças políticas, claramente favorável às classes alta e média, faz canalizar os escassos recursos públicos disponíveis para investimentos urbanos, para esse contínuo reciclamento das áreas já servidas por infra-estrutura, pouco sobrando para a ampliação da oferta de novas áreas urbanizadas nas periferias das cidades. No entanto, os recursos investidos

na ampliação dessa infra-estrutura são arrecadados de todos os cidadãos... e a valorização imobiliária decorrente dos investimentos é embolsada pelos proprietários das áreas centrais em processo de verticalização.

Os gastos com calçamento de Avenidas, abastecimento de água, iluminação pública e novas construções públicas e privadas são sustentados por expressivas parcelas de dinheiro público. As elites, controlando o poder político, passam a destinar os recursos públicos para o seu usufruto, contribuindo para a criação e manutenção de uma imagem distorcida de Uberlândia.

A Cidade é um *jardim* no centro, porém, em direção às suas periferias, a realidade *cor-de-rosa* transforma-se em vida real. Ruas esburacadas, lixo, mato e miséria se distribuem aos mais pobres, criando uma Cidade onde a segregação é a norma e não a exceção. Como nos diz SANTOS (1986:56):

Não foi só o governo. A sociedade brasileira em peso embriagou-se, desde os tempos da abolição e da república velha, com as idealizações sobre progresso e modernização. A salvação parecia estar nas cidades, onde o futuro já havia chegado. Então era só vir para elas e desfrutar de fantasias como emprego pleno, assistência social providenciada pelo Estado, lazer, novas oportunidades para os filhos... Não aconteceu nada disso, é claro, e, aos poucos, os sonhos viraram pesadelos.

O início da verticalização do novo centro de Uberlândia

A diferenciação das formas de uso e ocupação do solo urbano são resultantes do processo de divisão do trabalho, em que diversos agentes se apropriam diferentemente da Cidade. Com a intensificação do processo, a repartição da Cidade, em diferentes espaços singulares, se acentua. Essa fragmentação do espaço urbano visa dar suporte às atividades urbanas e às necessidades do capital imobiliário. No entender de SANTOS (1994:130):

A cidade constitui, em si mesma, o lugar de um processo de valorização seletivo. Sua materialidade é formada pela justaposição de áreas diferentemente equipadas, desde as realizações mais recentes, aptas aos usos mais eficazes de atividades modernas, até o que resta do passado mais remoto... Cada lugar, dentro da cidade, tem uma vocação diferente, do ponto de vista capitalista, e a divisão interna do trabalho a cada aglomeração não lhe é diferente.

Já para LEFEBVRE (1983:46), o centro urbano implica e propõe a concentração de tudo o que se dá no mundo, na natureza e no cosmos: produtos da terra, produtos industriais, obras humanas, atos e situações, signos e símbolos.

O centro comercial, compreendido pelas Avenidas Afonso Pena e Floriano Peixoto, entre o antigo Fundinho e a estação da Mogiana, passa a ser considerado o motor da vida uberlandense, apresentando-se como a principal área da Cidade. Concentram-se atividades comerciais e de serviços, fluxos financeiros e de informação, transportes, onde os diversos agentes da Cidade encontram-se para realizar suas necessidades.

O setor de serviços, representado pelas áreas de lazer e recreação noturna, moradias, monumentos e prédios históricos se concentram nessa área core⁸ da Cidade. O centro é o lugar de movimento, animação e consumo e, sendo assim, o núcleo central de uma cidade é produto histórico, uma vez que expressa as transformações das fases de estruturação política, econômica e social do território.

Várias são as definições das áreas centrais das cidades, como a de BEAUJEU-GARNIER (1983:339):

O centro de negócios é a própria extensão do poder urbano, o coração vivo da cidade. Pela sua localização e extensão, pelos tipos de atividades nele concentrados, o estado de modernismo ou de abandono que revela, os trabalhos que lhe asseguram a permanência, o progresso ou a reconquista, o centro de negócios traduz as fases da vida urbana, a sua continuidade ou alternância, os efeitos da política administrativa, assim como os das capacidades financeiras locais, nacionais e, por vezes, internacionais.

CORRÊA (1989:38) conceitua o núcleo central de uma cidade, como:

Foco principal não apenas da cidade, mas também de sua hinterlândia, nele concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada; os terminais de transporte inter-regionais e intra-urbanos. Ele se destaca na paisagem da cidade pela sua verticalização.

SPOSITO (1991:06) discute a questão, apontando considerações sobre a localização do núcleo central, dentro do tecido urbano:

No interior da cidade, o centro não está necessariamente no seu centro geográfico, e nem sempre ocupa o sítio histórico onde esta cidade se originou, ele é antes de tudo ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto de onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela.

Para SILVA e FERRAZ, apud FERREIRA (1997:15), as áreas centrais são espaços intra-urbanos onde convergem atividades e serviços diversos, constituindo-se, então, no principal pólo de atração e circulação de pessoas.

SANTOS (1958:22), em sua tese de doutoramento sobre o centro da cidade de Salvador, destaca:

O centro se constitui em uma verdadeira síntese, pois reflete, ao mesmo tempo, as formas atuais da vida da região e da cidade e o passado, seja pela evolução histórica da cidade e da região, seja pelo sítio escolhido inicialmente para instalar o organismo urbano... sendo que os centros das grandes cidades possuem um ar de família, o que provém da concentração a que estão sujeitas as atividades diretoras da vida urbana e regional.

No centro da cidade de Uberlândia, ao final dos anos 40, localizavam-se os principais edifícios públicos e privados e concentravam-se as principais atividades da Cidade na época (comércio, bancos, escolas, órgãos públicos, etc.). Essas edificações se tornam referenciais da Cidade, tanto para os seus moradores, como para a região do Triângulo Mineiro.

O Hotel Colombo, o Fórum, o Grupo Escolar Bueno Brandão, o Uberlândia Clube, a Praça Tubal Vilela e a Catedral de Santa Terezinha se transformaram em importantes referenciais urbanos, até os anos 70.

No centro da Cidade, as pessoas iam trabalhar, encontrar-se nos cafés, confeitarias, bares, cinemas e no clube social, participar dos *footings* ao longo da Avenida Afonso Pena, entre a Praça Clarimundo Carneiro e Tubal Vilela.

Incontestavelmente, a Avenida Afonso Pena é o coração da cidade e centro de seu intenso e ativo comércio. Aí é que estão localizados os dois cinemas e os estabelecimentos bancários, as mais esplendorosas vitrines de conceituadas lojas... os mais importantes atacadistas e grande número de postos de serviço para automóveis.⁹

No entorno do centro, principalmente nas Avenidas João Pinheiro e Cipriano Del Fávero, instalaram-se, a partir dos anos 30, as mansões da elite política e econômica. Essas residências eram construídas por arquitetos famosos, com projetos sofisticados, dando ao centro da cidade uma atmosfera elegante e moderna.

Em 1939, a Avenida João Pinheiro passou por uma reformulação urbanística, época em que foram instalados o novo calçamento e a iluminação de linha subterrânea, com postes duplos centrais, criando um ar de sofisticação para a Avenida. As Avenidas, de certa forma, ficaram reservadas para as residências de alto luxo da elite. Atividades comerciais só vão aparecer a partir dos anos 70.

A construção de Brasília, nos anos 50, e a abertura de estradas, ligando a nova Capital Federal a São Paulo favoreceram o rápido crescimento de Uberlândia.

Incontestavelmente, Uberlândia ingressou na era dos arranha-céus. Deixou de ser a Uberabinha tranqüila para se integrar também no rijo da marcha do Brasil que caminha para Brasília. Outrora era Uberlândia do carro de boi, da praça dos Bambus, hoje dos grandes edifícios, das Avenidas asfaltadas, dos automóveis Chambord. A Av. Afonso Pena integrou-se decididamente na era dos arranha-céus.

Tubal Vilela com seu edifício imponente de 16 andares, Finotti, Drogasil com outros bons edifícios.¹⁰

As transformações na área central são sentidas em vários aspectos:

*As formas anatômicas de aço e granito colorem as ruas de Uberlândia, onde centenas de portas de comércio tragam e repelem milhares de pessoas na sinfonia alegre do desenvolvimento. Esqueletos enormes preenchem os vazios, vaticinando o crescimento de uma cidade que não pára. Tem de tudo no comércio de Uberlândia. Os luminosos à noite no pisca-pisca metropolitano, lembram as grandes cidades adormecidas.*¹¹

A nova fase de crescimento da Cidade foi impulsionada pelas transformações que ocorriam no País. O núcleo central expande-se, englobando áreas circunvizinhas e outros embriões de núcleos comerciais, com lojas que começaram a aparecer nos bairros da Cidade. Iniciou-se o polinucleamento da Cidade.

Com a abertura da economia brasileira e as inovações tecnológicas verificadas, na Europa e EUA, ocorre o aprimoramento das técnicas construtivas, que passam a exigir uma maior racionalidade na sua produção. A tendência ao verticalismo das cidades aparece primeiro nos grandes centros urbanos do Rio de Janeiro e São Paulo, consideradas portas de entrada da *modernidade* no Brasil, por serem centros econômico, político e cultural do País.

A verticalização representou uma modificação no uso e ocupação do solo urbano, principalmente no que se refere à moradia e à atividade comercial. Os altos edifícios passam a ter um significado de status e importância na estética urbana das cidades brasileiras.

O edifício vertical é fruto do avanço tecnológico e é apropriado pela divisão social do trabalho, onde os processos de produção, circulação e informação fazem com que a sua construção ratifique o processo de fragmentação do espaço urbano.

A verticalização indica uma ruptura do passado rural com o presente agroindustrial, haja vista que *os avanços tecnológicos dos últimos cem anos, tais como o aço estrutural, a eletricidade comercial e os automóveis, são significativos, pois tornaram possíveis formas construídas e modos de vida completamente novos.*¹²

Estudando o centro de São Paulo, primeira cidade brasileira a sofrer o impacto da verticalização, SOUZA (1994:87) discorre sobre a importância do edifício no panorama arquitetônico do centro urbano.

O edifício é, antes de mais nada, a concreção material da arquitetura e da engenharia. Daí que esteja historicamente condicionado... Desse modo o edifício é entendido como produto de um processo produtivo, e a arquitetura, em conseqüência, como a construção de natureza histórica. Essa construção encontra seu horizonte no próprio interior do processo produtivo. Os edifícios, no caso específico da verticalização, distribuem-se ao solo através de formas quase sempre concentradas

e que oferecem à observação empírica certas regularidades. Estas, por sua vez apresentam certa constância no tempo, ao menos, nas suas determinações mais gerais.

As inovações tecnológicas, ligadas ao setor da construção civil, alcançam, no final do século XIX, grande desenvolvimento. O aço, o cimento e elevadores possibilitaram a criação de altos edifícios que, inicialmente, serviam apenas a escritórios nas áreas centrais das grandes cidades norte-americanas, os quais, posteriormente, com os arquitetos modernos, seriam utilizados também com função comercial.

A expansão dos meios de circulação, como os automóveis e ônibus coletivos, aliada ao surgimento dos arranha-céus, modificou substancialmente a paisagem urbana. A verticalização foi a expressão máxima do progresso, da autoridade, simbolizando a superioridade do homem em relação à natureza e, sobretudo, criou uma nova paisagem urbana, fragmentada.

A verticalização iniciada na virada do século, tanto nos EUA como na Europa, chega ao Brasil nas primeiras décadas do século XX. Em Uberlândia, esse fenômeno teve início em meados da década de 50. A população pequena, a topografia plana e a especulação imobiliária possibilitaram a expansão da malha urbana e o aparecimento de milhares de lotes vazios, tanto no centro como na periferia da Cidade.

A construção do arranha-céu representava o progresso, a modernidade, a divulgação da Cidade, além dos seus limites territoriais. Na década de 50, são construídos três grandes edifícios verticais na área de maior valorização imobiliária de Uberlândia: o centro da Cidade. Os edifícios são: Drogasil (7 andares), Tubal Vilela (16 andares), ambos na Avenida Afonso Pena, e o edifício Romenos Simão (15 andares), na Avenida João Pinheiro.

Esses edifícios inspiravam-se na vertente da arquitetura moderna, possuindo linhas retas, cimento, aço e vidro. Seguindo a visão de Le Corbusier, esses edifícios procuravam reproduzir as plantas de casas térreas, com vários quartos, pequenas salas, separadas para almoço, jantar e visitas, sem varandas, um ou dois banheiros.

O edifício Drogasil foi o primeiro a ser construído na cidade pela firma Morse e Bierrenbach. Situado na Avenida Afonso Pena, entre Olegário Maciel e Santos Dumont, possuía sete andares, elevador social, apartamentos residenciais nos andares superiores e no térreo, uma farmácia que dava nome ao edifício. Sua construção representou uma revolução, dando à elite um novo *status*, no que se refere ao padrão e local de moradia.

Para a elite uberlandense, a chegada do arranha-céu possibilitou a inserção de Uberlândia entre os principais centros regionais de Minas Gerais, criando uma imagem de Cidade progressista, onde o futuro já havia chegado. É o momento de ruptura da Cidade agrária para a agro-industrial. A verticalização se concentrava na área central da Cidade, como podemos observar abaixo:

Explica-se entretanto, esse fenômeno urbanístico: é que os grandes edifícios, crescendo já em sentido vertical, só podem ser erguidos na parte central,

*há muito tempo toda tomada por casas boas. E a localidade destas é que tem que ser disputada pelas novas arquiteturas. Daí a demolição muitas vezes de imóveis que ainda seriam aproveitados por muitos anos. São as exigências do progresso, nem sempre previstas com todas as suas vantagens econômicas.*¹³

A empresa imobiliária de Tubal Vilela, especializada na venda de lotes para famílias de baixa e média renda, também investiu na construção de arranha-céus. Em 24 de dezembro de 1955, essa empresa lançou um grande edifício, que iria se tornar referencial da Cidade por muitos anos.

O edifício denominado Tubal Vilela localiza-se na esquina da Av. Afonso Pena com Rua Olegário Maciel, ao lado do edifício Drogasil. Possuindo dezesseis andares de apartamentos, de um, dois e três quartos, foram instalados restaurantes, bares e escritórios, para serem alugados, o que se mantém até os dias atuais, no andar térreo e nas sobrelojas.

A população, acostumada com os quintais cheios de árvores frutíferas e que tinha como maior edifício o Hotel Colombo, com três pavimentos apenas, assustou-se com a construção dos dezesseis andares do Tubal Vilela. A incorporadora passou a divulgar, na mídia local, uma série de propagandas, mostrando as vantagens de se morar em um prédio tão alto. Como podemos verificar nesta matéria do *Correio de Uberlândia*, 06/08/59:03:

Vantagens para quem reside no edifício Tubal Vilela:

- 1 – Residir no centro da cidade;
- 2 – Estar próximo do mercado, cinema, banco, casas comerciais e diversões;
- 3 – Prédio de acabamento fino, construção em concreto, estando livre de insetos e pragas;
- 4 – Economia de móveis e utensílios, usando apenas o necessário para o conforto;
- 5 – Ter guarda dia e noite para sua residência;
- 6 – Dispor o edifício de moderna aparelhagem contra incêndio;
- 7 – Telefone e um serviço de portaria às suas ordens;
- 8 – Magnífico sistema de distribuição de água abundante;
- 9 – Locação estritamente para residências familiares;
- 10 – Restaurante moderno no próprio edifício, dispensa trabalho de cozinha;
- 11 – Bela vista panorâmica;
- 12 – Ar puro e sono tranqüilo nas noites mais quentes;
- 13 – Rigoroso serviço de limpeza nas partes comuns;
- 14 – Residir próximo ao local de trabalho;
- 15 – Dispor de todo o conforto de um aluguel módico.

A grande procura pelos apartamentos do novo lançamento fez a incorporadora tomar a decisão de não vendê-los, mas sim alugá-los. Essa decisão é mantida até os dias atuais. O caráter ufanista do empreendimento e a grande procura pelo aluguel dos apartamentos podem ser verificados na citação do *Correio de Uberlândia*, 25/01/62:05:

Até que finalmente a capacidade atrevida de Tubal Vilela, cansado de dividir áreas suburbanas em lotes para vender em prestações aos operários, resolveu dar aspecto de metrópole a Uberlândia, furando as nuvens rasantes com um arranha-céu de dezesseis planos de moradia. Os locatários, mostrando que são gente civilizada, supreenderam-no com uma procura que esgotou os apartamentos.

Vários outros projetos residenciais e comerciais, com mais de dez andares, sucederam o do Edifício Tubal Vilela, que foi inaugurado em 1960. Nos anos 60, o enorme contingente de pessoas que chegava à Uberlândia, com destino a Brasília, superou a capacidade de acomodação dos hotéis da Cidade.

A incorporadora Tubal Vilela construiu o Hotel Presidente JK, com quinze andares e modernos apartamentos. Além desse empreendimento, os edifícios Itaporã, Valentina, Rosa Maria, Banco da Lavoura, Banco Hipotecário e Itacolomy ampliaram a verticalização do centro da Cidade.

Esses novos edifícios seguiam o mesmo estilo dos primeiros, com linhas geométricas, funcionais e uniformizadas. Os caixotes de vidro, aço e cimento acompanhavam o ritmo de uma sociedade incorporada às novas tecnologias e seus produtos.

No final dos anos 60, já existiam dezenove arranha-céus construídos em Uberlândia, com o total de 587 apartamentos, de um a quatro quartos; um hotel com 122 apartamentos e 25 suítes; 130 salas comerciais e de serviços e um edifício de nove andares para o Banco do Brasil.

Como a construção de edifícios aumentou em demasia o valor da terra urbana, logicamente, a verticalização concentrou-se nas áreas mais valorizadas da Cidade, locais com infra-estrutura completa e áreas de expansão das classes média e alta. Num primeiro momento, a localização desses empreendimentos concentrava-se no núcleo central da Cidade, nas suas principais Avenidas: Afonso Pena, Floriano Peixoto e João Pinheiro.

Para CAMPOS FILHO (1992:50), *o preço mais alto da terra urbana fez com que os empresários imobiliários, para diluí-lo, buscassem cada vez mais a redução da cota-parte dos terrenos, ou seja, fez com que os edifícios subissem em altura, arranhando cada vez mais os céus urbanos brasileiros.*

A construção excessiva de edifícios verticais provoca a saturação e o congestionamento dos serviços urbanos da área, exigindo sua substituição por outras

áreas de maior capacidade. A contínua substituição da infra-estrutura nas áreas centrais das cidades dá a essas áreas um aspecto de constante estado de obras.

A constante ampliação da rede de serviços urbanos perturba o funcionamento das atividades e a tranqüilidade dos moradores, além de canalizar os escassos recursos públicos, disponíveis para investimentos urbanos, para o contínuo (re)construir da área central, pouco sobrando para a ampliação da oferta desses serviços para a periferia.

Os recursos investidos na ampliação da infra-estrutura são provenientes dos impostos cobrados de todos os cidadãos. A valorização imobiliária embolsa os recursos, concentrando-os nas mãos dos proprietários e dos condutores do processo de verticalização. Isso caracteriza um claro processo de concentração de renda e segregação sócio-espacial.

A tabela nº 1 mostra os edifícios construídos nos anos 50 e 60, com número de pavimentos e sua destinação:

Tabela 1 – Edifícios construídos em Uberlândia, 1955/69.

Nome do edifício	Número de pavimentos	Unidades residencial
Drogasil	07	14
Tubal Vilela	16	112
Valentina	12	48
Genny Faria	11	33
Antônio M. Guimarães	11	33
Condomínio Edifício Uberlândia	12	60 escrit.
Aristides Bernardes	12	48
Bolivar de Carvalho	21	42
Banco do Brasil	09	serviços
Banco Com. e Indust. de MG	12	24
Sandoval Guimarães	22	44
Caixa Econômica Federal	13	24
Itaporã	12	36
Hotel Presidente	15	147 ap. ¹⁴
Rosa Maria	12	48
Avelina Moreira	07	70 escrit.
Guimar de Freitas	12	12
Romenos Simão	12	24
Itacolomy	15	45

FONTE: SOARES, Beatriz Ribeiro. **Uberlândia: da Cidade Jardim ao Portal do Cerrado - Imagens e Representações do Triângulo Mineiro.** Tese de Doutorado. São Paulo: FFLCH/ USP, 1995.

O crescimento urbano e a diversificação da área central de Uberlândia

Os projetos da Cidade Industrial e da Universidade Federal atraíram grande número de migrantes de outras cidades e da zona rural para Uberlândia. Essa população era atraída pela oferta de empregos, haja vista que o campo brasileiro, em meados da década de 70, atravessava um momento de expulsão populacional gerada pela mecanização, concentração fundiária, baixos salários, entre outros.

Era necessário criar condições para abrigar a população e para atrair mais investimentos. Coube ao poder público desempenhar essa função, criando condições para a expansão da cidade e do capital. Construíram-se conjuntos habitacionais, criaram-se escolas, infra-estrutura na área central e instituições de fins sociais, no sentido de controlar a pobreza.

Decorrente da sua expansão econômica, a Cidade cresceu horizontal e verticalmente, direcionada pelo capital imobiliário que se apropriou do espaço urbano. Entretanto, nem todos tiveram acesso à moradia, acesso este entendido como forma de pagar pela mercadoria habitação, e nem o Poder Público tinha recursos para dotar de infra-estrutura e moradia para toda a população que chegava a Cidade.

Os subúrbios de Uberlândia cada vez mais careciam de infra-estrutura, haja vista que muitas imobiliárias venderam lotes em áreas desprovidas de qualquer benfeitoria. O Poder Público não fiscalizava a atuação das imobiliárias, como também não propunha qualquer ordenamento ou regulamentação para a expansão da Cidade.

Surgiram também as favelas que se localizavam em áreas públicas, às margens de córregos e do rio Uberabinha, e das rodovias e ferrovia. A industrialização a qualquer custo mostra aí a sua face de desigualdade, pois proliferaram as favelas. Os lucros desse crescimento se destinam apenas à classe dominante, que se enriquece cada vez mais e vai formar posteriormente grandes empresas que atingem alcance nacional e internacional.

Com o crescimento desordenado de Uberlândia, a Cidade avança muito além da linha férrea da Mogiana, que se torna alvo de críticas da população e da elite local. A partir de 1972, com a implantação do Distrito Industrial, várias indústrias e armazéns que se localizavam nessa área do centro da Cidade, começaram a se transferir para o Distrito Industrial.

Essa mudança expandiu a Cidade no sentido Norte, centralizando, no Distrito Industrial, diversos serviços auxiliares à indústria e à agropecuária, uma vez que os grandes silos de armazenagem de grãos provenientes de toda a região ali se encontram instalados.

Bancos, hotéis, bolsa de mercadorias, restaurantes, central telefônica, escritórios de assessoria são transferidos para o Distrito Industrial. A linha ferroviária da Mogiana é transferida para fora da malha urbana de Uberlândia, com o intuito de

melhor servir o novo Distrito Industrial e descongestionar o centro da Cidade, pois a linha férrea causava vários empecilhos ao trânsito, com inúmeros pontilhões e tráfego pesado de locomotivas.

Houve a formação de novos bairros: Marta Helena, Nossa Senhora das Graças, Cruzeiro do Sul, Minas Brasil, entre outros, que possibilitaram a proximidade do trabalhador ao seu local de trabalho, evidentemente favorecendo também a especulação imobiliária e a acumulação capitalista, dada a concentração espacial da produção e da força de trabalho.

A atividade comercial foi de fundamental importância para o crescimento de Uberlândia. As potencialidades do setor agropecuário no Triângulo Mineiro e a extensa malha rodoferroviária, que abriram caminhos para a ocupação do oeste, possibilitaram um fluxo de comercialização para diferentes pontos do País, fazendo de Uberlândia, centro irradiador dos produtos provenientes dos grandes centros industriais.

A modernização da agricultura e da atividade industrial levam a crescente tendência da chamada *hipertrofia do setor terciário*,¹⁵ que tem sido uma característica marcante do processo de desenvolvimento da sociedade atual, particularmente nos países da periferia e semiperiferia do sistema capitalista.¹⁶

Nesses países, verifica-se um quadro dramático, dado ao elevado número de pessoas envolvidas no setor terciário da economia e a complexidade de suas articulações com a estrutura produtiva existente no país, estado, região e no mundo.

As atividades do setor terciário da economia na atualidade, à medida que vêm absorvendo crescentemente a força de trabalho, fazem parte do modo de acumulação capitalista, necessidade própria à expansão do capitalismo monopolista.

Os serviços de transportes, armazenagem, comunicação e financeiro criaram condições para o crescimento da Cidade absorvendo uma parcela significativa da PEA. Esse setor tem seu desempenho diretamente ligado à própria estrutura econômica do município, centro regional de armazenagem, comercialização e distribuição de grãos.

O setor informal da economia também cresceu rapidamente. Mesmo não estando expresso em estatísticas, pode ser observado na proliferação de trabalhadores rurais temporários e no elevado número de “camelôs” ao longo das principais vias comerciais e praças.

O papel da *localização estratégica* da Cidade, que muitas vezes justificou o crescimento da sua economia, levou ao surgimento e ao crescimento do comércio atacadista, que se estruturou com a vasta frota rodoviária que atinge todas as regiões do País, e formou uma rede complexa de filiais, depósitos e armazéns, fazendo com que grandes empresas diversificassem seus investimentos de capital.

A comercialização de cereais para o Centro-Sul do País tem, igualmente, grande importância, em vista da capacidade de armazenamento de 931.005¹⁷ toneladas nos armazéns e silos da Cidade.

Uberlândia é considerada o principal centro armazenador de grãos do País. Esse fato possibilitou a existência da comercialização de grãos, a bolsa de mercadorias, transformando a Cidade em centro bem equipado no beneficiamento e distribuição de arroz, milho, café, soja e algodão, entre outros.

A modernização agrícola não atingiu apenas os setores tradicionais da agricultura triangulina, mas trouxe novas especializações, como a produção, processamento, congelamento e exportação de ovos, frutas e legumes. A empresa Brasfigo possui armazéns de 40.000m³ de capacidade de estocagem de alimentos congelados e cerca de 50 toneladas diárias de milho, ervilha, tomate, cenoura, brócolis entre outros hortifrutigranjeiros.

O CEASA de Uberlândia comercializa hortifrutigranjeiros para toda a região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Constata-se que existe em Uberlândia um duplo circuito de comercialização; por um lado, a distribuição de cereais e alimentos para as metrópoles e cidades do Sudeste e, por outro, o transporte de manufaturados das grandes cidades para o Centro-Oeste, Norte e a Capital Federal.

A grande capacidade de armazenagem e comercialização de grãos fez surgir ao longo da BR-050 uma grande quantidade de armazéns, onde estão estabelecidas cerealistas, em torno de 60, facilitando a circulação de mercadorias, concentrando também mão-de-obra informal que trabalha como diarista, os *chapas*. Próximo a esse setor, várias outras empresas ligadas à manutenção e ao abastecimento de caminhões, utilizados no transporte de cereais.

O comércio varejista de Uberlândia apresenta uma atuação importante para a acumulação e circulação do capital, na medida em que se constitui um centro de consumo para as cidades da região.

A *globalização do consumo*, fruto da expansão do capitalismo monopolista, faz com que lojas, magazines, supermercados e outros de nome nacional/internacional se disseminem por todo o território nacional.

As grandes lojas e os supermercados representam um fenômeno em expansão nos países subdesenvolvidos. Sua existência está ligada à possibilidade de uma demanda mais numerosa e mais diversificada, assim como as possibilidades de crédito.¹⁸

Viabilizados pela mídia, o sistema capitalista leva a todos os cantos do território nacional a vontade de consumir, de comprar algo. Uberlândia, inserida nesse contexto, incorpora facilmente essa dinâmica, pois o grande número de lojas e magazines possui número considerável de produtos e massa importante de consumidores.

A expansão e a diversificação do comércio atacadista levou ao crescimento do centro comercial em direção às rodovias que circundam a Cidade e, também, à extensão de áreas comerciais secundárias nos seus principais bairros.

Nos anos 70, todo o comércio varejista e a rede bancária, com exceção de alguns poucos bairros, estavam concentrados na área central compreendida pelo eixo das Av. Afonso Pena e Floriano Peixoto. A linha férrea constituía um obstáculo à expansão do centro no sentido Norte.

Com a transferência dos trilhos e da ferroviária para os altos da Cidade (Bairro Custódio Pereira), próximo ao Distrito Industrial, houve a demolição em larga escala da antiga estação ferroviária, bem como de muitos armazéns e depósitos que circundavam a linha férrea.

As atividades do setor financeiro e escritórios se concentravam basicamente na Av. Afonso Pena, juntamente com as lojas de eletrodomésticos, magazines populares e escritórios diversos na Av. Floriano Peixoto. Sendo que as lojas são voltadas para o atendimento de grande número de consumidores, isso levou ao congestionamento dessas duas avenidas e posterior ocupação das ruas transversais.

Clínicas médicas e dentárias, salões de beleza, hospitais, bares, escolas de idiomas e escritórios de diversas empresas se espalharam pelas avenidas e ruas próximas ao centro, redirecionando as antigas residências de luxo da elite, da função residencial para a comercial. Esse processo de migração dos mais ricos se dá para novas áreas, criadas especialmente pelos promotores imobiliários.

Com o aumento do preço da terra urbana e dos aluguéis na área central de Uberlândia, passam a ser criadas outras áreas comerciais e de serviços, ainda que secundárias, nos diversos bairros em torno ou distantes do *centro*, formando assim, novos focos de valorização do espaço urbano.

A procura por espaço, na cidade, é formada por empresas, por indivíduos ou por entidades que atendem as necessidades de consumo coletivo. A procura das empresas objetiva o uso do espaço para realizar: ou atividades produtivas ou atividades de circulação comercial, financeira etc... Do ponto de vista das empresas, cada ponto do espaço urbano é único, no sentido de proporcionar determinado elenco de vantagens que influem em seus custos.¹⁹

A alta valorização do solo, expansão da malha urbana e o desenvolvimento dos meios de transporte coletivo e individual urbano levaram ao surgimento de diversos centro comerciais secundários. Vários bairros da Cidade, como: Santa Mônica, Roosevelt, Martins, Brasil, Operário, Luizote de Freitas passam a ter áreas comerciais específicas, além de vários outros pontos de pequenos comércios alternativos espalhados pela Cidade. Para SOARES (1988:91):

No processo de urbanização de Uberlândia, a industrialização e a intensificação do comércio permitiram o desenvolvimento articulado e simultâneo dos processos de produção e circulação do capital. Estes provocaram profundas alterações no espaço da cidade, modificando a vida de seus habitantes.

Considerações Finais

O processo de construção e evolução urbana de uma Cidade cuja imagem expressasse o progresso e a modernidade foi possibilitada pelas profundas transformações ocorridas em seu conteúdo e forma urbana, em decorrência do

processo de inserção do Centro-Oeste brasileiro à moderna economia nacional e internacional.

A construção de estradas de rodagem interligando o Centro-Oeste ao Centro-Sul do País, a construção de Brasília, as políticas de interiorização do desenvolvimento econômico brasileiro, desenvolvidas a partir dos anos 50, pelo governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, inseriram a cidade de Uberlândia nas chamadas regiões de modernização agroindustrial, dentro do território brasileiro. As elites locais, à frente desse processo, possibilitaram a implantação de projetos políticos que consolidaram a Cidade no contexto regional.

Dessa forma, Uberlândia passa por profundas transformações, principalmente a partir dos anos 50 e 60, que alteraram sobremaneira o seu espaço urbano. No tocante à sua forma urbana, fruto do desenvolvimento das relações sócio/espaciais, as mudanças foram significativas, criaram-se os loteamentos nobres, os grandes conjuntos habitacionais, o distrito industrial diversificado e a expansão da área central da Cidade.

A verticalização de seu centro, a criação de subcentros em diversos bairros, a construção de shopping-centers, entre outros refletem o chamado “progresso”, porém não devemos nos esquecer dos impactos negativos desse processo, o congestionamento da infraestrutura, o acirramento da questão ambiental, a exclusão dos mais pobres, o aumento das distâncias dentro da malha urbana.

Para concluir, há que se considerar que o processo de produção do espaço uberlandense apresenta práticas segregacionistas que privilegiaram e privilegiam a reprodução do capital. Ocorre a criação de uma visão deturpada da realidade urbana do município que, na maior parte das vezes, não é percebida pela sua população. Na sua configuração espacial, é possível verificar essas práticas, por meio do processo de expansão do centro urbano e da criação de periferias, que refletem a condição social dos seus moradores, espelhando a segregação imperante no âmbito das relações sociais, políticas e econômicas de países subdesenvolvidos, como o Brasil.

Notas

¹ *O Repórter*, 02/07/44:01)

² Reforma efetuada na cidade do Rio de Janeiro, pelo prefeito Francisco Pereira Passos, nas primeiras décadas do século XX. Essa reforma foi baseada nos preceitos urbanísticos do Barão de Haussmann propostos para a cidade de Paris, entre 1850/75, e que visava uma adequação da cidade “antiga” às novas necessidades urbanas (esgoto, água potável, trânsito de veículos, iluminação pública). No Rio de Janeiro, essa política, além de atender as novas necessidades, procurava elevar a cidade ao *status* de metrópole internacional, acabando com a noção de que o Rio era sinônimo de febre amarela e de anti-higiene. O Rio de Janeiro “reformado” por Passos seria um símbolo no “novo” Brasil que se esperava para o século XX.

³ *O Repórter*, 16/07/42:01.

⁴ *Correio de Uberlândia*, 07/04/48: 02.

⁵ O Paço Municipal é um dos poucos edifícios tombados pelo patrimônio histórico municipal.

⁶ *O Repórter*, 19/10/51: 02.

⁷ FERREIRA, Marlúcio. *A praça: um oásis na metrópole*. Correio de Uberlândia, ABC SABE, Uberlândia, 31 de Agosto de 1988. P. 04.

⁸ Defini-se como *área core*, o coração do centro urbano, de uma região, de um país, de um bloco continental, ou seja, terminologia utilizada para identificar o centro de um fenômeno geográfico.

⁹ *Correio de Uberlândia*, 1947:01.

¹⁰ *Correio de Uberlândia*, 19/09/59:01

¹¹ *Correio de Uberlândia*, 15/08/57:02.

¹² *Relph*, 1990:11.

¹³ *Correio de Uberlândia*, 28/04/55:01

¹⁴ 122 apartamentos comuns e 25 suítes

¹⁵ Para MAGNOLI e ARAÚJO (1991:102), “o setor terciário dos países subdesenvolvidos não é denominado inchado ou hipertrofiado devido à sua dimensão; na realidade, ele é relativamente menor que o setor terciário dos países desenvolvidos. O setor terciário é denominado inchado ou hipertrofiado devido à sua composição: nos países periféricos e semi-periféricos do capitalismo, o setor de comércio e serviços abriga grandes contingentes de subempregados ou empregados em trabalhos temporários e precários de baixíssima remuneração. Assim, ele esconde a incapacidade da economia destes países em absorver uma parcela importante da força de trabalho que não encontra colocação na agropecuária ou indústria”.

¹⁶ BECKER (1994:28) discutindo os critérios de regionalização na economia-mundo propostas por WALLERSTEIN, nos diz que: “a complexa rede de relações (do sistema capitalista) molda uma estrutura espacial que, na concepção de Wallerstein, não se esgota no modelo clássico centro-periferia porque a economia-mundo capitalista necessita de um setor semiperiférico. A semiperiferia assume um papel fundamental no funcionamento da economia-mundo, mas sobretudo político, favorecendo a estabilidade do sistema mundial. A semiperiferia é a síntese das contradições do capitalismo histórico dentro de uma mesma economia nacional. É o *locus* da profunda heterogeneidade estrutural acumulada pelo capitalismo na sua longa história, do qual o Brasil é um magnífico exemplo”.

¹⁷ FONTE: Prefeitura Municipal de Uberlândia, Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio – 1990.

¹⁸ SANTOS, (1977:68).

¹⁹ SINGER, (1991:30).

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BEAUJEU-GARNIER, J. *Geografia urbana*. Lisboa: Edições 70, 1981.

BECKER, Bertha & EGLER, Cláudio. *Brasil: nova potência regional na economia-mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

CAMPOS, FILHO. Cândido Malta. *Cidades brasileiras: seu controle ou caos*. São Paulo: Nobel Editora, 1992.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

FERREIRA, William Rodrigues. *Análise da política de reestruturação da área central do município de Uberlândia/MG*. Uberlândia: UFU, 1996, (mimeo).

GOMES, R. *Todas as cidades, a cidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1983.
- MAGNOLI, Demétrio & ARAÚJO, Regina. *A nova geografia: Estudos de Geografia do Brasil*. São Paulo: Editora Moderna, 1991.
- PECHMAN, R.M. *Um olhar sobre a cidade: estudo da imagem e do imaginário do Rio na formação da modernidade*. Cadernos do IPPUR. Rio de Janeiro: UFRJ, IPPUR n° 1, p.77-89, dez, 1992.
- RELPH, E. *A paisagem urbana moderna*. Lisboa: Edições 70, 1987.
- SANTOS, C.N. *Está na hora de ver as cidades como elas são de verdade*. Rio de Janeiro: IBAM, 1986.
- SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Rosemar Pimentel, 1977.
- SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- _____. *O centro da cidade de Salvador*. Salvador: Progresso Editora, 1958.
- SINGER, Paul. *O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Editora Moderna, 1991.
- SITTE, Camilo A. *A construção das cidades segundo seus princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1993.
- SOARES, Beatriz Ribeiro. *Da “Cidade jardim” ao “Portal do Cerrado”: imagens e representações no Triângulo Mineiro*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1995. (Tese Doutorado).
- _____. *Habitação e produção do espaço em Uberlândia*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1988. (Dissertação de Mestrado).
- SOUZA, Maria Adélia. *A identidade da metrópole*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1994.
- SPOSITO, Maria Encarnação B. *O centro e as formas de expressão da centralidade urbana*. Revista de Geografia. Presidente Prudente: Unesp, n° 10, p.01-18, 1991.

Jornais

O Repórter, Uberlândia, várias edições.

Correio de Uberlândia, Uberlândia, várias edições 1940/ 1998.

Resumo

Este artigo retrata as transformações espaciais ocorridas na malha urbana da cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. A partir dos anos 50, à medida que se expandiam os mercados, havendo a integração do interior brasileiro ao centro geoeconômico do País (São Paulo), modificavam-se as estruturas econômicas, acirrando-se o discurso progressista das elites locais, que pregavam a reformulação da forma urbana local. As transformações na configuração da *urbs* almejavam o

“progresso” e a “modernidade”, e fundamentavam-se na expansão das relações capitalistas, via industrialização e capital imobiliário.

Palavras-chave: configuração urbana, capital imobiliário, cidade.

Abstract

This article reflects the spacial transformations that have taken place within the urban mesh of the city of Uberlândia, in the State of Minas Gerais. The growth of this city began with the development of commercial activity together with modernizing projects involving the Brazilian hinterland which took root in the fifties. In so far as market expansion became a reality, while leading to the integration of the Brazilian hinterland with the geoeconomical centre of the country (São Paulo), the economic structures became subject to transformations as evidenced by the progressive and aggressive tone adopted by the local elite as they sought the reformulation of the local set-up. The transformations in the urban configuration envisaged ‘progress’ and ‘modernity’ and were founded on the expansion of the capitalist relations, via industrialization and real estate capital.

Key words: urban configuration, estate capital, city.

Resumen

Este artículo retrata las transformaciones espaciales ocurridas en la parte urbana de la ciudad de Uberlândia, Estado de Minas Gerais. A partir de los años 50, a medida que se expandían los mercados, habiendo la integración del interior brasileño al centro geoeconómico del País (São Paulo), se cambiaban las estructuras económicas, incitándose el discurso progresista de las élites locales, que preconizaban otra formulación de la forma urbana local. Las transformaciones en la configuración de la urbs anhelaban el “progreso” y la “modernidad”, y se fundamentaban en la expansión de las relaciones capitalistas, vía industrialización y capital inmobiliario.

Palabras clave: configuración urbana, capital inmobiliario, ciudad.

Marta Cavalcante de Barros

Mestre e doutoranda em Teoria
Literária e Literatura Comparada
pela FFLCH – USP.

Crônica da casa assassinada: uma sobrevivência de coisas idas

A *Crônica da Casa Assassinada* é obra singular dentro da oscilante produção de Lúcio Cardoso. Publicada em 1959, revela uma arquitetura complexa e inovadora, de alta qualidade artística, em que personagens e trama inter-relacionam-se, permitindo enquadrá-la como uma das grandes obras da literatura brasileira.

Conhecido como escritor “católico”, “psicologizante”, Lúcio Cardoso mostra neste seu romance como superou as rotulações fáceis. Mineiro de Curvelo, Lúcio transpõe para sua obra o universo mineiro: a tradição mesclada pelo regionalismo e pelo nacionalismo,¹ permeada por uma concepção de tempo bem particular: o tempo da memória, o tempo passado marcado, por um lado, por grandes feitos e heróis; e, por outro lado, pela transitoriedade das coisas, beirando sempre a vivência próxima da decadência tão presente no mundo mineiro. Para Lúcio, a *Crônica da Casa Assassinada* é um livro também de denúncia:

*“...meu inimigo é Minas Gerais. O punhal que levanto, com a aprovação de quem quer que seja é contra Minas Gerais. Que me entendam bem: contra a família mineira. Contra a literatura mineira, contra o jesuitismo mineiro. Contra a religião mineira. Contra a concepção de vida mineira. Contra a fábula mineira. Contra o espírito judaico e bancário que assola Minas Gerais. Enfim, contra Minas, na sua carne e no seu espírito”.*²

Certamente, o livro é mais do que uma denúncia: é uma história sobre homens e seus limites, sobre as fronteiras do inconsciente, sobre o desejo que vai tecendo (n)o texto, compondo tramas de amor, sexo, obsessão e morte. É um mergulho no escuro interior de vidas marcadas por um tempo invencível, corrosivo, destrutivo.

O romance narra a história de decadência de uma Casa, no sentido de família, linhagem: a dos Meneses – família proeminente do vilarejo de Vila Velha. Os acontecimentos cronológicos dessa história se dão com a partida de Valdo Meneses para o Rio de Janeiro, cidade grande, onde conhece Nina, uma moça de extraordinária beleza e com a qual se casa. Nina e Valdo vão morar na Chácara da família, localizada no interior de Minas Gerais. Aí vive Demétrio, o irmão mais velho dos Meneses e espécie de patriarca da família, casado com Ana, mulher sem graça e embutida.

Durante a permanência de Nina na Chácara são freqüentes as brigas com o marido, as desavenças com o cunhado – que sentia uma atração oculta por ela – além da necessidade de manipular a inveja de Ana. Nina não suporta o ambiente, por demais acanhado; rompe com todos os tabus da casa, sendo, por fim, acusada de adultério com o jardineiro Alberto. Não suportando a pressão das acusações, Nina retorna ao Rio de Janeiro, grávida. Ana vai atrás dela e traz consigo para a Chácara o único herdeiro dos Meneses, André.

Quinze anos depois, Nina volta à Chácara e se envolve com André, numa relação incestuosa. Quando a tensão cresce novamente em torno de si, Nina descobre-se com câncer, morre e junto com ela arruína-se a família Meneses. Valdo parte, não sabemos para onde; Demétrio morre e André foge da Chácara, para nunca mais ser visto por seus habitantes. O romance termina com a morte de Ana e sua confissão, revelando que André era seu filho com Alberto e não de Nina, negando dessa forma o incesto. No entanto, André jamais soube disso, apesar de Ana desconfiar que Nina tinha plena consciência de que André não era seu filho.

Não disposta numa ordem cronológica, a história do romance é tecida por meio da rememoração das personagens e atualizada através da memória dos leitores que devem ter em mente o que foi dito anteriormente para compreender o fragmento seguinte. Ou seja, a trama está esfacelada no tempo, fragmentada nas várias narrativas que compõem a obra – cartas, memórias, narrações, depoimentos, diários, confissões. Sua reconstituição se faz pelo ato da leitura, por intermédio da figura do leitor, obrigado a investir e participar efetivamente da reatualização do texto.

A Chácara dos Meneses, apesar de não estar explicitamente enunciado, insere-se num tempo histórico bem definido: as primeiras décadas do século XX, quando se inicia um intenso processo de industrialização no Brasil e Minas sente novamente o problema da decadência. Todo o movimento econômico-social transfere-se do campo para a cidade. Inicia-se um grande êxodo que esvazia as regiões rurais, levando-as quase à extinção. A Revolução de 30 contribui para a decadência dessas “oligarquias rurais”, pois possibilita a ascensão da burguesia, sobretudo por meio do movimento tenentista, além de quebrar todo o sistema agrícola-extrativo. A tônica desse período é o crescimento da produção industrial brasileira, cujo processo marca a plena implantação do capitalismo no país.

Os Meneses, criados por Lúcio Cardoso, representam um protótipo da “Tradicional Família Mineira”, tão bem conhecida do autor, profundamente arraigada às tradições, que fornecem a segurança e as certezas, mas atreladas a uma ordem social em ruínas – um mundo soterrado, porém não de todo morto.

Até o século XVIII, Minas Gerais tinha um ritmo de vida dinâmico voltado para o exterior: era a época da mineração. Os olhares de todo o país se dirigiam para Minas, sua sociedade tinha um contato quase direto com os europeus. Esse intercâmbio externo e interno propiciou uma movimentação social e cultural, que resultou numa série de movimentos que colocariam a região em destaque dentro do

contexto do país. Um desses movimentos, e talvez o mais famoso, foi a Inconfidência Mineira. Por essa época também formou-se o espírito mineiro:

*“Minas foi feita por gente turrona, de surda revolta, os remanescentes das levadas de aventureiros, nacionais e estrangeiros. Ora, na terra em que todos pensavam em passar a perna uns nos outros (devido ao ouro) o segredo era a alma do negócio”.*³

Sem dúvida, o mineiro é conhecido por seu ar contemplativo, desconfiado e nada efusivo. O que é intenso nele é a vida interior.

Mas, no início do século XIX, com a decadência da mineração, segue-se a ruralização, transferindo o centro de vida da cidade para o campo. A fazenda mineira torna-se um microcosmo do universo material, social e cultural. Até as primeiras décadas do século XX, as oligarquias rurais se estabilizam e criam uma hegemonia tão consolidada, que a movimentação social torna-se quase impossível.

A realidade mineira apresentava suas peculiaridades. No seu conjunto, as fazendas mineiras possuíam uma natureza bastante específica, que se definia por seu caráter isolado, auto-suficiente e diversificado. Eram, em sua maioria, grandes propriedades-latifúndios, símbolos da oligarquia rural e tinham como modo de produção a monocultura. No romance de Lúcio Cardoso, a ilustração da Chácara, permite encaixá-la nesse quadro. O ritmo do tempo, nessas condições, tornava-se lento, quase parado, pois não fluía com intensidade: nada de novo parecia acontecer, tudo se reduzia à longa duração do cotidiano, aprisionado e contido, no predomínio das relações sociais imediatas:

“Ah, nestes lugares fechados, nessas residências de província onde se constituem pequenos centros de vida, somos muito poucos e os acontecimentos muito raros, para que deixemos escapar assim qualquer frêmito de existência diante de nós” (Segunda confissão de Ana – p. 183).*

A autonomia relativa de Minas oitocentista, expressa no universo da fazenda, abriu espaço à tradição, vivendo-a como se fosse eterna. E, recusando-se sempre o novo em nome dessa tradição, as fazendas não acompanharam o novo ritmo do tempo: o da modernidade, o da velocidade e do desenvolvimento.

Os herdeiros dessa decadência, como os Meneses da *Crônica da Casa Assassinada*, tinham o acalanto do passado pela memória, a esperança jamais exaurida de conservar o mundo perdido.

Esses herdeiros, impossibilitados por sua origem de lançar mão de expedientes práticos para contornar a vida de penúria na qual foram jogados e na ausência de uma mentalidade voltada para o cálculo que lhes permitiria administrar melhor o que lhes restava, essas pessoas alimentavam-se de sonhos. Nas palavras

de Maria Aparecida do Nascimento Arruda: “a família mineira da alta estirpe sente-se incapaz de mudar de ramo ou negar sua procedência, pois seria o mesmo que abandonar a fonte de sua identidade”.⁴

Na *Crônica da Casa Assassinada*, essa situação é manifestada em várias passagens:

“... e sempre vivi à espera de que a situação da família se desafogasse, se bem que no íntimo tivesse certeza de que jamais sairiam do beco em que voluntariamente se meteram. Digo isto, porque sei hoje que a construção, e mais do que isto, a manutenção desta Chácara, equivale a uma despesa inútil, e poderia ser poupada, se não achassem todos que abandonar Vila Velha, e esta mansão dispendiosa, fosse um definitivo ato de descrédito para a família. A verdade é que antes de desmembrarem a velha Fazenda do Baú, e dividirem as terras entre os credores que poderiam muito bem esperar, teria sido melhor contemporizar com a situação, remodelando apenas a casa que hoje apodrece no contraforte da serra. Posso afirmar que, indo até lá algumas vezes a cavalo, encontrei nela uma poesia e uma dignidade que nem sempre vislumbrei nesta construção pretensiosa onde hoje vivem... Tivessem feito o que eu tanto apregoei, liquidado a casa, vendido os trastes, diminuído a criadagem, loteado as terras e entrado em acordo com o resto dos credores, não estariam agora na situação de...” (Primeira carta de Nina a Valdo Meneses – p. 35).

É exatamente a identificação, apesar da morte e na morte, que cria a sobrevivência da memória. Tentar refazer a vida em outros lugares ou circunstâncias significaria anular a origem e apagar a fonte primeira da identidade.

A família torna-se o repositório da identidade porque a decadência jamais é pessoal, sendo sentida no plano das relações imediatas. O daí decorrente apego ao passado como forma de preservação da identidade pode originar certo culto à família, vista como símbolo de vivência de um tempo glorioso. Na *Crônica da Casa Assassinada*, Demétrio é aquele que cultua a família e o passado:

“... o Sr. Demétrio de natureza tão arraigadamente mineira. Mais do que isto, mais do que ao seu Estado natal, amava ele a Chácara, que aos seus olhos representava a tradição e a dignidade dos costumes mineiros – segundo ele, os únicos realmente autênticos existentes no Brasil. ‘Podem falar de mim, costumava dizer, mas não ataquem esta casa. Vem ela do Império, e representa várias gerações de Meneses que aqui viveram com altaneira e dignidade’” (Diário de Betty I – p. 65).

É por isso que as memórias significam a tentativa de recuperação, no nível imaginário, da antiga posição social da família, ou mesmo de fantasia que se criou

em torno dela. Esse processo de recriação gera um “afastamento” do real. Esse trabalho da memória, de recriação, tem a ver com a própria noção de Memória cultivada pelos gregos: memória associada à fantasia, à imaginação, ao espírito de ficção – as filhas da Memória, as Musas eram as inspiradoras dos poetas.

Timóteo, considerado o desequilibrado, o marginal da família – por suas tendências homossexuais –, trancado por sua própria vontade em um quarto da casa, revela, dentro de sua loucura, uma clarividência dessa situação, compreendendo que os Meneses nada são além de uma aparência. Ele, por ter rompido com o jogo social, acha-se no direito de desmascará-los, expondo o que aqueles homens realmente representam: mesquinhas, nulidade. Timóteo não busca atingir tanto a seu irmão Valdo, mas sim a Demétrio, representante da tradição, do espírito da “Família Meneses”. No final, de acordo com o último depoimento de Valdo, sabemos que terá êxito:

Alguma coisa devia realmente estar rompida, para que os Meneses assim se digladiassem diante de tantos olhares estranhos – e esforçando-me para abatê-lo[Demétrio], dizia comigo mesmo, nessa lucidez e nessa pressa dos momentos extremos, que não era eu quem ali representava o papel mais extraordinário, mas ele, o outro, aquele homem que inesperadamente deixava vir à tona o eu que se esforçara por esconder durante a vida inteira” (Depoimento de Valdo – pp. 519-20).

Percebemos que a tradição, as lembranças, o mito que circunda essa família serve para ocultar suas tendências, seus desejos mais profundos. Quando não há mais a segurança da aparência, as molas que sustentam os portais da defesa se rompem e tudo de mais íntimo emerge: a natureza humana em todas suas facetas – o bem, o mal, o orgulho, a mesquinhez...

A visão da tradição, do jogo de aparências, de “fantasia” assume uma feição diferente para os que são de fora, como nos revela o médico numa visita à Chácara:

“Mesmo assim, era fácil de perceber o que haviam sido, esses nobres da roça, com seus cristais que brilhavam mansamente na sombra, suas pratas semi-empoeiradas que atestavam o esplendor esvanecido, seus marfins e suas opalinas – ah, respirava-se ali conforto, não havia dúvida, mas era apenas uma sobrevivência de coisas idas” (Terceira narrativa do médico – p. 151).

No romance, os dias passados sempre vêm contrapostos aos dias atuais. A relação opulência/decadência é perpassada pela ação do tempo que desfaz vidas.

Os Meneses tão estagnados dentro de seus próprios limites:

“Confesso, ao me aproximar, suas aléias pareceram-me mais sombrias do que nunca. Muito ao fundo, num único traço negro adivinhava-se o contorno

da casa, com uma ou duas janelas iluminadas. Toda uma vida secreta, densa e reservada, inundava os limites em que ela se continha. ‘Estranhos Meneses’ – pensei de novo. E senti vir de toda a paisagem um frio que emanava menos da chuva do que da hostilidade que lhe era própria, e que pertencia àquela gente, sempre tão calada e austera” (Terceira narrativa do médico – p. 150).

Os Meneses são os próprios mineiros: sedentários, por força da tradição; hipercríticos, em razão do recalque, da desconfiança; tímidos, em resultado do excesso de pudor. E, para realçar essas características, insere-se entre eles a figura de Nina, carioca, moça da cidade grande.

Dentro da cultura brasileira parece difícil haver dois seres mais opostos, dentro de seus estereótipos, do que cariocas e mineiros: aqueles, com uma tradição carnavalesca, são alegres, extrovertidos e espontâneos; habitantes da capital do país, são dispendiosos e ostentatórios, seduzidos facilmente pelo consumo, entusiasmados pelo gasto, pela demonstração e pelo ego narcísico. Já os mineiros são austeros e tendentes à poupança; tudo neles é parcimônia. Essa oposição é constantemente elucidada no romance, seja por meio das palavras de Nina, seja por suas atitudes, que deixavam os Meneses embaçados:

“Desviei a vista e olhei as caixas e malas empilhadas – todas com rótulos de lojas e casas importantes do Rio de Janeiro. Não pude deixar de repetir a pergunta, ela se impunha – onde Valdo arranjaría dinheiro para atender àqueles gastos?” (Quarta confissão de Ana – p. 425);

seja pelos outros narradores:

“Desculpe, Nina, mas é que todos aqueles chapéus e vestidos são inúteis na roça. Você sabe que estamos na roça, não sabe? Aqui – e ele apontou com um gesto displicente – as mulheres se vestem como Ana” (Diário de Betty I – p.68).

Essa fala é proferida por Demétrio, que se opõe diretamente à figura de Nina. Enquanto ele representa o mundo rural e aristocrático, em completa agonia, Nina representa o novo, a possibilidade de mudança e renovação, mas que é violentamente repelida e destruída juntamente com a Casa, Demétrio e tudo aquilo que representava um mundo que já não existia mais.

Na verdade, o confronto entre Nina e os Meneses revela um sentimento apaixonado que o mineiro Lúcio Cardoso trazia dentro de si. Seu romance expressa o universo mineiro que estava argamassado à sua natureza. Diversos aspectos da “mineiridade”, este adjetivo substantivado que não se define, desvela-se na e pela linguagem de seu povo, estão presentes nesse seu romance.⁵

Essa “mineiridade” não é situada só no espaço geográfico (apesar de dizerem que a prosa mineira “*desliza pela universalidade provinciana de tipos e lugares fechados como é fechada Minas pelas suas montanhas*”⁶) ou pela presença marcante de suas “*montanhas dilaceradas, cor de sangue pela presença dos minérios de ferro*”;⁷ mas compreendê-la exige que se determine também seu horizonte cultural e seu espaço simbólico.

A caracterização da Chácara realizada por Lúcio Cardoso evidencia o espírito que dominava Minas nessas primeiras décadas do século XX. Enquanto nos grandes centros os artistas e intelectuais engajavam-se politicamente em uma luta, os mineiros rodeados pelas altas montanhas, em sentido metafórico e geográfico, padeciam, nas palavras de Hélio Pelegrino, de uma:

“ausência sufocante de perspectivas sociais que pudessem absorver e alimentar criadoramente a inquietação que nos roía. /.../ A velha ordem mineira, feita de usura bancária, de clericalismo autoritário, de paternalismo assentado sobre o latifúndio, pesava e constrangia, sem que soubéssemos na época avaliar a força desse peso. Não tínhamos, naquele tempo, uma visão crítica da sociedade brasileira e dos vícios estruturais que a distorciam, travando o progresso. Lançados no pântano da estagnação social e política, apesar da guerra que incendiava o mundo, sentíamos na carne a tentação do desespero e do tédio e a ela aderíamos, em sepultado segredo”.⁸

Os autores mineiros, tocados pela vertente intimista, voltam-se à introspecção e indagação ontológica. Na verdade, como disse Hélio Pelegrino, as montanhas determinam os horizontes e o ar seco dessa região, isolada do litoral por duas cadeias rochosas, criando uma atmosfera de intimismo.

Neste contexto, a Chácara dos Meneses representa um cosmo e um microcosmo: é um mundo em transição da Minas do início do século XX, da Minas aristocrática que Lúcio tanto odiava – e amava – e é ao mesmo tempo o mundo do ser humano. Temos por decorrência uma memória coletiva, a da família e uma memória individual, a do homem.

No decorrer do romance perceberemos que há muitos desdobramentos dessa situação de estagnação e decadência. Diretamente ligada à morte, como um devir inevitável, a família Meneses encontra-se fincada nas certezas de suas tradições. A negação de novos elementos e dos próprios instintos que afloram no centro dos conflitos será o ponto de partida de um processo irreversível.

A Chácara, o grande símbolo da certeza e da fama dos Meneses, está a cada dia mais relaxada e o mato toma conta dos jardins, até mesmo da própria casa:

“Vejo-a ainda, com seus enormes alicerces de pedra, simples e majestosa como um monumento em meio à desordem do jardim. A calça já tinha quase completamente tombado de suas paredes, as janelas, despencadas,

batiam fora dos caixilhos, o mato invadia francamente as áreas outrora limpas e subia pelos degraus já carcomidos – e no entanto, para quem conhecia a crônica de Vila Velha, que vida ainda resumava ela, pelas fendas abertas, pelas vigas à mostra, pelas telhas tombadas, por tudo enfim que constituía seu esqueleto imóvel, tangido por tão recentes vibrações”. (Pós-escrito numa carta de Padre Justino – p. 564)

A divisão entre Natureza e o Homem está rompida; dessa ruptura e da própria incompreensão do próprio ser constituído de consciente e inconsciente, surge o processo de destruição.

A Natureza invade o mundo dos homens, trazendo consigo a violência e o aniquilamento, sob a forma de transgressão dos grandes interditos: o sexo e a morte.

Daí ser este um romance que fala sobre os limites entre o mundo social e o mundo natural: estamos na tênue divisa que separa o homem racional de seus instintos: é o adultério, o deslize moral, o suicídio, o assassinato, o incesto.

Tudo isto nos espera na leitura desse universo total e particular: é uma viagem ao mundo dos homens e ao interior do próprio homem.

O universo e a estrutura da Casa

A viagem oferecida pela leitura da *Crônica da Casa Assassinada* constitui-se de uma estrutura complexa e movente, composta por diferentes discursos, calcada em deslocamentos temporais e que possui o tempo e o espaço como elementos organizadores, dotados de poderosa força significativa.

A *Crônica da Casa Assassinada* forma um todo apelativamente visual: as cenas brotam do papel transfigurando-se em imagens.⁹ O livro é repleto de índices e descrições que revelam o olhar de um homem acostumado a observar o mundo através de suas formas e cores. Lúcio Cardoso, em sua maturidade, foi impedido por um derrame de continuar a escrever, dedicando-se a uma forma artística que lhe era cara: a pintura. Muitos são os artigos que mostram detalhadamente a influência do olhar do pintor na criação de sua obra literária.¹⁰ Mais do que a pintura, que surge de uma contingência – a impossibilidade de expressão escrita e oral – Lúcio Cardoso desde cedo revelou uma paixão pelo cinema. Participou da produção de filmes, roteiros, o que, com certeza, influenciou em sua visão de mundo.¹¹ Tinha predileção pelos cineastas expressionistas, cujos valores plásticos explorados nos filmes o impressionaram. Pouco a pouco Lúcio compreende os vínculos entre o cinema e o romance e os transpõem para suas criações; fato que se torna evidente quando relacionamos o número de filmes que já foram feitos baseados em sua obra.¹²

É impossível pensar a literatura do século XX dissociada do mundo das imagens em movimento, em particular o cinema. O mundo moderno é antagonico, complexo, contraditório, heterogêneo. A experiência das duas Grandes Guerras, os

conflitos que foram eclodindo em cada canto, as diversidades de opiniões e atitudes deram ao artista a sensação de caos e fragmentação que aparece em tantas obras das vanguardas do início do século. No romance moderno, há um abandono do enredo, a eliminação do herói, o uso da psicologia e, acima de tudo, a montagem técnica e a interpretação das formas temporais e espaciais do filme.¹³

A arte cinematográfica vem expressar na percepção do mundo a SIMULTANEIDADE, que consiste basicamente na espacialização do elemento temporal. Nesse âmbito, os limites entre o tempo e o espaço se tornam fluidos; o espaço tem um caráter quase temporal e o tempo, até certo ponto, um caráter espacial. O espaço perde sua qualidade estática e torna-se dinâmico; o tempo perde sua continuidade ininterrupta, sua direção irreversível; podendo-se pará-lo, invertê-lo, repeti-lo, suprimi-lo.

A simultaneidade nos mostra como um mesmo indivíduo vivencia tantas coisas diferentes, distintas e irreconciliáveis, num mesmo momento, e como diferentes indivíduos em diferentes lugares têm a experiência das mesmas coisas. Daí, as experiências e os acontecimentos não se ligarem por sua proximidade no tempo, mas por seus vínculos mais íntimos, mais interiores, mais subjetivos.

Como disse Arnold Hauser: *“toda a arte é um jogo com o caos e uma luta contra ele; esta sempre avançando, cada vez mais perigosamente, no sentido do caos e salvando, das suas garras, províncias do espírito cada vez mais vastas”*.¹⁴

Cada episódio surge deslocado temporalmente por meio de diferentes vozes narrativas, ou seja, um mesmo fato é narrado de diferentes perspectivas, sendo dessa maneira enriquecido. Cada episódio é relativizado de acordo com a pessoa que observa, o momento e seu estado de espírito.

O jogo com o foco narrativo é fundamental dentro do romance. Os diversos discursos narram episódios diferentes e complementares. Todo o livro joga com fragmentos e, ao mesmo tempo, ordena-os num todo, que é a obra de arte. Trabalhando diretamente com a categoria tempo, o romance ordena-se em dois grandes eixos: o sincrônico, que se liga à estrutura do romance, sendo não-linear, fragmentado, e o diacrônico, revelando um processo, figurando-se mais como um recurso estético. Nesse sentido, o título do livro “Crônica” (que vem de *Chronos* = tempo) revela-nos as várias faces dessa estrutura caleidoscópica, que procura restaurar uma história na sucessão do tempo, ao mesmo tempo em que a coloca na literatura através dos tempos. Ao inserir a palavra “crônica” no título do romance, Lúcio Cardoso traz, ao plano dos significados, a dificuldade de classificação deste gênero que tem a caracterizá-lo não a ordem mas a ambigüidade.¹⁵

Apesar de diferentes, os discursos possuem o mesmo “estilo”, constituindo uma espécie de “variação de tom em uma só nota”. Essa falta de habilidade de Lúcio em dominar esse procedimento narrativo cria, na verdade, uma certa monotonia narrativa. Portanto, sabendo que o estilo de cada discurso influencia de maneira decisiva a construção do foco narrativo e considerando-o um procedimento narrativo fundamental, fica difícil redimir a obra desta falha estrutural.

O mesmo estilo dos vários discursos deste romance inteiro escrito em primeira(s) pessoa(s) denuncia uma presença fortemente marcada que manipula esses discursos não cedendo espaço às suas criaturas. As diferentes visões sobre um fato suscitadas criam uma falsa idéia de pluralidade. Ao mesmo tempo, esse procedimento narrativo solicita uma grande consciência do caráter criador, construtivo do texto.

Nesse sentido, é evidente a presença de alguém que, perpassando pelas diferentes vozes, comanda todo o universo criado transmudando-se em vozes narrativas diferentes, organizando cenas e sumários, presentificando-se até mesmo quando a narrativa parece contar-se a si mesma; alguém que nos convém chamar de autor implícito, conforme a denominação de Booth em *A Retórica de Ficção*.¹⁶ Todas as vozes do universo fictício revelam-se como espécies de máscaras desse “Eu”. Os narradores de primeira pessoa vão se revelando como desdobramentos, numa busca de apreensão de uma totalidade. A forma mais comum de empreender essa busca é através de uma memória, pois na tentativa de ordenar a matéria vivida, o ser é invadido pela força de um passado vivo, que vem à tona e tira as certezas do poder de delimitá-lo. Todos os narradores, cada um a sua maneira, fazem da cisão sua matéria e parecem ter como objeto desejado o encontro do eu com seu outro, o encontro do eu com os outros. Movidos por uma ânsia de desvendar o Outro (Nina, foco de todos os discursos), os narradores vão tecendo suas tramas; e, aos poucos, a narrativa vai enredando as personagens, os narradores e a nós, leitores. Ao tentar desvendar o Outro, esses narradores, sem perceber, desvelam a si mesmos.

A verdade constitui-se como busca das palavras, único instrumento capaz de reagrupar os fragmentos e dar-lhes coerência. A ilusão da narrativa ganha, aos poucos, o poder de restaurar a unidade entre o passado e o presente, a ação e a reflexão, o eu e o outro. É uma narrativa que caminha em direção a um fim, mas que recomeça, sempre, infundavelmente.

O narrador de primeira pessoa nem sempre participa diretamente do processo que desencadeou, intensificando a ilusão de que a literatura imita a vida, fazendo-nos mergulhar numa viagem de cujo final saímos mais ricos, com nova aprendizagem.

Todos os relatos das personagens – confissões, cartas, diários etc. – possuem um interlocutor virtual e um real. Este, somos nós, leitores; aquele, o interlocutor virtual, nunca diretamente nomeado mas apenas sugerido, é referido em alguns relatos:

“... E finalmente concordo em narrar o que presenciei naquela época, apesar de serem fatos tão antigos que provavelmente já não existe mais nenhum dos personagens que neles tomaram parte. /.../ E no entanto, creio poder precisar exatamente o dia a que o SENHOR se refere. Neste ponto, suas indagações são inúteis, pois obrigam-me a situar lembranças que flutuam

desamparadas ao sabor da memória” (Terceira narrativa do médico – p. 283 – grifo meu).

ou ainda, de modo mais evidente:

“Sim, resolvi atender ao pedido dessa pessoa. Não a conheço, nem sequer imagino por que colige tais fatos, mas imagino que realmente seja premente o interesse que a move./.../ Não sei o que essa pessoa procura, mas sinto nas palavras com que solicitou meu depoimento, uma sede de justiça” (Pós-escrito de uma carta de Padre Justino – p. 564).

Seria esse interlocutor também uma personagem, ou confunde-se com a figura do autor, como uma espécie de compilador dessa “Crônica”?

De fato, as narrativas de primeira pessoa são manifestações de um mesmo eu, o artista, que, ao criar esses outros, quer dar a representação de um único ser, marcado pelo desejo: o desejo de ver e reconhecer-se num mesmo e num outro, atuando em si e no outro. Para tanto, quer ver e dominar; vê através, talvez, da grande figurabilidade da narrativa; domina pela linguagem.

Esses narradores, no entanto, escrevem isolados, sozinhos, assim como nós lemos suas narrativas. Aqui, lembramo-nos de Walter Benjamin, que diz que o romance pressupõe o indivíduo isolado, que narra e lê solitariamente. O homem do mundo moderno é um ser só, que deve empreender suas buscas, encontrar seus desejos, compreender-se por si.

A única exceção nesse quadro é Demétrio: ele é a única personagem que não possui “voz” dentro do romance. Tão criticado por todos, é envolto por uma aura de mistério, pois jamais proferiu uma palavra por si mesmo; seus pensamentos sempre vêm através do crivo das outras personagens. Há uma passagem no romance, bastante significativa e que ajuda a desvendar um pouco dessa figura enigmática:

“Ao contrário, sempre se ocultara, dúbio e fechado em seu mutismo, como por detrás de sólidas paredes; nunca tivera uma expressão, um movimento que servisse de ponte ao interesse ou à ternura de seus semelhantes; ignorava o que fosse comunicação, e para não conceder coisa alguma neste terreno, também não recebia nada, e sua existência, pelo menos aquela que eu tinha notícia, era idêntica à de certas plantas, isoladas e avaras, que vivem do ar – mistérios que a Natureza impõe”(Segundo depoimento de Valdo I – p. 467).

O isolamento e a solidão fazem parte da *Crônica da Casa Assassinada*, na medida em que as personagens encontram-se apartadas umas das outras. A falta de comunicação gera a incompreensão e caracteriza o clima denso da narrativa. Cada

personagem se refugia em seu quarto e lá, sozinha, escreve seu depoimento sobre algo que já ocorreu num passado próximo ou distante. A Chácara assemelha-se a um arquipélago, composto de formações insulares. As narrações, os diálogos, as lembranças, as descrições não escondem o abismo que cerca as personagens; inclusive o próprio André explicitou isso muito bem, numa passagem do romance, ao perceber a solidão de Nina:

“Só mais tarde vim a compreender; naquele minuto, eu a via isolada como uma ilha, completa e fechada, varrida por ventos que não eram os de nosso mundo. Podia erguer-se, conversar, rir até como toda gente ria – mas um poder qualquer separava-a dos outros, incentivando-lhe esse clarão particular, atormentado, de onde incessantemente estendia a mão para os que passavam” (Diário de André III – p.255).

O fato de os depoimentos serem “escritos” – com exceção do farmacêutico, cujo discurso é marcado pela oralidade – estabelece uma desconfiança com relação ao texto. A escrita possibilita a correção, a seleção do que se conta, além de proporcionar uma distância “segura” de seu narrador. Ou seja, além dos textos serem elaborados por narradores em primeira pessoa, foram “escritos”. Essas duas características já servem para avaliarmos o quanto há de dúvida e subjetivo nessa narrativa. O leitor deve sempre desconfiar de uma confissão: ao revelar-se, o narrador oculta-se. Apesar de todas as narrativas terem um caráter intimista, elas revelam o jogo do mostrar /esconder. O que é compreensível, uma vez que uma narrativa é tecida pelos fios do desejo, um desejo nunca totalmente manifesto; tudo o que se revela, vela-se.

Ao mesmo tempo, a rememoração dos fatos carregados de emoções tendem a diminuir a distância entre o texto escrito e o narrador. Ao se utilizar da memória, esse narrador põe em movimento mecanismos de repressão e simbolização, de condensação e deslocamento e, por conseqüência, as lembranças que surgem podem não ser fiéis aos acontecimentos empíricos – daí a disparidade das narrações –, mas, com certeza, trazem uma carga afetiva emotiva suficiente para revelar o essencial, ou seja, as possíveis molas do desejo.

Por toda a obra de Lúcio é constante o jogo entre o mostrar/ esconder, ser/ parecer, disseminar/agrupar, fragmento/unidade. Nas brechas desses movimentos oscilantes, vai-se delineando a força de sua obra.

O romance inicia e termina com uma morte feminina: Nina e Ana, mulheres opostas e complementares. Ao mesmo tempo está aí contida a morte da Casa – outra entidade feminina, tema principal da obra. Por todo o romance são construídas relações de oposição e complementariedade, que possuem um caráter “relativista”: tudo dependerá do ângulo de observação e do momento. Por exemplo, Nina e Ana podem ser rivais e muito diferentes, mas ambas sofrem da sensação de

aprisionamento e anseio por coisas novas. O que as difere é como cada uma manipula esses fatores.

A abertura do romance pela “Conclusão do Diário de André” é de importância singular, não constituindo apenas um epílogo antecipado da trama, mas também uma espécie de *avant-propos* das principais questões que permeiam o romance.

A primeira grande questão refere-se ao tempo, já que o romance inicia-se por uma marcação temporal incompleta. Com isso podemos adiantar que não é o tempo cronológico que ocupa a cena mas sim o tempo físico, como signo de mudanças e que pertence também ao mundo natural, tendo uma ação devastadora sobre o mundo organizado e social da Chácara. A idéia de tempo físico pode ser estendida também à noção de ciclo de vida; idéia essa que se tornará mais evidente com a pergunta de André: “*Meu Deus, que é a morte?*”. A morte é uma das indagações mais constantes dentro do romance, sendo uma espécie de tema, um desdobramento da categoria de tempo. A morte implica não só o fim de uma vida, mas também o fim de um ciclo, de um período, no caso o apogeu dos Meneses. A compreensão desse processo remete a outras questões, como o transcendente: Deus, vocativo das perguntas de André.

Deus representa, de certo modo, uma das defesas do homem contra as forças da natureza, como o é a morte. A compreensão da situação de aniquilamento pela morte pede uma explicação, uma salvaguarda, representada pela religião. Ao mesmo tempo, veremos que essa mesma religião reforça os interditos cuja transgressão levará à morte.

A segunda parte desse longo trecho inicial refere-se quase que totalmente ao TEMPO e seus desdobramentos. Refletindo sempre sobre a extinção de um período, de uma vida, André questiona-se sobre o PARA SEMPRE, que envolve o definitivo, a impossibilidade de retorno do que já passou ou acabou. No entanto, ainda nesse segundo trecho é colocada uma possibilidade de resgate: a memória. A recomposição do passado através da memória parece ser o caminho para a reconstituição do que foi definitivamente perdido. Mas o reconstruir, o recompor não é ter de volta, é apenas uma substituição. A lembrança, a recordação é caracterizada como sendo uma “arquitetura de sonho”, parecendo estar situada numa fissura entre o que não mais existe e o que somos. Daí possibilitar o vislumbre do que poderíamos ter sido “*do possível, o constantemente inatingido*”. Na verdade, observaremos no decorrer deste estudo que é através da memória das personagens que a trama vai se compondo; no entanto, essa memória associada ao sonho e à fantasia, relaciona-se às instâncias do psiquismo humano: o inconsciente e o consciente. É no jogo entre essas duas instâncias básicas que encontraremos uma compreensão do texto e das vidas que ele contém.

Juntamente a essas idéias surge a questão da PASSAGEM, evidenciada sobretudo pelo próprio vocabulário empregado por André: “*escorrer/passaria*”, “*existir contínuo e líquido*”, “*transforma, evolui, deságua*”. A idéia de mutabilidade

das coisas vem associada à imagem do líquido, da água, constante por todo o romance:

“Que é o para sempre senão o existir contínuo e líquido de tudo aquilo que é liberto da contingência que se transforma, evolui e deságua sem cessar em praias de sensações também mutáveis? Inútil esconder: o para sempre ali se achava diante de meus olhos. Um minuto ainda, apenas um minuto – e também este escorregaria longe do meu esforço para captá-lo, enquanto eu mesmo, também para sempre, escorreria e passaria – e comigo, como uma carga de detritos sem sentidos e sem chama, também escoaria para sempre meu amor, meu tormento e até mesmo minha própria fidelidade. Sim, que é para sempre senão a última imagem deste mundo – não exclusivamente deste, mas de qualquer mundo que se enovele numa arquitetura de sonho e de permanência – a figuração de nossos jogos e prazeres, de nossos achaques e medos, de nossos amores e de nossas traições – a força enfim que modela não esse que somos diariamente, mas o possível, o constantemente inatingido, que perseguimos como se acompanha o rastro de um amor que não se consegue, e que afinal é apenas a lembrança de um bem perdido – quando? – num lugar que ignoramos, mas cuja perda nos punge, e nos arrebatá, totais, a esse nada ou a esse tudo inflamado, injusto ou justo, onde para sempre nos confundimos ao geral, ao absoluto, ao perfeito de que tanto carecemos.” (Diário de André – conclusão – pp. 5-6).

Essas imagens remetem à imagem heraclitiana do rio que flui constantemente, sem cessar. Esse *continuum* é a base da própria idéia de tempo, mais especificamente, do tempo físico caracterizado como um contínuo irreversível, que passa, deixando a marca da mudança, entendida por nós como o envelhecimento.

Essa compreensão da morte como esvanecimento da vida, como deteriorização de um tecido, é mencionada na epígrafe do romance:

“Jesus disse: tirai a pedra. Disse-lhe Marta, irmã do defunto: Senhor, ele já cheira mal, porque aí está há quatro dias. Disse-lhe Jesus, não te disse eu que se tu creres, verás a glória de Deus?”

A importância do tempo e sua passagem sobre as coisas é marcante nessa citação que evidencia a decomposição, que agirá sobre os corpos de Nina e da Casa.¹⁷ A Casa, índice de grandeza e orgulho, tomba: as janelas batem nos caixilhos, a calíça descola-se das paredes, os degraus estão carcomidos; Nina, índice de Beleza e feminilidade, tem seu invólucro, sua pele, corroído pelo câncer. Essa “corrosão” das vaidades terrenas aproxima-se de um tema muito caro ao Barroco: o *sic transit Gloria Mundi*, que é explicitado no romance pelas palavras de Padre Justino, ao visitar a casa dos Meneses já em ruínas:

“Por um momento estonteado, julguei-me num desses casebres de pau-a-pique que servem de abrigo a míseros colonos, e não junto à única herdeira conhecida da orgulhosa família Meneses. Seria impossível não pensar na transitoriedade da glória deste mundo...” (Pós-escrito numa carta de Padre Justino – p. 565).

Lúcio Cardoso, como mineiro, talvez tenha se impregnado da atmosfera barroca que exala Minas, uma atmosfera que sente o quanto é real a transitoriedade das grandezas terrenas, da Beleza que nunca é vista como eterna e absoluta, a irrecuperabilidade dos dias passados, a passagem dos dias, a erosão da vida. Todas essas noções percebidas por meio das paixões humanas são enunciadas e trabalhadas no romance cardosiano.

Na última parte desse trecho inicial, André passa a falar de uma personagem feminina, cujo nome não nos é imediatamente revelado. Esse último parágrafo é extremamente significativo, pois saberemos mais tarde que se trata de Nina, sua suposta mãe. O emprego do pronome “ela” gera uma ambigüidade que identifica Nina e a Casa, mencionada várias vezes no parágrafo:

“Durante o dia inteiro vaguei pela casa deserta, sem coragem nem sequer para entrar na sala. Ah, com que intensidade eu sabia que ela já não me pertencia mais, que era apenas uma coisa despojada, manejada por mãos estrangeiras, sem ternura e sem entendimento” (Diário de André – conclusão – p. 6 – grifo meu).

Isso é importante na medida em que a fusão NINA/CASA será um dos eixos do romance. Com a morte DELA (Nina), ambas, Nina e a Casa, serão invadidas e manejadas por mãos alheias. Já nos é adiantado que essa personagem feminina terá o “papel principal” dentro dessa casa, pois com sua morte,

“casa já não existia mais” (Diário de André – conclusão – p. 7),

e por contigüidade os Meneses:

“Creio poder afirmar, no entanto, que só aí tive inteira consciência de que os Meneses não existiam mais” (Diário de André – conclusão – p. 30).

A partir de uma análise bachelardiana, podemos ressaltar uma nova progressão: as figuras da casa e da mulher estão sempre associadas. Ligadas ao onirismo terrestre, essas imagens remetem ao mundo do repouso, ao mundo involutivo, do aconchego. Não há dúvida, pois, de que no romance a progressão da destruição da casa/mulher refere-se também à destruição do lar protetor.

Para Bachelard, todo poeta está filiado a um sistema de imagens, representados pelos quatro elementos fundamentais: Água, Terra, Fogo e Ar. Pode haver uma combinação entre esses elementos mas no máximo entre dois deles.

Lúcio Cardoso está nitidamente filiado ao sistema imagético da Terra, cujas imagens são ligadas ao concreto. A matéria concreta, dentro dessa teoria bachelardiana, suscita no psiquismo humano duas reações: por um lado, há a vontade de penetrar no interior, a curiosidade. Esta reação está sob o signo da preposição CONTRA. Mas há uma segunda ordem de reação suscitada pela matéria concreta, as que estão sob o signo da preposição EM. Cristaliza-se em torno das imagens da casa e da mulher, muitas vezes identificadas entre si. Essas imagens carregam a marca de um retorno à mãe e constitui um devaneio dominado necessariamente por seu aspecto involutivo, metaforizando o aconchego e o refúgio. A imagem da Casa seria, desse modo, um reflexo de nossa própria intimidade.

Há ainda um segundo elemento ao qual Lúcio Cardoso se filia nesse seu romance: a Água, que marca o fluir do tempo, como o demonstramos acima, e a dissolução da matéria. O constante devir é evidenciado pelo estado líquido das coisas, misturando-se à concretude que as compõe. É terrível a cena em que, após a derradeira união sexual entre André e Nina, este observa, de repente, a presença aterrorizante, em seus braços, de um material orgânico liquefazendo-se:

“E pelos meus punhos, pelos meus dedos, escorria um líquido que não era sangue e nem pus, mas uma matéria espessa, ardente, que descia até meus cotovelos e exalava insuportável mau cheiro” (Continuação do Diário de André IX – p. 462).

Na *Crônica da Casa Assassinada* há várias referências ao elemento aquoso, associado à matéria inumana, sobrepondo-se metaforicamente às paredes do quarto da agonizante e a ela mesma em seu sofrimento. Nesse âmbito a água vem relacionada não à vida mas a morte e a todas as conotações da transitoriedade da matéria. Mais ainda, a relação entre Nina e André, relação subjetivamente incestuosa, nos dá margens para associarmos mais uma vez a morte com outra linha de força da natureza que tudo aniquila: o sexo como transgressão.

Aos poucos, percebemos que o sexo, a morte, a religião, a violência ocupam posições nucleares dentro das reflexões de todas as personagens, além de criarem um clima de erotismo que permeia toda a narrativa. Esse clima se expande num determinado espaço: A Chácara do Meneses. A importância desse espaço, sua força significativa depende sempre de sua relação com o tempo, e ambos dão corpo e unidade à estrutura fragmentada do romance.

Notas:

¹ “O regionalismo mineiro se encontra conectado à simbologia da nacionalidade, a sua expressão não consegue desconhecer a unidade. Por isso, os componentes da mineiridade movimentam-se entre os dois pólos, por transitarem

da identificação particular para a identidade do todo, mesmo sem esgotá-la. Daí as características do regionalismo mineiro serem diferentes das de outros estados”. In: ARRUDA, Maria do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 101.

² Entrevista concedida à Revista *Ficção*, Rio de Janeiro: Cátedra, n. 2, p. 72, fev. 1976

³ Fábio Lucas, *Mineiranças*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, s.d., p. 102 (Col. Nossa Terra)

* Todas as citações do romance de Lúcio Cardoso serão indicadas pela parte da qual foram retiradas – a fim de facilitar a associação personagem-ideia – e pelos números das páginas. Utilizo a edição crítica coordenada por Mário Carelli: Lúcio Cardoso, *Crônica da Casa Assassinada*. Madrid: ALLCA, XX/Scipione Cultura, 1991- col. Archivos.

⁴ Arruda, Maria do Nascimento Arruda, *Op. cit.*

⁵ Explicito esse espírito com uma citação de Carlos Drummond de Andrade:

“Minas não é palavra montanhosa.

É palavra abissal.

Minas é dentro e fundo.

As montanhas escondem o que é Minas.

Só os mineiros sabem. E não dizem

nem a si mesmos o irrelatável segredo

chamado Minas.” (in: ANDRADE, Carlos Drummond. A palavra Minas. As impurezas do branco. *Poesia e prosa*. Rio de Janeiro: Aguilar, 1979, p. 490.

⁶ Cfr. Consuelo Albergaria. Espaço e transgressão. In: LÚCIO CARDOSO. *Crônica da Casa Assassinada*. *Op. cit.*, p.681-88.

⁷ Idem.

⁸ Hélio Pelegrino, Um indomável coração de poeta. In: *Correio da Manhã*, 6 out. 1968

⁹ Poderíamos dizer que, talvez, tenha sido essa sensação que levou Paulo César Saraceni a filmar, em 1971, esse livro de Lúcio Cardoso. É claro que aqui não discutimos a qualidade do filme que traz Norma Benguel, Carlos Kroeber e Tetê Medina como personagens principais, além da música de Tom Jobim.

¹⁰ Cfr. C. Valladares, A pintura de um esteta: Lúcio Cardoso. In: *Cadernos Brasileiros*. Rio de Janeiro, n. 29 – maio/junho 1985.

¹¹ Em seu livro *Corcel de Fogo*, Mário Carelli afirma: “se a pintura foi para Lúcio Cardoso uma revelação, o cinema sempre foi uma paixão” (p.84) /.../ “Lúcio ainda pequeno fica maravilhado com o cinema, coleciona recortes de jornais e fotografias de artistas. Chega mesmo a fabricar uma espécie de lanterna mágica e inventa histórias rocambolescas” (p.23).

¹² Filmes baseados nas obras de Lúcio Cardoso: *O enfeitado* (1968), *A Casa Assassinada* (1971), *Mãos Vazias* (1971), *O desconhecido* (1978), *Com os olhos no chão*, *Introdução à música do sangue* (esses dois últimos são histórias inéditas, escritas, respectivamente para Paulo César Saraceni e Luiz Carlos Lacerda).

¹³ Cfr. Arnold Hauser. A era do filme. In: *A História Social da Literatura e da Arte*. São Paulo: Mestre Jou, s.d., p. 1115-1151

¹⁴ Idem, p. 1135

¹⁵ Além disso, Lúcio parece ter consultado em algum dicionário o verbete *Crônica*, pois utiliza todas as acepções do termo ao seu romance, conforme encontramos em alguns dicionários: 1. narração histórica, ou registro de fatos comuns, feitos por ordem cronológica; 2. conjunto de boatos ou referências desfavoráveis (biografia em geral escandalosa de uma pessoa); 3. genealogia de uma família nobre; 4. sucessão intercalada não-linear de cartas, depoimentos, diários, memórias; 5. forma de manuscrito. (Cfr. Dicionários Aurélio, Caldas Aulete, Lello).

¹⁶ Wayne Booth. *A Retórica de Ficção*. Lisboa: Arcádia, 1980

¹⁷ Vale ressaltar as três incidências do verbo dizer nessa epígrafe que parece indicar também a importância da enunciação, que no romance se manifesta na riqueza da escolha dos múltiplos pontos de vista. Cf. Teresa Almeida, Marcas do texto: Julien Green e outros. In: CARDOSO, Lúcio. *Crônica da Casa Assassinada*. *Op.cit.*

Resumo

O artigo analisa a obra-prima de Lúcio Cardoso, *Crônica da Casa Assassinated*, pontuando como que a memória e a decadência se encadeiam, calcadas em dois elementos fundamentais dos estudos literários e também organizadores do discurso do romance: o tempo e o espaço.

Palavras-chave: *Crônica da Casa Assassinated*, tempo, memória, decadência.

Abstract

This article analyses Lucio Cardoso's masterpiece, *Crônica da Casa Assassinated*, enlightening how memory and decadence involve each other, based on two important elements of literary theory and which organise the discourse of the novel: time and space.

Key words: *Crônica da Casa Assassinated*, time, memory, decadence.

Resumen

En este artículo se analiza la obra maestra de Lucio Cardoso, *Crônica da Casa Assassinated*, elucidando como la memoria y la decadencia se encadenan, calcadas en dos elementos de los estudios literarios e también organizativos del discurso de la novela: el tiempo e el espaço.

Palabras clave: *Crônica da Casa Assassinated*, tiempo, memoria, decadencia.

OPINIÃO

Janina Onuki

Mestre e Doutoranda em Ciência Política pela USP, pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais e editora da Carta Internacional.

Para onde caminha o Mercosul?

1. Introdução

A recente crise cambial brasileira (janeiro de 1999) impôs um dos mais severos testes ao Mercosul, desde sua criação. Diferentemente das crises financeiras do México (1994) e da Ásia (1997), externas e com efeitos apenas colaterais, a crise do Real ameaçou romper com a lógica econômica estruturadora do Mercosul e, portanto, com a própria integridade do Bloco. A principal dúvida era a reação da Argentina.

Diante desse contexto, surgiu um rol de análises pessimistas em relação às perspectivas do Mercosul, em face da crise do Real. As mais contundentes asseveraram que o Mercosul se dissolveria; as mais cautelosas tomaram a crise financeira como algo conjuntural e sem reflexos estruturais para a integração. Dentre as alternativas apontadas, surgiram desde a proposta de adoção, pelo Brasil, do *currency board* (dolarização da economia), até a incorporação do Bloco à Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Nada disso aconteceu. Em parte, porque o Governo Brasileiro conseguiu conter os efeitos mais sérios da crise financeira e inverter as expectativas negativas. Em parte, porque, como procuro mostrar neste trabalho, a permanência do Mercosul está relacionada à predominância de uma dimensão política e não apenas econômica, que tem influência sobre a percepção dos atores sociais envolvidos, diretamente, no processo de integração, e que se tornaram capazes de garantir a sua manutenção.

Isso significa que existe uma dimensão política predominante, no Mercosul, que permite o Bloco manter-se mesmo em épocas de crises econômicas e políticas mais acentuadas, e que leva a que essas crises não resultem em conflitos mais profundos e não comprometam a relação entre os países, particularmente entre Brasil e Argentina.

Este artigo tem como objetivo fazer um mapeamento da evolução do Bloco, a partir da relação entre os dois países, e mostrar que o avanço conseguido, até agora, indica a sobrevivência do Mercosul, embora as frequentes crises domésticas, envolvendo os dois principais sócios, revelem fragilidade preocupante. É situação aparentemente contraditória, que revela um futuro para o Mercosul. Um futuro que não se identifica com a sua dissolução, mas cujo avanço dependerá da prioridade

que cada um dos países der à continuidade da integração, nas suas agendas de política externa.

2. As etapas do Mercosul

A aproximação entre Brasil e Argentina, que teve início ainda no final dos anos 70, avançou rapidamente na década de 80, derivada principalmente do retorno de regimes democráticos nos dois países.¹ Ambos compartilham de histórias semelhantes de convivência com regimes militares autoritários. Particularmente por essa razão, passam a adotar novas políticas para o aprofundamento da convivência democrática que lhes permitem maior aproximação. Já em 1986, quando é assinado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE), introduziu-se uma nova dinâmica ao relacionamento dos dois países, aumentando de maneira significativa o comércio intra-regional. É promovida a mobilização, de forma positiva, de vários setores representativos dos quadros políticos e econômicos dos referidos países, que respondem às iniciativas diplomáticas estabelecidas.

Com o crescimento do intercâmbio comercial e a identificação de políticas de liberalização econômica, os dois países procuraram expandir o projeto de integração econômica subregional, assinando o Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, negociando com Paraguai e Uruguai a formação do Mercosul (Mercado Comum do Sul). Este é o ponto inicial das negociações inter-governamentais para a cooperação, que progridem significativamente, nos primeiros quatro anos, no que se refere à mobilização dos setores produtivos e à possibilidade de construção de uma agenda de política externa mais afirmativa no cenário internacional.

O Mercosul fazia parte de uma nova forma de integração regional na América Latina, diferente das iniciativas formuladas na década de 80, que pretendiam criar um mercado protegido, por meio da substituição de importações. Esse antigo conceito de protecionismo deu lugar ao “regionalismo aberto”, nos anos 90; isto é, um processo de integração baseado na abertura dos mercados com vistas a aumentar a inserção internacional dos países-membros.² Isso permitiu que a proposta de integração tivesse maior flexibilidade, no sentido de tornar-se mais compatível com as economias domésticas dos países envolvidos.

Para dar ênfase à estrutura conflito/cooperação, dentro do Mercosul, e compreender com maior clareza as dificuldades que se apresentam, atualmente, com a crise econômica brasileira, podemos dividir a evolução do Bloco em três etapas principais, que são explicadas a seguir.

Essas etapas mostram que o processo de integração apresenta avanços e retrocessos. Isso, por um lado, torna mais difícil avaliar qual o futuro do Mercosul; por outro, mostra que tudo depende diretamente do relacionamento entre Brasil e Argentina. A definição desses estágios evidencia que ainda há divergências e

dificuldades para estabelecer prioridades e uma agenda comum que facilite o processo de integração.

Entretanto, os diferentes aspectos do Mercosul confirmam que o Bloco sobrevive às crises políticas e econômicas recorrentes e que resta agora discutir qual a dimensão que Brasil e Argentina pretendem dar ao projeto integracionista.

2.1 *Cooperação com desconfiança*

A primeira etapa do Mercosul pode ser identificada como um período em que se aprofundou a cooperação entre Brasil e Argentina; mas ainda predominava uma certa desconfiança de ambos os lados. Esse período se estende de 1991, data da assinatura do Tratado de Assunção, até o primeiro semestre de 1994, quando a integração é vista com euforia pelos governos e pela imprensa, destacando melhoria no relacionamento e, sobretudo, maior ênfase no aprofundamento dos regimes democráticos.

Nesse percurso, surgiram vários obstáculos, advindos principalmente do desequilíbrio entre as dimensões econômicas e a condução das políticas macroeconômicas dos dois parceiros principais do Mercosul. Podemos afirmar que o Mercosul, na primeira etapa, tentava cumprir uma função na nova estrutura internacional, buscando maior reconhecimento dos países-membros no plano internacional, e incrementando o intercâmbio comercial.

Inicialmente, apesar de sofrer descrédito, por parte de diversos setores da sociedade, e das próprias dificuldades de um relacionamento histórico conflituoso, Brasil e Argentina progrediram nas negociações intergovernamentais, e o Mercosul, por meio da cooperação econômica, conseguiu mobilizar importantes setores da sociedade civil. Isso aconteceu a partir do estabelecimento da redução automática de tarifas, da remoção de barreiras não-tarifárias e outras restrições no comércio bilateral, e da decisão política de manter a integração econômica.

O Mercosul cresceu, apesar da oposição entre as prioridades políticas e o reduzido investimento governamental do Brasil e da Argentina, no início do acordo, tornando-se uma espécie de “cartão de visita internacional” para os países-membros.³ Predominava a desconfiança entre os dois principais sócios, derivada basicamente do descompasso entre as políticas econômicas domésticas e da incompatibilidade das agendas de política externa, o que não impediu o avanço do processo de integração.

No que diz respeito às questões domésticas, enquanto a Argentina já tinha dado início à sua política de estabilização econômica, o Brasil ainda mantinha índices de alta inflação e instabilidade econômica, o que associava-se ainda à instabilidade política do Governo Collor e que culminou com o processo de *impeachment* do então Presidente. Além disso, no que se refere às prioridades de política externa, naquele momento, a Argentina, embora tivesse assinado o Mercosul, acenava para os Estados Unidos, por meio da defesa de ingresso no Nafta.

A questão é que a Argentina iniciava uma política de maior aproximação com o Brasil, tentando superar os longos anos de rivalidade; mas havia um claro interesse em se aproximar do Nafta, mais especificamente dos Estados Unidos. A integração ao Bloco do Norte era encarada como um passo decisivo para modernizar a economia e aumentar sua eficiência e competitividade. A união com o Brasil, por meio do Mercosul, significava, então, a possibilidade de aumentar o poder de barganha para futuras negociações com os Estados Unidos.

Com a aprovação do Nafta, pelo Congresso norte-americano, em janeiro de 1994, temia-se pelo comprometimento do Mercosul, já que a Argentina era considerada hesitante nos compromissos com este segundo processo, uma vez que o principal objetivo da sua estratégia política era a aproximação com os Estados Unidos. Isto quer dizer que o Mercosul simplesmente representava uma boa opção para a Argentina, na medida em que permitisse a extensão das negociações com o Nafta.

Ainda no início de 1994, o Chanceler argentino Guido Di Tella confirmava a prioridade da política externa argentina, em reforçar o relacionamento com os Estados Unidos. Isso, de certa forma, entrava em conflito com o processo do Mercosul. Por um lado, Menem não poderia deixar de lado o Mercosul e a aproximação com o Brasil, que já vinha produzindo resultados positivos, no que se referia ao aumento das exportações. Mas o que o Governo argentino realmente pretendia era o reconhecimento americano ao plano de estabilização e ajuste econômico do Ministro Cavallo.

O convite para ingressar no Nafta, que significava ganhar a credibilidade norte-americana, era tudo o que os argentinos queriam. Isso conseguido pelos argentinos, modifica-se o cenário da integração, que se fortalece dada a ênfase que a Argentina passa a exercer.

2.2 *Confiança e credibilidade*

O segundo momento do Mercosul tem início no segundo semestre de 1994, quando dois acontecimentos influenciam e modificam as perspectivas da política externa argentina. É lançado o Plano Real, no Brasil, e a Argentina vê as portas se fecharem para entrada no Nafta, dada a não concessão do *fast track* pelo Congresso norte-americano.⁴

A partir de 1994, a Argentina modificou o direcionamento da sua política externa, no sentido de dar prioridade ao Mercosul, compatibilizando esta posição com a proximidade dos Estados Unidos. Isso aconteceu, basicamente, com a evolução e o fortalecimento político do Mercosul, aliados aos números que marcavam, com muito destaque, o incremento do intercâmbio comercial que passa, nesse momento, a ser favorável à Argentina.

Além disso, a consolidação do Mercosul derivava, também, do crescimento dos investimentos não apenas nos países do Mercosul, mas também em toda região.

E, ainda, do crescimento da participação do setor empresarial e do envolvimento de outros setores da sociedade civil. É possível verificar a mudança não somente nas atitudes governamentais, mas também na avaliação dos analistas políticos e nos discursos oficiais: mudou o direcionamento da política externa argentina e da política econômica do Brasil, mudanças necessárias à própria continuidade da política de integração regional.

Tanto que o êxito nas negociações do Mercosul indicou mudança importante no direcionamento da política externa argentina que, desde o início dos trabalhos da Reunião Ministerial de agosto de 1994, quando se negociou a Tarifa Externa Comum, mostrou o interesse maior pela integração com o Brasil: verificou a inevitabilidade do processo e a necessidade de aproximar-se mais do Brasil, agora não visando apenas à integração posterior ao Nafta, mas admitindo a possibilidade de maior inserção internacional, dentro das características do cenário de mudanças de então.

É interessante verificar a percepção, tanto do Governo quanto do empresário argentino, em relação ao Mercosul: ela é positiva, principalmente diante da implantação do Plano Real e da eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República, em 1994.⁵ O que vale observar é que os atores argentinos viam esses dois fatos como a possibilidade definitiva de a Argentina cooperar com o Brasil, dentro de um relacionamento mais estável e previsível, isto é, o Mercosul. Conseqüentemente, o relacionamento com o Brasil era percebido positivamente.

O fortalecimento do Mercosul tornou-se patente, a partir do momento em que outros países como Chile, Bolívia e Venezuela e, também, a União Européia⁶ mostraram-se interessados em intensificar os acordos que permitiriam maior proximidade do Bloco e posterior ingresso no projeto integracionista. Esses fatos deram maior credibilidade ao Mercosul. Na realidade, para os argentinos, o fato de o Chile –, um país bem sucedido em seu processo de liberalização econômica e estabilidade política, e que fora o primeiro a ser aceito na lista dos Estados Unidos para ingressar no Nafta –, estar interessado no Mercosul dava uma espécie de endosso ao processo.

O período entre julho de 1994 e dezembro de 1996 foi marcado por grande avanço do processo de integração e culminou com a assinatura do Protocolo de Ouro Preto, que criava a união aduaneira e estabelecia a Tarifa Externa Comum. O Mercosul tornou-se, nessa fase, não apenas pelo impacto econômico que produziu, mas também pelo avanço político que representava, um projeto importante para a Argentina, assim como para o Brasil, embora os argentinos tenham lhe conferido prioridade maior pelas razões já anteriormente apontadas.

2.3 Estabilidade

A terceira etapa do Mercosul, de 1997 a 1998, pode ser caracterizada pela estabilidade, isto é, um cenário em que não se progrediu além do que havia sido

estabelecido em 1996 com a união aduaneira, garantida basicamente pela “manutenção diplomática”. As negociações em pauta caminharam sem muitas novidades; algumas reuniões ministeriais mostravam que os países mantinham seu interesse em dar continuidade ao processo. Isso não significa que o ambiente foi isento de problemas. Surgiram, nesse período, focos de conflitos que enfatizavam problemas derivados da ausência de maior institucionalização do processo de integração. Sobretudo, tornou-se evidente-se a necessidade de se criarem instrumentos institucionais que dessem conta das divergências.

Entretanto, a crise asiática ocorrida em 1997, dá um primeiro sinal de alerta para os países do Mercosul, já preocupados com as conseqüências da anterior crise mexicana, em 1995. A percepção que os próprios países do Bloco tinham era de que o Mercosul não seria afetado pela instabilidade associada às economias asiáticas, embora sempre houvesse um sinal de preocupação, principalmente na Argentina, permanentemente atenta ao desenvolvimento da economia brasileira. O que ocorre nesse período pode ser visto como uma espécie de “aviso”, isto é, era um momento em que o Mercosul não apresentava grandes vitórias, e recebia advertência de que deveria negociar mecanismos que o protegesse de fragilidades conjunturais.

A única reação, no sentido de aprofundar o Mercosul, acontece quando é relançada a proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), pelos Estados Unidos, quando, em maio de 1998, é realizada a Reunião Ministerial de Belo Horizonte.⁷ Naquele momento, o Brasil defende-se da proposta de orientar as negociações para o livre comércio hemisférico, e enfatiza a necessidade de aprofundar o Mercosul. A Argentina apóia essa iniciativa.⁸ Tal episódio não representou exatamente um impulso ao Mercosul. A integração no Cone Sul voltou ao centro da discussão, como forma de bloquear o avanço da proposta norte-americana.

3. Para onde caminha o Mercosul?

As notícias veiculadas, a partir de janeiro de 1999, após o impacto da crise brasileira na economia argentina, não têm sido alentadoras. Muito pelo contrário, a Argentina sofre diretamente com a desvalorização do Real. Isso é inevitável, dado o alto grau de interdependência entre os dois países, a partir do projeto integracionista regional criado em 1991, e dos evidentes níveis de assimetria. As conseqüências do abalo econômico brasileiro sobre a Argentina já eram previstas.

Em artigo publicado na *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, o cientista político Tullo Vigevani antecipava a existência de um sentimento de insegurança em relação à possibilidade de desvalorização cambial no Brasil. Embora a recíproca seja verdadeira, é inevitável que a repercussão da crise brasileira seja muito mais negativa sobre a Argentina do que o inverso, dada a maior dependência desse país, em relação ao Brasil.

Com o aprofundamento do Mercosul, criou-se uma espécie de busca permanente de compensação por eventuais perdas, principalmente por parte da Argentina. Foi a maneira encontrada (mesmo que de forma equivocada) para prevenir-se das incertezas que permaneciam e de defender-se do inevitável impacto negativo, que recairia sobre a Argentina, caso o Brasil voltasse a clima perturbador, como se encontra atualmente.

A Argentina não tinha outra alternativa, senão acreditar que o Brasil não desvalorizaria o Real e apostar no aprofundamento do Mercosul. Não tinha outra alternativa porque mais de 30% das suas exportações estavam direcionadas para o seu principal parceiro no Mercosul. Isso fazia com que a Argentina, cada vez mais, incentivasse as negociações do mercado comum, inclusive propondo a criação de moeda única e de um banco central para os países do Bloco. Isso repercutiu na área, já que sua continuidade depende da manutenção das boas relações entre os dois principais sócios.

Como vimos, o Mercosul passou a fortalecer-se, a partir de 1994, por dois motivos fundamentais: o primeiro deriva das negociações intra-Mercosul, que levaram ao estabelecimento da união aduaneira e da Tarifa Externa Comum, em janeiro de 1995. Além disso, o Mercosul teve grande estímulo, por parte da Argentina, que nesse momento, reforça o incentivo à integração com o Brasil, dada sua crescente dependência em relação à economia brasileira.

Entre 1992 e 1997, as exportações argentinas para o Brasil passaram de US\$ 1,67 bilhões para US\$ 7,7 bilhões, o que significa o crescimento de mais de 400%, e um percentual muito maior do que o do total das suas vendas para o exterior. Com o modelo de conversibilidade adotado, no Plano Cavallo em 1991 –, que fixou a paridade de um peso para um dólar –, a Argentina, diante do risco de redução das suas exportações para o Brasil, não consegue flexibilizar suas perdas e absorver de forma mais direta a desvalorização da moeda brasileira, porque não pode fazer um ajuste no câmbio, que permitiria sustentar a competitividade dos seus produtos no mercado brasileiro.⁹

Dois outros elementos devem ser mencionados, como pontos centrais que levaram a um maior incentivo ao Mercosul, pela Argentina, a partir de 1994: o Plano Real e a eleição de Fernando Henrique Cardoso. Esses dois fatores foram importantes, porque marcaram o retorno da confiança argentina no Brasil e, conseqüentemente, no Mercosul.

Se analisarmos as atitudes do Governo argentino, a partir do início do Governo Menem, quando o objetivo da Argentina era consolidar a relação com os Estados Unidos, concluímos que a decisão de aproximar-se do Brasil vai ser fundamental não apenas para redimensionar a posição internacional da Argentina, como também para a continuidade da estabilidade política doméstica.

A partir da evolução desses acontecimentos, tem-se um cenário em que o Mercosul ganha credibilidade. A integração passou, em alguns momentos, por

euforia; noutros, aproximou-se muito da estagnação. Entretanto, foram nos momentos de maior redução de atividade que mais se acreditou que o Mercosul poderia dar certo. Isso derivava basicamente do fato de que o declínio indicava ausência de conflitos.

Pode parecer contraditório, mas foi nos momentos de maior tensão, de incidência de diversos fatores externos, que o Mercosul avançou. E o êxito foi provocado pela “necessidade” de reagir a determinado fator externo, seja à criação de outro Bloco regional, seja para fortalecer negociações no plano multilateral ou regional. O Mercosul sempre foi usado para defender interesses comuns dos países.

Artigo publicado em *O Estado de S. Paulo* de 27 de janeiro de 1999 destacava a previsão sobre o possível “desmonte do Mercosul”, diante da declaração do Ministro da Economia argentina, Roque Fernández, de que mudaria a política comercial adotada até o momento. Procuraria diversificar seus mercados externos e reduzir a “exclusividade”, até então mantida com o Brasil.

Essa decisão, provavelmente, não afeta a continuidade do Mercado Comum do Sul. Basicamente, porque o Mercosul encontra-se acima do nível de decisões conjunturais dos governos. A Argentina precisa prevenir-se contra os efeitos mais devastadores da crise brasileira, mas ainda precisa do Mercosul (assim como o Brasil) para preservar não apenas sua posição no plano regional, mas porque o bloco continua sendo interessante, do ponto de vista político de inserção internacional.

Provavelmente ocorra um efeito inverso ao que é esperado: em vez de o Mercosul desaparecer do mapa do Cone Sul, ele ganha um impulso, mesmo que não muito grande. Em período marcado por grandes incertezas como o atual, os países em geral utilizam o Bloco como uma espécie de apoio no plano internacional.

Se a Argentina sofre com a crise financeira do Brasil, por outro lado, ela tem como se proteger da instabilidade econômica internacional generalizada. Portanto, não é bom descartar a hipótese de o Mercosul vir a ser uma espécie de ancoradouro para momentos mais difíceis. Ou seja, não se pode nem descartar o Mercosul (a hipótese é manter estável o nível de interdependência), nem apostar tudo nele. As negociações, do ponto de vista do fortalecimento do bloco regional, devem esfriar, mas a Argentina não terá tanta facilidade para diversificar suas exportações e terá de manter o Brasil dentro das suas prioridades.

Novamente, o cientista político argentino Carlos Escudé resume, com clareza, a posição da Argentina, no que se refere ao seu interesse em manter a continuidade do Mercosul:

“Después de tantas décadas de marginación y desconcierto, la Argentina encontró un lugar bajo el sol. Ese lugar se llama Mercosur. A su vez, el Brasil es nuestra gallina de los huevos de oro. Y hay que cuidarla como a nuestra principal riqueza. No podemos pedirle más de lo que su economía

puede generar. Dependemos de su salud económica, que debemos proteger”.¹⁰

Esse é um dos fatores que faz com que o Mercosul se mantenha ao longo dos anos: a prioridade que a Argentina atribui à integração.

Ao contrário do que foi discutido na imprensa, sobre o encerramento do Mercosul, por conta da crise econômica brasileira, a integração permanece. Resta saber se os dois países estão dispostos a atribuir-lhe a prioridade necessária nas suas agendas de política externa, particularmente o Brasil. O debate não passa pelo fim do Mercosul, mas pelo aprofundamento do processo de integração e pelos interesses envolvidos na sua manutenção.¹¹ Isso prevê a retomada da discussão sobre a harmonização de políticas macroeconômicas, sobre a maior institucionalização do processo, e pela atenção a setores dinâmicos da economia envolvidos com o processo.

Portanto, podemos prever basicamente dois cenários. O primeiro, extremamente otimista, em que ocorra o fortalecimento do Mercosul, onde tanto Argentina quanto Brasil reafirmem a integração como prioridade política e promovam entendimentos para maior institucionalização do processo. Isso fará valer os pontos acordados no Protocolo de Ouro Preto. Outros setores da sociedade devem reforçar sua percepção de que os ganhos, dentro do processo, serão maiores que os atuais, compensando riscos e custos envolvidos. O segundo cenário, não tão otimista (mas também não fatal à integração) é de que o Mercosul seja mantido, mas sem progresso nas negociações para seu aprofundamento, bem como com a União Européia e com outros países da América do Sul. Trata-se de um cenário em que Brasil e Argentina desaceleram os entendimentos, mantendo algumas iniciativas de caráter diplomático, sem aprofundar a participação de outros setores sociais.

O segundo cenário pode ser menos provável, basicamente pela posição adotada pela política externa argentina, que privilegia as negociações com o Brasil e a continuidade do Mercosul, em detrimento de quaisquer outras iniciativas de política externa. Diante disso, prevê-se que, por hora, o cenário em que o Mercosul desapareça está descartado. Resta saber qual a posição do Brasil, em relação ao Mercosul, para poder definir qual será o futuro do Bloco.

Notas

¹ Sobre a cooperação Brasil-Argentina, ver: Thompson Flores Neto, Francisco. “A integração Brasil-Argentina”. Guilhon Albuquerque, J.A. (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1960-1990). O desafio geoestratégico*, volume 3. São Paulo: NUPRI/USP, em vias de publicação.

² Juan Alberto Fuentes, “El regionalismo abierto y la integración económica”. *Revista de la Cepal*, nº53, agosto 1994. pp. 81-89.

³ José Augusto Guilhon Albuquerque, “O Mercosul e a integração econômica no continente”. *Anuário Estadístico del Mercosur*. INDEC, Buenos Aires. 1993.

⁴ *O fast track authority* é uma autorização concedida ao Executivo pelo Congresso norte-americano que permite com que o próprio Presidente da República negocie tratados de integração, sem precisar da aprovação dos congressistas. Como não foi concedido, dificultou-se não apenas a negociação de ingresso de outros países no Nafta (como o Chile e a Argentina, respectivamente primeiro e segundo candidatos), como também, posteriormente, as negociações da Alca (Área de Livre Comércio das Américas).

⁵ Sobre a percepção dos atores argentinos, ver meu trabalho *O governo e o empresariado argentino: a percepção política do Mercosul*. Dissertação de mestrado. DCP/FFLCH/USP, 1996.

⁶ A União Européia assinou com o Mercosul um Acordo Quadro de Integração em 1995.

⁷ Sobre a evolução e as negociações do processo de integração hemisférica nas Américas, ver: Oliveira, Amâncio Jorge. "Da Iniciativa para as Américas à Cúpula de Belo Horizonte". Guilhon Albuquerque, J.A. e Altemani de Oliveira, H. (orgs.). *Relações Internacionais e sua construção jurídica. Alca: aspectos históricos, jurídicos e sociais*, volume 1. Série Alca, São Paulo: Editora FTD, 1998.

⁸ Janina Onuki, "A Argentina e a Alca". Guilhon Albuquerque, J.A. e Altemani de Oliveira, H. (orgs.). *Relações Internacionais e sua construção jurídica. A Alca e os interesses nacionais*, volume 3. Série Alca, São Paulo: Editora FTD, 1998.

⁹ Ver "A perda de competitividade da Argentina". Editorial de *O Estado de S. Paulo*, 27.01.99.

¹⁰ Carlos Escudé, "Mercosur, puerta al siglo XXI". *Clarín*, 19.07.1997.

¹¹ Ver Alcides Costa Vaz, "Mercosul em tempos de crise: o desafio político". *Carta Internacional*, ano VII, nº 72, São Paulo: NUPRI/USP, fevereiro 1999.

Referências Bibliográficas

COSTA VAZ, Alcides. "Mercosul em tempos de crise: o desafio político". *Carta Internacional*, ano VII, nº 72, São Paulo: NUPRI/USP, fevereiro 1999.

ESCODÉ, Carlos. "Política exterior argentina: as exigências da coerência". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 53, outubro-dezembro 1997, pp. 6-9.

FUENTES, Juan Alberto. "El regionalismo abierto y la integración económica". *Revista de la Cepal*, nº53, agosto 1994. pp. 81-89.

GUILHON ALBUQUERQUE, J.A. *Estabilidade política e credibilidade internacional: o caso do Mercosul*. Seminário 'Globalização e o Mercosul'. São Paulo: Amcham, outubro 1996.

LAVAGNA, Roberto. "Difícil, pero sin volver atrás". *Carta Internacional*, ano VII, nº 72, São Paulo: NUPRI/USP, fevereiro 1999.

MOTTA VEIGA, Pedro. "O Mercosul em perigo". *Carta Internacional*, ano VI, nº 69, São Paulo: NUPRI/USP, dezembro 1998.

ONUKE, Janina. *O governo e o empresariado argentino: a percepção política do Mercosul*. Dissertação de mestrado. São Paulo: DCP/FFLCH-USP, 1996.

ONUKE, Janina. "Política externa argentina e brasileira: prioridade ao Mercosul". *Série Carta Internacional*, número 15, NUPRI/USP, 1997.

VALLS PEREIRA, Lia. "Mercosul: perspectivas da integração". *Carta Internacional*, ano VI, nº 69, São Paulo: NUPRI/USP, dezembro 1998.

VIVEGANI, Tullo. "Crise Brasil-Argentina". *Revista Brasileira de Comércio Exterior*, nº 53, outubro-dezembro 1997, pp. 16-20.

Resumo

O texto trata das perspectivas do Mercado Comum do Sul (Mercosul) em face da crise instaurada a partir da desvalorização do Real no início de 1999. Para tanto, analisa a trajetória do Mercosul desde sua criação em 1991, destacando os fatores afetos ao relacionamento entre Brasil e Argentina bem como outros de origem externa que condicionaram sua evolução. Argumenta-se que o futuro do Mercosul não está associado à sua dissolução e que a continuidade do processo de integração depende da prioridade política que lhe for conferida por Brasil e Argentina.

Palavras-chave: integração econômica, Mercosul, política externa.

Abstract

The text discusses the prospects for the Southern Common Market (Mercosur) in face of the crisis brought about by the devaluation of Brazil's currency in early 1999. It analyzes Mercosur's evolution since its creation in 1991, focusing on the main external factors as well as those related to Brazil and Argentina relations which directly influenced its course. The argument presented is that the future of Mercosur is not associated to its dissolution; the continuity of the integration process shall be determined by its actual level of political priority for Brazil and Argentina.

Key words: economic integration, Mercosur, foreign policy.

Resumen

El texto trata las perspectivas del Mercado Común del Sur (Mercosur) frente a la crisis resultante de la devaluación del Real en principios de 1999. Analiza la trayectoria del Mercosur desde su creación en 1991, destacando los factores asociados a las relaciones entre Brasil y Argentina así como otros de origen externo que enmarcaron su evolución. El argumento es que el futuro del Mercosur no es su desaparición, aunque la continuidad del proceso de integración sea dependiente de la prioridad política que le confiran Brasil y Argentina.

Palabras clave: integración económica, Mercosur, política externa.

Célia Chaves Gurgel do Amaral

Doutora em Educação e Economista Doméstica. Professora do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal do Ceará.

Economia doméstica e as discussões sobre gênero¹

Estamos sempre ouvindo que a Economia Doméstica é “a profissão do futuro”. Não sei bem por quê. Mas, arriscaria algumas suposições. A nossa profissão é eminentemente feminina, e as mulheres têm sido as responsáveis por grandes avanços nas relações políticas e sociais nos últimos tempos.

Desde a década de cinquenta, na Europa e nos Estados Unidos – quando mulheres *feministas* inseridas nos meios acadêmico e sindical se mobilizaram para questionar o androcentrismo da ciência e da política – o mundo não é o mesmo. Por meio de grandes manifestações na academia e no movimento popular, o feminismo passou a denunciar as desigualdades que sempre colocam as mulheres em desvantagem relativa aos homens, nas mais diversas esferas sociais. Rompendo barreiras aparentemente intransponíveis, as mulheres têm reinventado o futuro, transformando as relações de poder.

Ao abalar as concepções simplistas sobre a natureza pacata da mulher, submissa às ordens masculinas, o movimento feminista foi deixando importantes marcos por intermédio da atuação de muitas mulheres e suas obras. No ano de 1949, a obra da filósofa francesa Simone De Beauvoir – *O segundo sexo* – culmina uma série de eventos e é o marco de uma época de grande efervescência do movimento feminista europeu. Nos Estados Unidos, *A mística feminina*, de Betty Friedman, também deixara suas marcas entre os intelectuais simpáticos à causa feminista. No Brasil, inúmeras mulheres, desde a década de trinta, demarcaram novas posturas do ser mulher livre e independente, por meio da imprensa, com publicações significativas sobre a participação feminina nas mais diversas atividades do espaço público.

Com a interferência e a atuação de muitas mulheres, inúmeros valores sociais passaram a ser revistos; as relações entre os sexos, dentro e fora de casa, tomaram novas configurações; as relações familiares e as formas de estrutura da família foram questionadas e alterada sua concepção.

Apesar de muitas mudanças advindas com a ocupação do espaço público pela mulher, ainda permanece uma série de fatores nas relações sociais dela com o homem que hierarquiza os sexos, reforça desigualdades, dicotomiza o feminino e o masculino por meio de valores simbólicos e objetivos do ser homem e do ser mulher.

Não resta dúvida que os espaços sociais, definidos entre o dentro e o fora, a casa e a rua, a esfera das necessidades e a esfera social, o mundo da reprodução e o

mundo da produção, o privado e o público reúnem significações para o homem e a mulher que estabelecem desigualdades construídas socialmente.

Existem inúmeras simbologias que refletem o pensamento das pessoas acerca do que acreditam definir e constituir o comportamento masculino e feminino. Um deles se refere à crendice de o pai lançar água dentro da casa, se nasce uma filha (mulher) e lançar a água fora da casa, se nasce um filho (homem). Isso é feito para reforçar a presença da mulher dentro da casa, mantê-la ligada e dedicada às coisas do lar. Por outro lado, lançando a água na rua quando nasce um filho (homem), o pai acredita que, assim, estará limpando o caminho do filho, abrindo suas possibilidades de melhor desenvolver sua função fora da casa.

Essa situação é permeada de representações sociais sobre o ser homem e o ser mulher. As construções sociais do sexo definem, claramente, o que se espera de homens e mulheres em termos de ocupação de espaços e, conseqüentemente, de funções. Aceitar essa ordem das coisas se faz com o viés ideológico de dimensões altamente conservadoras. Acreditar na superioridade do homem sobre a mulher justificou, há até bem pouco tempo, a garantia do poder paterno e conjugal, hoje totalmente superada tanto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como pela Constituição de 1988.

Os profissionais de Economia Doméstica, por terem a missão de lidar com família e demais instituições que trabalham suas funções básicas, precisam estar muito atentos a uma série de valores que permeiam certas representações sociais, a fim de não atuar com base em equívocos. É preciso superar o senso comum, por meio de estudos que discutam a construção social dos mais variados valores. É preciso retomar estudos da antropologia, da sociologia e da história que explicitam as relações de gênero. Não se pode cair na explicação essencialista das diferenças biológicas, para justificar as desigualdades sociais entre os sexos. Compreender essa relação é importante para entender a condição da Economia Doméstica na desigualdade entre as profissões.

Ora, se considerarmos que a Economia Doméstica é uma profissão explicitamente relacionada ao feminino – que reúne uma série de conhecimentos do mundo da reprodução, e os transfere, sob a forma de atividade profissional, para o mundo da produção – conseguiremos entender o estigma que parece colocá-la entre as últimas, na hierarquia simbólica das profissões. No entanto, continuamos com a forte impressão de que somos a profissão do futuro. Mas o que este futuro nos reserva?

As diversas representações sociais acerca do feminino, que construímos e a que estamos afetos, têm sempre colocado atributos referentes ao feminino como inferiores e com menos valor do que os atributos associados ao mundo masculino. Senão vejamos: o forte se sobrepõe ao frágil; o corajoso, ao covarde; o alto, ao baixo; o arrojado, ao tímido e por aí vai. Se olharmos para esses atributos, verificamos sua dicotomização e, no senso comum, conseguimos dar sexo a cada um deles, de

forma a caracterizar um homem covarde, frágil e tímido como uma “mulherzinha”... Pois bem, é desta forma que as representações sociais se consolidam, referenciadas no senso comum. Por isso, muitas vezes é tão difícil superá-las. Mas, se temos acesso à academia, se estamos em um curso universitário, nossos referenciais para interpretar o mundo não podem limitar-se ao senso comum, e sim aos conhecimentos cientificamente referenciados. Não devemos pensar que o futuro nos reserva alguma coisa, mas que precisamos construí-lo.

Se estudos, nas áreas da antropologia e da sociologia, discutem como a relação entre o público e o privado, entre a esfera social e a esfera das necessidades, o masculino e o feminino parece desencadear uma série de questionamentos sobre a hierarquização desses espaços, na área da Economia Doméstica é preciso refletir como reinventar uma relação mais equilibrada e romper com a dominação de um sexo por outro.

Nesse sentido, gostaria de defender alguns argumentos sobre como precisamos encarar essa realidade. Primeiro, quero defender que a hierarquização entre os sexos, apesar de ser constantemente observada nos mais diversos meios sociais, é construída sobre falsos referenciais. Segundo, considero que é preciso fazer uma leitura do mundo sob a ótica das relações de gênero, para desconstruir essa falsa realidade. Para isso, é necessário analisar as relações entre os sexos e seus atributos, reconhecendo-os como construções sociais; isto é, precisamos analisar essas relações fora de seu essencialismo, de seu sexo biológico. Em terceiro lugar, é preciso que nos voltemos para nossa própria história de vida e nos reconheçamos enquanto pessoas dotadas de um corpo biológico e um outro corpo social, este último imposto por nossa convivência em sociedade.

Falei inicialmente sobre os falsos referenciais que hierarquizam os sexos. Um destes referenciais é o espaço: a casa e a rua, por exemplo. Os espaços da reprodução e da produção (ou seja, da esfera das necessidades e da esfera social ou política) precisam estar em estreita interação, pois um não sobrevive sem o outro. A esfera da produção só existe porque na esfera da reprodução a força de trabalho é alimentada e socializada.

Outro referencial se coloca em termos do corpo biológico. Estudos antropológicos demonstraram que não há uma universalização de poder político dos homens, em função do corpo biológico. Não se pode negar, porém, que existem diferenças entre as funções de homens e mulheres, em diversas culturas. Mas estas são exatamente o que expressam: diferenças, não desigualdades. O fato de os homens serem diferentes das mulheres em seu corpo biológico não justifica uma relação desigual, hierarquizada, onde se exige a submissão da mulher ao homem. Nesse sentido, e como segundo ponto, quero chamar atenção justamente para a necessidade de desnaturalizar determinados atributos devido à socialização do indivíduo. Reconhecendo-se menino ou menina, com o corpo biologicamente diferenciado, os seres humanos são socializados para desempenharem papéis sociais pré-

estabelecidos, independentes de sua vontade. Aliado a isso, atributos do ser masculino e do ser feminino são ensinados. O sexo biológico e o sexo social nem sempre são totalmente coincidentes. Mas as igualdades ocorrem no reconhecimento da mesma identidade entre o sexo biológico e o sexo social. As diferenças entre os sexos são utilizadas para justificar a dominação do masculino sobre o feminino. E se um corpo masculino incorpora atributos femininos ou vice-versa? Vocês podem imaginar como ficam as relações sociais entre as pessoas e esse ser diferenciado? Certamente será excluído da concepção de normalidade social!...

Quero, agora, utilizar o que chamei de terceiro ponto, isto é, a dotação do corpo social associado a características biológicas, chamando atenção, justamente, para as representações sociais que se têm sobre a Economia Doméstica. No senso comum, a palavra “doméstica” é associada à casa, a feminino e, por isso mesmo, detém uma série de atributos negativos e desvalorizados socialmente. Assim como o corpo biológico pode transitar livremente pelos mais diversos atributos do masculino e do feminino – ou seja, o homem, assim como a mulher, pode ser forte e fraco, corajoso ou covarde, arrojado ou tímido – as atividades e conhecimentos referentes ao espaço doméstico transita tanto no espaço da necessidades como na esfera da produção. Não se pode separar o que se aprendeu no espaço da casa, quando se atua no espaço público. Atividades do espaço da produção têm princípios semelhantes aos das mais variadas atividades domésticas. Além disso, não se pode esquecer que, antes da divisão social do trabalho, com o advento da industrialização, a casa era o espaço da produção e da reprodução. Durante muito tempo e até nossos dias, a separação desses dois espaços – a produção e a reprodução – foi um dos requisitos da economia industrializada capitalista. No entanto, diante dos avanços tecnológicos e das novas tendências da economia neo-liberal com nova ordem nas relações sociais de produção, alguma coisa nesse sentido pode vir a ser retomada. E, mesmo com a manutenção dessa divisão, ainda permanecerá um elo entre esses dois espaços. Mas não podem ser hierarquizados.

A Economia Doméstica, vista sob o prisma das relações de gênero, portanto, desmistifica essa hierarquização e dá um novo significado ao estigma socialmente imposto. Como somos dotados do conhecimento científico, temos a missão de quebrar os estereótipos, realizando constantemente reflexões sobre o que tem levado a tratamentos diferenciados entre homens e mulheres; o que significa a construção social dos sexos masculino e feminino e como superar as desigualdades entre homens e mulheres. Isso é preciso, principalmente, por sermos referência do feminino, na academia, e determos, nas salas de aula, a categoria que mais tem sido oprimida na sociedade: as mulheres.

Foi nesse sentido que, ao final da década de oitenta, nossa categoria profissional começou a discutir questões sobre relações de gênero. No Congresso de 1987, a Dra. Cebotarev proferiu palestra discutindo a Economia Doméstica e a questão de gênero. Nos Congressos Internacionais de Economia Familiar do final

dessa década, saíram recomendações para que ao atuarem, os profissionais tenham o cuidado de incluir em suas ações o recorte de gênero e que se lute, junto às entidades de classe e instituições empregadoras, pela equidade de gênero.

No início da década de noventa, o Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal Rural de Pernambuco criou o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher – NEPEM. Realizou-se o I Seminário sobre as Relações de Gênero: do Público e do Privado, um evento no qual a Economia Doméstica se destacou como área que se incluía em tais pesquisas, em âmbito nacional, como outros núcleos da mesma natureza. Na revista OIKOS foram publicados artigos sobre a temática; economistas domésticas escreveram suas dissertações de mestrado, teses de doutorado e livros com o recorte de gênero. Em 1997, foi criado mais um núcleo de pesquisa que se interessa pela temática gênero. Trata-se do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Gênero, Idade e Família – NEGIF, na Universidade Federal do Ceará. Esses núcleos se filiam à Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero – REDOR. Essa rede reúne núcleos de pesquisa das universidades das regiões norte e nordeste.

Os avanços se fazem por meio das pesquisas. A difusão do pensamento científico, por intermédio das ações. Para avançar na profissão, é preciso desenvolver estudos sobre as categorias que se apresentam como revolucionárias e transgressoras ao pensamento androcentricamente instituído. Portanto, se considerarmos a atuação significativa das mulheres na academia e no movimento feminista, observamos como elas tiveram e estão tendo papel fundamental para as melhorias políticas e sociais. Do direito ao voto ao direito de se fazer presente no poder instituído, ainda temos muito a lutar por uma verdadeira democracia para que o poder perca a face da dominação masculina.

Concluindo, gostaria de conclamar todos vocês a buscar nas fontes da história, da antropologia e da sociologia, referenciais para avançar nos estudos da Economia Doméstica, principalmente, no tocante aos estudos de gênero, pois essas fontes alimentarão nossa identidade enquanto profissão ideologicamente construída no referencial feminino.

Nota

¹ Palestra proferida na UPIS em março de 1999 em comemoração ao Dia Mundial da Economia Doméstica

Resumo

Este trabalho apresenta algumas reflexões sobre Economia Doméstica, enquanto profissão vivenciada e percebida como domínio do mundo feminino, mas que fornece elementos substanciais para os estudos de gênero. No contexto

conceptual de gênero, fica explícita a hierarquização da Economia Doméstica, colocada socialmente em patamar inferior dentro da escala de valores das demais profissões em razão, justamente, da condição subalterna da mulher e do mundo feminino a ela associados. Nesse sentido, o artigo procura alertar para os avanços dos estudos de gênero entre as profissionais da área e a importância de se aprofundar na temática para contrapor-se, com convicção, aos estereótipos ainda presentes na academia e fora dela.

Palavras-chave: *Economia Doméstica, gênero, profissão*

Summary

This text presents some reflections on Home Economics perceived as a field of feminine domain with substantial elements for gender studies. The conceptual context of gender explicits the inferior hierarchic position of Home Economics in relation to other fields and profesions due to the subaltern condition of women and the feminine world associated to it. The article highlights the importance and the advancement of gender studies among the professionals of Home Economics as a way of opposing the existing stereotype inside the academy and outside it.

Key words: Home Economics, gender, profesion.

Resumen

Este trabajo presenta algunas reflexiones sobre Economía Doméstica, en cuanto profesión vivificada y percibida como dominio de un mundo femenino, pero con elementos sustanciales para los estudios de género. En el contexto conceptual de género, está explícita la jerarquia de la Economía Doméstica, colocada socialmente en nivel inferior dentro de escala de valores de las otras profesiones en función , justamente, de la condición subalterna de la mujer y del mundo femenino asociados a ella. En este sentido, el artículo procura alertar para los avances de los estudios de género entre las profesionales de la área y la importancia de se profundizar en la temática para contraponerse, con certeza, a los estereotipos aún presentes fuera y dentro de la academia.

Palabras clave: Economía Doméstica, género, profesión.

A natureza do processo de negociação

Atuar no campo social exige um conhecimento dos fatos sociais – de pessoas e grupos. Para ocupar nosso lugar junto aos outros, nós devemos perceber a existência e alcançar uma medida de compreensão das necessidades, emoções e pensamentos do outro.

S. E. Asch

Introdução

Nos últimos tempos, a atividade e o desenvolvimento das capacidades individuais de negociação passaram a receber maior atenção por parte dos estudiosos da Administração. As habilidades de negociação passaram a ser vistas como requisito importante para o exercício eficaz das funções gerenciais.

Contudo, pode-se perceber que esse reconhecimento não se concretiza na forma de pensamento suficientemente estruturado, que permita, ao administrador brasileiro, não apenas refletir sobre esse assunto, mas também preparar-se para o exercício competente de tão importante função.

O exercício rotineiro de atividades de negociação faz com que os benefícios resultantes das aplicações de algumas técnicas possam ser mais percebidos devido a eventuais economias de tempo e de recursos financeiros, ao mesmo tempo em que dissemina uma visão menos sofisticada e simplista da importância e da natureza do processo.

Este trabalho pretende contribuir para o maior conhecimento da natureza e dos principais elementos envolvidos no processo de negociação. Retoma as idéias dos principais formuladores da teoria da negociação, tendo em vista que o tratamento de temas recentes, ligados à área, parecem padecer de maturidade teórica, pouco contribuindo para a explicitação de definições.

Interação e conflito

Uma grande parte de nossa vida é passada no que se denomina de interação com outras pessoas, o que não é algo accidental, uma vez que o ser humano é, por

natureza, feito para encontro com o outro. Acontece, entretanto, que embora exista para o encontro, busca sempre o domínio do outro.

Vê-se, assim, que toda interação contém, em si, contradições fundamentais, que são a origem do conflito humano, algo que está potencialmente presente – e de forma permanente – nas relações humanas, ainda que mais visível e passível de análise nas situações ditas organizadas.

Considera-se improvável a existência de uma associação humana baseada unicamente na cooperação. Esta surge sob condições de conflito, de forma que, às relações sociais, sempre subjaz algum padrão de dominação, o que lhes atribui característica de assimetria.

Dessa noção de interação, emerge o conceito de apropriação; daí a idéia segundo a qual, enquanto não existe interação, não existe posse e não há, conseqüentemente, desigualdade. Pensando assim, é possível aceitar a idéia de que o conflito é algo presente e inevitável nas interações humanas, embora possa e deva ser administrado, contido e mesmo canalizado. Rojot (1991) afirma que isso acontece como conseqüência de diversos fatores. Em primeiro lugar, porque os indivíduos ou grupos enfrentam uma limitação de recursos (bens, serviços, poder); e, em segundo lugar, porque as situações sociais são, em essência, situações de troca nas quais ganham destaque as percepções de cada parte a respeito de suas necessidades e interesses.

Essa percepção das necessidades e da própria existência do outro só pode ocorrer como resultado da interação com o outro, o que significa, em última análise, um processo de comunicação. Esta, como o poder, é relacional, isto é, ela só existe como resultado da interação entre dois ou mais atores. Pode-se defini-la como o processo por meio do qual uma ou mais idéias são transferidas de um emissor para um receptor, com o propósito de alterar o comportamento deste último. Todavia, esse não é um processo estático; pelo contrário, é dinâmico, transacional, na medida em que é recíproco. Ambas as partes – emissor e receptor – são afetadas mutuamente, à medida que emitam ou recebam mensagens.

Nesse tipo de situação, os indivíduos envolvidos trazem uma contribuição e esperam sempre retribuição, seja em termos materiais, status etc, tendendo sempre a buscar a maximização das suas retribuições. Para Rojot (1991), os indivíduos tendem a buscar a solução dos conflitos de diferentes maneiras: pode-se resolver um conflito por intermédio de luta ou de combate, ou mesmo por meio do lançamento ao ar de uma moeda. O voto é também forma de solucionar conflitos, do mesmo modo que entregar a decisão a um árbitro ou simplesmente acatar um conjunto de normas reguladoras.

O que todas essas alternativas de resolução de conflitos têm em comum é o fato de que elas envolvem ou contêm elementos de um processo que se denomina negociação.

O processo de negociação

Diversos teóricos apresentaram contribuições importantes no sentido de definir o conceito de negociação. Alguns consideram negociação e barganha como sinônimos. Rubin e Brown (1991) definem barganha como sendo o processo por meio do qual duas ou mais partes envolvidas em uma transação tentam estabelecer o que cada uma tomará e concederá. McGrath (1991) define negociação como um processo no qual os representantes de duas ou mais partes associam-se na busca de acordo sobre algo que os divide. Para Hammer e Yukl (1991), barganha é a interação que ocorre quando duas ou mais pessoas tentam chegar a acordo mutuamente aceitável em uma situação na qual suas ordens de preferência em relação a possíveis resultados estão negativamente correlacionadas.

De acordo com Pruitt e Carnevale (1991), negociação é discussão entre duas ou mais partes, com o aparente desejo de resolver uma divergência de interesses e assim evitar o conflito social. Essas partes podem tanto ser indivíduos, como grupos, organizações ou unidades políticas como países.

Divergência de interesses significa que as partes têm preferências incompatíveis em um conjunto de opções possíveis, algo que se pode encontrar em todas as arenas sociais, seja nas relações entre crianças em uma pracinha ou nas relações internacionais.

A maioria dos teóricos concorda que a negociação seja processo ou situação dinâmica, que envolva marchas e contra-marchas. Sendo processo que ocorra, obrigatoriamente, a partir da controvérsia entre os homens, a negociação é dependente da percepção. Se duas pessoas interagem, uma delas pode notar as percepções ou intenções da outra e suas emoções podem se referir e interagir com as emoções da outra pessoa.

Um fato interessante, com respeito às interações humanas, é que elas são acontecimentos psicologicamente representados em cada uma das partes envolvidas, ou seja, que ocorrem nos dois sentidos e de maneira interdependente, porque o homem interage com os outros por meio das emoções e pensamentos, que o tornam capaz de levar em consideração as emoções e os pensamentos dos outros.

Normalmente, os negociadores estão interessados em alcançar um acordo, embora possam, eventualmente, utilizar a negociação como forma de ganhar tempo, enquanto desenvolvem capacidades para vencer o oponente de outra maneira. Por isso, diz-se que a teoria da negociação é essencial para o entendimento de problemas tão diversos como uma decisão conjugal, relações industriais, coordenação interdepartamental, fusões corporativas, tomadas de decisões intragrupos e relações internacionais. Na maior parte dos casos, o que muda é apenas a denominação de cada arena.

O paradigma dominante na teoria da negociação é o de que existem apenas duas partes que, sejam indivíduos ou grupos, são tratadas como decisores individuais,

ligadas pelo desejo de resolver divergência de interesses por meio de acordo verbal que maximize seus interesses pessoais e se concretize, geralmente, na forma de um documento formal.

Elementos estruturais da negociação

Existem fatores que influenciam, de maneira decisiva, o resultado de uma negociação e que precisam ser considerados quando do planejamento do processo. O tempo de duração de uma negociação é elemento que exerce influência relevante nos resultados esperados, uma vez que age diretamente sobre a qualidade do relacionamento entre as partes, especialmente na atitude de cada parte em relação à outra, em termos de confiança e reconhecimento do papel de cada parte na negociação.

Outro elemento que pode afetar essa qualidade da relação entre as partes é o fato de que, eventualmente, elas podem estar apenas representando os interesses de grupos maiores que, ao final do processo, precisam aprovar os acordos resultantes. Isso faz com que as partes não apenas devam chegar a um acordo, mas também fazer com que todo o conjunto ou grupo de pessoas que representam participem deste, avaliando-o. Administrar satisfatoriamente relacionamento nesse nível pode ser tarefa tão ou mais complexa do que a negociação com eventual único oponente.

O ambiente é outro elemento importante a influenciar a estrutura da negociação, já que admitidamente possui uma parte que é controlável e outra que está fora da capacidade de controle dos indivíduos. Nele, existem elementos que são dados, sobre os quais as partes não têm controle e elementos que elas podem alterar, modificar ou influenciar para obter alguma vantagem. É preciso, assim, identificar qual será o contexto da negociação e que vantagens cada parte poderá extrair dele.

Outro componente fundamental da estrutura da negociação é o poder de barganha, pois é o fator que pode influenciar todos os outros elementos já mencionados. Na literatura sobre o tema é comum encontrar-se a definição clássica segundo a qual poder é a capacidade de exercer influência, no sentido de ser a habilidade ou capacidade de provocar mudanças no comportamento de outros, pessoas ou grupos. Poder de barganha é o elemento essencial da negociação e pode ser caracterizado como relativo, visto que só aparece no contexto de uma relação de barganha, independente, isto é, não depende do grau de poder das partes e subjetivo, pois tem natureza cognitiva, no sentido de que existe apenas quando percebido como existente.

Racionalidade e irracionalidade na negociação

As percepções do ambiente diferem de parte a parte, uma vez que ninguém percebe uma mesma realidade da mesma forma. Há percepções que são originais a

cada posição no processo negocial. O poder de barganha, por exemplo, resulta da percepção do oponente, nunca da percepção de si próprio ou do que se acredita saber sobre si mesmo.

É comum uma negociação terminar em *trade-offs*, ou seja, com cada parte cedendo em algo de menos valor, para ganhar algo de maior valor. Uma vez que as pessoas geralmente valorizam múltiplos aspectos de uma negociação de forma diferente, os *trade-offs* podem resolver mais rapidamente as controvérsias. Por isso, considera-se que a melhor negociação é aquela que termina sempre em uma solução que satisfaça a todas as partes nela envolvidas.

De acordo com Walton e McKersie (1965), uma negociação pode ser distributiva ou integrativa. Ela é distributiva, quando envolve um único ponto no qual uma parte ganha a custa da outra. Uma discussão acerca do preço de um produto qualquer no mercado é negociação distributiva. Na maior parte dos conflitos, entretanto, sempre há mais de um ponto em discussão e cada parte atribui valor diferente a cada ponto. Quando se chega a um acordo que é melhor para todos do que seria se distribuíssem as perdas, diz-se que aconteceu uma negociação integrativa.

Essas concessões dificilmente acontecem, porque as partes tendem sempre a considerar que seus interesses devem necessariamente conflitar com os da outra parte: o que é bom para uma das partes deve ser ruim para a outra. É preciso compreender que negociação deve ser algo mais do que briga por algumas partes de uma grandeza fixa qualquer. Identificando prioridades antes da negociação, é possível encontrar importantes elementos para um *trade-off*, definindo quais os pontos mais importantes e os menos importantes.

Um aspecto interessante da negociação é a relação de interdependência que se estabelece entre as partes envolvidas no processo em função de seus objetivos.

Outro aspecto importante são as diferenças de percepções, no sentido de que estas de cada parte em relação à outra e/ou ao ambiente de negociação tendem a influir nos resultados do processo. É comum acreditar-se que uma atitude de ocultação dos verdadeiros sentimentos das partes, em relação aos resultados do processo, possa vir a garantir resultados ainda melhores. Na realidade, pode acontecer o contrário quando ambas as partes estão conscientes desse tipo de comportamento, o que faz com que se perceba a importância da informação de parte a parte como forma de obtenção de certo grau de confiança entre as partes.

A concepção de que há um único ponto a ser negociado leva os administradores a interpretar a maior parte das situações competitivas como de ganho e perda, o que tende a inibir a criatividade necessária para buscar soluções que atendam aos interesses de todos os envolvidos na negociação.

Esse é um tipo de comportamento que pode ser classificado como irracional e que é muito comum no ambiente empresarial, quando se avalia que a maioria dos negociadores aceita a premissa equivocada, segundo a qual a única forma de ganhar algo em uma negociação é fazer a outra parte perder alguma coisa. Não se pensa em

termos de vantagens mútuas (Fisher & Ury, 1981); predomina a pressuposição de que aquilo que quer uma parte é exatamente o oposto do que quer a outra. O pressuposto é de que os interesses das partes são, sempre e necessariamente, incompatíveis. Isso faz com que se desvalorize qualquer proposta de acordo ou concessão se ela partir do adversário, o que parece ser um comportamento típico da maioria dos negociadores.

Diversos fatores podem influenciar essa posição inicial classificada como “irracional”, que as pessoas assumem quando entram em uma negociação. Normalmente ambos os lados ajustam suas posições para chegar a um acordo ou a um impasse. Tais posições iniciais funcionam como apoios e afetam as percepções de cada lado sobre o que se pode obter como resultado.

As pessoas tendem a imaginar determinados valores ou pontos iniciais para a negociação e os utilizam como apoio para a negociação como um todo, o que dificulta que se atue racionalmente. Isso significa que ofertas iniciais apresentadas durante a negociação exercem grande influência sobre o comportamento subsequente da outra parte, obrigando que se inicie o processo a partir de pontos muitas vezes inaceitáveis (Fisher & Ury, 1981).

Tanto a literatura sobre negociação quanto a de administração sugerem que é importante a definição e a aderência a objetivos. Do mesmo modo que as ofertas iniciais afetam a percepção do negociador, os objetivos definidos afetam a sua percepção do que é possível ou mesmo aceitável.

Conclusão

Visto que o ser humano negocia por uma diversidade de razões e em situações as mais variadas, sempre que deseja relacionar-se com outros seres humanos para atingir seus objetivos, pode considerar-se que a negociação é processo essencial nas relações entre as pessoas. Para que tal processo se realize com sucesso, é necessário, acima de tudo, que se reconheça a existência de uma situação de negociação e que percebam-se os elementos envolvidos no processo e como se pode, a partir dessa análise da situação, planejar o desenvolvimento de negociação bem sucedida.

Na prática, não há diferença entre os termos barganha e negociação, usualmente adotados como duas palavras de mesmo significado. A existência de uma situação de negociação e os problemas a ela inerentes podem ser melhor identificados a partir de características fundamentais como: a existência de conflito de interesse entre duas ou mais partes; a ausência de um conjunto estabelecido de normas ou procedimentos para a solução do conflito, e a busca de um acordo entre as partes, sem que seja necessária a interferência de uma autoridade maior.

O conflito aberto sem processo de negociação que satisfaça às partes envolvidas pode provocar mais animosidade do que soluções. A negociação se

torna algo essencial do sentimento de auto-respeito e das necessidades humanas. Existem situações de negociação nas quais se procura distribuir os ganhos e perdas entre as partes, e situações em que se procura integrar os ganhos das duas partes. Situações do primeiro tipo costumam ocorrer quando existe conflito entre os objetivos das partes e, do segundo tipo, quando há acordo em relação ao objetivo principal, mas desacordo momentâneo em relação a outro considerado secundário.

Além disso, é importante considerar a natureza subjetiva da negociação para que se identifiquem as coisas que têm valor para cada parte, conforme seu julgamento particular. É preciso também conhecer e saber aceitar as características de personalidade das partes, a fim de preservar os resultados da negociação e melhor aproveitar as eventuais vantagens decorrentes dessa química interpessoal. O grau de relacionamento existente entre as partes influencia o processo de negociação e estimula a troca de propósitos, que é, em última análise, a essência do processo de negociação. Uma boa relação de troca de informações entre as partes melhora as condições para que se façam concessões até o acordo final, em torno de objetivos comuns.

Dessa forma, para que o negociador possa julgar-se bem-sucedido em seu trabalho é necessário preocupar-se com a preservação de uma boa reputação e trabalhar, racionalmente, para preservá-la ao longo de seu comportamento nas negociações. Além disso, deve considerar que a maioria das negociações ocorre em meio a relacionamentos de longo prazo e que os melhores resultados são aqueles que atendem às necessidades de ambas as partes.

Negociar racionalmente significa definir o modo de atingir o melhor acordo possível. Executivos tomam decisões que, muitas vezes, os impedem de ver oportunidades e de obter tudo o que podem de uma negociação. Tais decisões incluem comportamentos como: comprometer-se irracionalmente com curso de ação inicial, mesmo quando ele não se mostra como a escolha mais benéfica; assumir que seu ganho deve resultar da perda do outro; perder oportunidades para realizar *trade-offs* que beneficiem ambos os lados; basear seus julgamentos em informações irrelevantes, deixando de considerar o que se pode aprender ao longo do processo por fixar a atenção na perspectiva do outro; ser confiante demais sobre a conquista de resultados que lhe favoreçam.

Existem limitações psicológicas naturais à efetividade de um negociador. O reconhecimento dessas limitações é necessário para melhor antecipar as decisões e o comportamento subsequente da outra parte. Assim, preocupações com o modo como se estrutura o problema, como se processam as informações, como se organiza a situação e avaliam as alternativas são importantes porque podem influenciar o julgamento de um negociador e limitar sua efetividade.

O desejo de vencer, a qualquer custo, inibe a capacidade de desenvolver uma estratégia racional de solução do conflito. A persistência mal dirigida pode conduzir a grandes perdas de tempo, dinheiro e energia. A persistência dirigida, ao

contrário, pode levar a uma boa avaliação dos custos envolvidos em determinada decisão. Somente a análise racional permite que se distingam as duas opções. No que diz respeito à percepção e à capacidade de julgamento que podem ou não ser embotadas por uma atitude irracional, deve-se considerar a tendência dos indivíduos para buscarem sempre informações que confirmem suas opções, ignorando os dados que eventualmente possam indicar problemas.

O estabelecimento de sistemas de monitoramento que permitam identificar tanto os dados confirmatórios quanto aqueles que representam desafios, pode ser de grande valia antes da tomada de decisão. O nível de informação deve ser suficiente e consistente para evitar julgamentos antecipados que possam influenciar todo o processo negocial.

Assim, é recomendável que os executivos procurem aprender com as falhas, reconhecendo a tendência a querer projetar uma imagem de coerência quando o que realmente importa é reconhecer as boas oportunidades e desenvolver condições de aproveitá-las, mais do que simplesmente pensar em termos de bons resultados.

As melhores negociações devem terminar de forma que satisfaça todas as partes envolvidas. Comumente, negociações bem-sucedidas terminam em *trade-offs*, ou seja, cada parte desiste de algo de menor valor em troca de algo de maior valor.

Reforça-se, assim, a necessidade de uma compreensão do caráter interacional do processo de negociação, permitindo que se compreenda que a negociação é processo dinâmico em busca de tornar possível a manutenção de uma ordem política entre duas partes que enfrentem controvérsia. Sua natureza básica é, portanto, política, uma vez que esta envolve conflitos e assimetria entre os atores.

Referências Bibliográficas

- FISHER, R., URY, W. (1981). *Getting to yes*. Boston: Houghton-Mifflin.
- HAMMER, W.C. e YUKL, G.A. (1991). *The effectiveness of different offer strategies in bargaining*. Rojot, J. *Negotiation: from theory to practice*. New York: McMillan.
- McGRATH, J.E. (1991). *A social-psychological approach to the study of negotiations*. In Rojot, J. *Negotiation: from theory to practice*. New York: McMillan.
- PRUITT, D.G. E CARNEVALE, P.J. *Negotiation in social conflict*. Open University Press, s/d.
- ROJOT, J. (1991) *Negotiation: from theory to practice*. New York: McMillan.
- RUBIN, J.Z. E BROWN, B.R. (1975). *The social psychology of bargaining* (NY: Academic Press, 1975) in Rojot, J. *Negotiation: from theory to practice*. New York: McMillan, 1991.
- WALTON, R.E., MCKERSIE, R.B. (1965). *A behavioral theory of labor negotiation*. New York: McGraw-Hill.

Resumo

O propósito deste trabalho é examinar o processo de negociação e alguns aspectos norteadores de uma negociação consistente. O texto trata dos conceitos e das técnicas relativas à teoria das negociações e pretende demonstrar que o sucesso nessa atividade é dependente do esforço e da consistência do planejamento realizado. Destaca-se também a importância da informação como elemento fundamental na estruturação do processo negocial e da atenção para os aspectos psicológicos a ele relacionados.

Palavras-chave: negociação, informação, ambiente.

Abstract

The purpose of this work is to examine the negotiation process and some key aspects of a consistent negotiation. The text deals with the concepts and techniques of the theory of negotiations and intends to demonstrate that the success in this activity is dependent of the effort and the consistency of the carried through planning. The importance of the information is also distinguished as a basic element in structuring the negotiation process as it is with the attention for related psychological aspects.

Key words: negotiation, information, environment

Resumen

La intención de este trabajo es examinar el proceso norteador de la negociación y de algunos aspectos de una negociación consistente. El texto se ocupa de los conceptos y de las técnicas relativas a la teoría de las negociaciones y se propone demostrar que el éxito en esta actividad es dependiente del esfuerzo y del estado coherente del llevado con hojas de operación (planning). La importancia de la información también se distingue como elemento básico en el estructuración del proceso negocial como la atención a los aspectos psicologicos.

Palabras clave: negociación, información, ambiente.

INFORMAÇÃO

Luiz Cláudio Lucas da Silva

*Mestre em Geociências pela
Universidade de Brasília.
Professor da União Pioneira de
Integração Social – UPIS.*

Interação dos aquíferos fissurais com o Lago Paranoá

1. Introdução

A diversidade de problemas que surgem, em lagos, com o decorrer dos anos – tais como proliferação de algas, eutrofização das águas e sedimentação da bacia – podem ser minimizados a partir do entendimento de suas relações hidrológicas, químicas e biológicas.

A Companhia de Água e Esgotos de Brasília – CAESB tem realizado e financiado estudos no Lago Paranoá, com a finalidade de compreender os processos atuantes na eutrofização de suas águas e, para isso, realiza seu monitoramento químico e biológico. Porém, nesses estudos, a caracterização hidrológica não tem recebido o destaque necessário.

O posicionamento topográfico do Lago, em vale, é a primeira feição considerada na determinação das relações entre o Lago Paranoá e os aquíferos. Entretanto, como essa é uma condição necessária, mas não suficiente, procedeu-se o cálculo do balanço hídrico do Lago, que posteriormente foi corroborado por dados geoquímicos, pela determinação da superfície piezométrica dos aquíferos fissurais da área de interesse e pelo levantamento hidrogeológico.

A área estudada localiza-se na porção central do Distrito Federal, limitada pelos paralelos 15°43'31" e 15°57'07" e pelos meridianos 47°55'31" e 47°43'16", totalizando uma área de aproximadamente 545km².

Os estudos desenvolvidos visam determinar, de forma qualitativa e quantitativa preliminar, as relações existentes entre os aquíferos fissurais e as águas do Lago Paranoá, para fornecer informações, de caráter hidrológico, que colaborem para o entendimento dos processos químicos e físicos atuantes no Lago, contribuindo, assim, para a manutenção de suas águas.

2. Geomorfologia

A área do Distrito Federal é parte integrante do Planalto Central Goiano e está situada nas maiores cotas altimétricas da região Centro-Oeste, com altitudes de 900 a 1.300m (CODEPLAN, 1984a). Caracteriza-se pela predominância de imensas áreas aplainadas, denominadas chapadas, onde 57% de sua superfície total

encontram-se acima de 1.000m. Trabalhos anteriores mostram que a paisagem está constituída por extensos níveis de relevo em cotas superiores a 1.200 metros, entre 1.100 e 1.200 metros e entre 1.000 e 1.100 metros (Novaes Pinto, 1990), constituindo chapadas.

Braun (1971) acredita que a evolução geomorfológica da região do Distrito Federal iniciou no Cretáceo Superior, quando do término do grande aplainamento sul-americano, cuja superfície delineou-se no sistema de drenagem do rio São Bartolomeu. O rebaixamento progressivo da paisagem, durante o Terciário, resultou no modelado de três superfícies de aplainamento. Duas delas estão acima da cota de 1.000 metros e são residuais da Superfície Sul-americana; a parte mais alta, acima de 1.100 metros de altitude e, a inferior, entre 1.000 e 1.100 metros de altitude. A terceira encontra-se embutida nas áreas rebaixadas da Superfície Sul-americana inferior, e constitui o relevo do vale do rio São Bartolomeu.

Novaes Pinto (op. cit.) apresenta três tipos de paisagens geomorfológicas para a área do Distrito Federal, descritas a seguir.

- **Região de chapadas.** Este tipo de paisagem apresenta-se em três unidades, relacionadas aos atuais níveis topográficos. A unidade superior, de cotas médias acima de 1.200 metros, é conhecida como Chapada da Contagem. A unidade intermediária, de cotas entre 1.100 e 1.200m, constitui as Chapadas de Brasília e do Píripau. Estas duas unidades apresentam bordas escarpadas. A terceira unidade ou unidade inferior de chapadas, com altitudes entre 1.000 e 1.100 metros, corresponde a residuais divisores dos rios São Bartolomeu-Preto, Descoberto-Alagado e Alagado-São Bartolomeu.
- **Áreas de dissecação intermediária.** Este tipo de paisagem geomorfológica corresponde às áreas de bacia de drenagem do Lago Paranoá e do vale do rio Preto. A primeira forma uma depressão entre as cotas altimétricas de 1.000 e 1.265 metros; é o centro de um grande anticlinório, cujos limites são as unidades quartzíticas das chapadas. A bacia do rio Preto tem altitudes de 800 e 1.120 metros. As duas áreas têm variação topográfica suave, e as encostas apresentam depósitos sedimentares. A rede de drenagem na depressão do vale do Lago Paranoá é anelar, com vales rasos, abertos e amplos, e encostas côncavas com segmentos retilíneos. Para Carneiro (in: Novaes Pinto, op. cit.) essa unidade geomorfológica é, provavelmente, produto de uma segunda fase de dissecação, mais recente que a região corrugada dos vales.
- **Região corrugada de vales fluviais.** Caracteriza-se por apresentar relevo acidentado, em virtude da intensa dissecação dos canais fluviais. No interior do vale do rio Descoberto, *inselbergues* e sedimentos constituem residuais de um pediplano.

A caracterização das feições geomorfológicas da área foi feita com base nas unidades geomorfológicas do Distrito Federal, descritas por Novaes Pinto (op. cit.), sendo distinguidas:

- **Região da Chapada**

- da Contagem:*

- cobre cerca de 10% da área e ocorre na porção NE, apresentando lombadas e encostas retilíneas com declividade inferior a 8%. Atua como divisor das águas que fluem para as Bacias Amazônica, a norte, e Platina, a sul. É a unidade geomorfológica da área de cotas médias de 1.200 metros, estendendo-se segundo uma estreita faixa de direção NW.

- de Brasília:*

- estende-se pela porção centro-sul da área do projeto, seguindo uma estreita faixa de direção NE, abrangendo cerca de 10% da área, caracterizando-se como prolongamento para SW da Chapada da Contagem. Com a cota média de 1.100 metros, esta unidade possui as mesmas características da Chapada da Contagem, atuando como divisor de águas das bacias de drenagem do Lago Paranoá, a oeste, e do rio São Bartolomeu, a leste.

- **Área de Dissecação Intermediária da Depressão do Paranoá.** Abrangendo cerca de 55% da área de estudo, está situada no núcleo semi-dômico do Paranoá, com área deprimida de cerca de 700km² e variação topográfica suave acima da cota de 1.000m, essa unidade está circundada pela Chapada da Contagem a NE, N e W e pela Chapada de Brasília a S e SE, apresentando como única saída, o vale do rio Paranoá. Nela estão localizados lagos de barragens (Paranoá, Sta. Maria e Torto) e cidades (Brasília, Guará e Núcleo Bandeirante).

- **Região Corrugada do Vale do Alto Curso do Rio São Bartolomeu.** Abrangendo cerca de 25% da área de estudo, esta unidade é constituída pelo residual embutido do pediplano São Bartolomeu, que se encontra entalhado pelos tributários do rio homônimo. Sedimentos acompanham a base das chapadas, e lagoas (Mestre d'Armas, Joaquim Medeiros e Carás) ocupam áreas planas intermediárias entre os pedimentos e os vales fluviais.

O Lago Paranoá localiza-se no vale da bacia homônima, o que é uma condição necessária, mas não suficiente para se determinar as relações entre um lago e os aquíferos. Portanto, o posicionamento topográfico do Lago Paranoá sugere que os aquíferos atuem na recarga de suas águas.

3. Vegetação

Segundo a CODEPLAN (1984a), o cerrado, em seu sentido amplo, caracteriza a vegetação do Brasil Central. O Distrito Federal situa-se no núcleo da Região dos Cerrados, onde alcança sua expressão mais típica, cobrindo cerca de 90% da área. Encontram-se, nessa região, todos os tipos de vegetação comumente englobados sob o termo Cerrado que, enquanto tipo fisionômico, encerra uma diversidade de aspectos naturais, que variam desde o Campo Limpo com vegetação rasteira, até o Cerradão, com árvores de porte elevado, passando pelo Campo Sujo, Cerrado Ralo e o Cerrado Típico.

Na área do Distrito Federal, as principais fitofisionomias são (Eiten, op. cit.): Mata Ciliar ou de Galeria, Cerradão, Cerrado, Cerrado “*sensu stricto*” e Campo Cerrado.

A caracterização dos tipos de vegetação existentes na área estudada, e descritas a seguir, foi realizada com base em observações de campo e das referências bibliográficas existentes sobre vegetação do Cerrado do Distrito Federal.

- **Cerradão.** Os cerrados são pouco freqüentes na área em estudo, em conseqüência de desmatamentos das espécies madeireiras para o aproveitamento agrícola de suas terras. Segundo Heringer et. al. (1977), Cerradão é um tipo de vegetação exuberante, tipicamente florestal, semelhante à mata ciliar, porém distinguindo-se desta pela composição florística. Suas espécies podem alcançar 18 metros de altura, entretanto a altura de 8 a 12 metros é a mais comumente encontrada. As árvores são bem copadas, o que dá à comunidade um aspecto de floresta.
- **Cerrado Típico.** É a fitofisionomia mais freqüente e característica da área de estudo. A grande maioria das espécies arbóreas do Cerrado Típico é muito utilizada como fonte de lenha. Há, geralmente, em tal tipo de cerrado dois estratos: um, arborescente, que atinge de 2 a 6 metros de altura (algumas árvores emergentes de 8 a 10 metros de altura podem aparecer esporadicamente); e outro, baixo, formado por subarbustos e diversas ervas, especialmente gramíneas (Ratter, 1980).
- **Cerrado Ralo.** É uma forma intermediária de vegetação entre o cerrado típico e o campo sujo. O Cerrado Ralo difere do Cerrado Típico por apresentar maior espaçamento entre as árvores que, embora sendo comum às outras fisionomias, apresentam porte mais reduzido. Árvores de 6 a 8 metros podem aparecer, mas muito esparsamente e a abundância de arbustos e ervas é bem maior que no Cerrado.
- **Campo Sujo.** Segundo Rizzini (1962a), o campo sujo tem composição florística semelhante ao Cerrado Típico e ao Cerrado Sujo Ralo. A cobertura de árvores e arbustos, entretanto, é mínima (cerca de 1%), que significa a presença de até 5 árvores grandes por hectare ou de até 20 árvores pequenas por hectare. No Campo Sujo, os arbustos e subarbustos se destacam da camada gramínea. A camada herbácea é composta principalmente por gramíneas que podem ultrapassar a altura de um metro.
- **Campo Limpo.** Situa-se, usualmente, sobre solos arenosos e pouco profundos, nos quais ocorre uma real deficiência de água durante os meses secos. Caracterizam-se pela grande quantidade de gramíneas e outras ervas que, raramente, alcançam mais de um metro de altura (Rizzini, 1962b). Os arbustos são mais raros que no campo sujo, chegando, mesmo, a inexistir.
- **Mata Ciliar.** Ocorre ao longo de rios, córregos e outros cursos d’água. Pode ser subdividida em Mata Ciliar úmida ou inundada e Mata Ciliar seca (Eiten, op. cit.). A Mata Ciliar úmida localiza-se, geralmente, em vales rasos e amplos, bordejada por brejos e com vegetação sempre verde. O leito do curso d’água

não se encaixa em talvegues definidos e, às vezes, nem chega a ser um leito bem estruturado. A Mata Ciliar seca de terra firme encontra-se às margens de cursos d'água bem definidos e com leito profundo, o que contribui para dar completa drenagem ao terreno.

- **Mata de Interflúvio.** Ocorre em vales e chapadas, distante dos cursos d'água. Dependendo das características do terreno e da composição florística, esse tipo de mata pode mostrar-se sempre verde e as árvores podem atingir até 30 metros de altura. Exemplo de mata sempre verde na área de estudo é observada na Escola Fazendária – ESAF.
- **Veredas ou Brejos.** São ambientes vegetacionais bastante peculiares onde o solo apresenta uma constante saturação de água, ocorrendo geralmente em vales rasos, mas também nas encostas de morros com cambissolos e afloramentos rochosos. As veredas apresentam faixas de vegetação de comprimento e largura variáveis, onde a planta típica é o buriti, e a vegetação típica é rasteira e uniforme.

A vegetação exerce influência na qualidade e na quantidade da água subterrânea, atuando de maneira indireta para propiciar o armazenamento de maiores volumes de água no subsolo, pois, na medida em que dificulta o escoamento superficial, propicia condições de maior infiltração.

As árvores melhoram as condições dos solos pelas deposições, que se transformam em húmus e tendem a diminuir o “runoff” e aumentar a infiltração das águas. A infiltração é também aumentada por canais formados pelas raízes das árvores e plantas rasteiras. Quanto menor o espaçamento entre as árvores, menor é o escoamento superficial e maior é a infiltração. Entretanto, a interceptação das copas das árvores é aumentada.

Na qualidade da água subsuperficial, a influência da vegetação é ainda menor, pois apenas em alguns casos, como em regiões encharcadas e ambiente redutor, o excesso de matéria orgânica pode prejudicar a qualidade da água. Existe ainda uma pequena parcela de contribuição das raízes das plantas nos processos de salinização, por meio de trocas iônicas com os minerais das rochas e solos.

A vegetação do Cerrado é fisiologicamente adaptada às variações climáticas e sazonais do Brasil Central. Entretanto, se toda a vegetação nativa for substituída por outra, de valor econômico já reconhecido – como reflorestamento com essências florestais ou plantio de culturas sob irrigação, que utilizem mais água durante o ano, e ainda que interceptem uma quantidade maior de água da chuva – haverá menor disponibilidade de água, caso essas perdas não sejam compensadas por um aumento na taxa de precipitação.

4. Solos

Os solos são coberturas resultantes do intemperismo físico e químico atuante na superfície da rocha. São, portanto, relacionados às condições climáticas e

fisiográficas da região. Essas coberturas podem ser alóctones, ou seja, procedentes de uma sedimentação de material estranho à rocha subjacente como os depósitos de aluviões e coluviões, ou podem ser autóctones, isto é, resultantes de processos de intemperismo da própria rocha subjacente.

As principais propriedades físicas dos solos são capacidade de retenção e velocidade de infiltração. Nos cerrados, a retenção de água é de aproximadamente 1mm/cm de solo, e a infiltração pode alcançar valores da ordem de 17cm/h (Azevedo, 1981).

A identificação dos tipos de solo da área estudada foi feita com o auxílio do Mapa de Reconhecimento dos Solos do Distrito Federal, escala 1:100.000, elaborado pela EMBRAPA (1978). Com base nas classes de solo identificadas, procedeu-se à sua caracterização física, que é de grande importância para a infiltração de água e, conseqüentemente, atua na alimentação dos aquíferos subsuperficiais.

Entretanto, não se pretende nesse estudo determinar grandezas de valores para as propriedades físicas do solo, tais como curvas de retenção, velocidade de infiltração e capacidade de retenção, pois estes parâmetros variam localmente. Além disso, o cálculo do balanço hídrico do Lago pretende determinar a relação entre água subterrânea e Lago, sendo que a parcela da água subterrânea exclui a parcela de água infiltrada e retida no solo.

- **Latossolos.** É a classe de solo predominante na área de estudo, estendendo-se por aproximadamente 60% da área, sobre rochas do Grupo Paranoá. São muito profundos (maior que 5m), com textura argilosa ou média, muito porosos, pouco permeáveis e bem acentuadamente drenados, os de textura argilosa, e acentuada a fortemente drenados, os de textura média.
- **Podzólicos.** Estes solos ocorrem localmente na área, cobrindo cerca de 2% de sua extensão total. São profundos a moderadamente profundos, na cor vermelha a amarela, com textura argilosa a média, bem drenados e moderadamente porosos, sobretudo na porção superficial.
- **Cambissolos.** Cobrem cerca de 30% da área de estudo, ocorrendo principalmente sobre rochas do Grupo Canastra. São solos, em geral, de profundidade inferior a 2m, de textura argilosa a média.
- **Areias Quartzosas.** São originadas sobre quartzitos e ocorrem em extensão restrita na área de estudo, totalizando cerca de 1%. São solos de profundidade média (até 3m de profundidade), textura arenosa, excessivamente drenados e porosos.
- **Solos Hidromórficos.** Cobrem cerca de 7% da área de estudo. São pouco profundos, de textura predominantemente argilosa, pouco porosos, de permeabilidade lenta na parte superior e impedida na parte inferior e mal drenados.

O solo constitui, quando em espessura considerável, uma importante fonte de recarga às rochas fraturadas subjacentes, pois atua como fonte de captação de

água precipitada em toda a superfície permeável ou semipermeável, reduzindo a perda por escoamento superficial e minimizando o processo de evaporação.

A influência dos solos na qualidade da água é, geralmente, moderada, atuando como camada filtrante para as águas dos aquíferos fissurais subjacentes.

As diferentes capacidades de infiltração existentes para os três principais solos da área (cambissolos, latossolos e solos hidromórficos) estão ressaltadas pelos diferentes padrões de densidade de drenagem apresentados nas imagens de satélite e fotografias aéreas. A alta densidade de drenagem nas zonas de cambissolos está relacionada à reduzida capacidade de tais unidades absorverem água.

5. Clima

Segundo a CAESB (op. cit.), a área do Distrito Federal é caracterizada por um clima tropical subúmido, apresentando duas estações bastante definidas, uma de verão, chuvosa, e outra, de inverno, seca.

Para o Distrito Federal, conforme a classificação de Koppen, ocorrem os tipos climáticos Tropical (Aw) e Tropical de Altitude (Cwa, Cwb) (CODEPLAN, 1984b).

- O tipo climático Aw é característico das áreas com altitude abaixo de 1.000m, compreendendo as bacias hidrográficas dos rios São Bartolomeu, Preto, Descoberto e Maranhão. A temperatura mínima média mensal para o mês mais frio é inferior a 18°C.
- O tipo climático Cwa prevalece para as áreas cujas cotas altimétricas encontram-se entre 1.000 e 1.200m. A temperatura mínima média mensal, no mês mais frio, é inferior a 18°C e superior a 22°C, no mês mais quente.
- O tipo climático Cwb ocorre nas áreas que estão acima de 1.200m. O mês mais frio possui temperatura mínima média mensal inferior a 18°C, e a média do mês mais quente é inferior a 22°C.

CARACTERÍSTICAS CLIMÁTICAS: MÉDIAS MENSAIS

Fator Climático	Valores		
	Mínimo	Médio	Máximo
Precipitação (mm)	5,9	116,9	240,0
Temperatura (°C)	6,1	21,4	32,7
Umidade (%)	49,0	68,0	73,0
Velocidade do vento (m/s) – 2m de altura	0,5	0,9	1,1
Insolação (hora/mês)	135,3	199,8	270,7
Radiação (cal/cm ² .dia)	362,5	392,5	404,4
Evaporação (mm/mês)	88,9	137,6	197,0

A quantificação dos fatores que caracterizam e classificam o clima é fundamental para o cálculo do balanço hídrico e conseqüentes definições hidrológicas de subsuperfície. Porém essa quantificação é extremamente complexa quando se extrapolam os dados das estações hidrometeorológicas para uma área, dado o caráter pontual das informações.

Os fatores climáticos exercem influência, direta ou indireta, no cálculo do balanço hídrico do Lago Paranoá; mas apenas os fatores que influenciam diretamente no balanço hídrico, precipitação e evaporação, são considerados na equação do balanço hídrico do Lago. Os fatores que exercem influência indireta, tais como vento, nebulosidade, umidade relativa do ar e demais fatores influenciam na precipitação e na evaporação. Por isso, também, são tratados neste capítulo.

As características hidrológicas de uma área são determinadas principalmente pelo clima da região, pois determinam as características de superfície do terreno (Linsley Jr. et al., 1980). Os fatores climáticos que atuam no Distrito Federal e, conseqüentemente, na área de estudo estão descritos a seguir:

- **Precipitação.** Para o levantamento pluviométrico, utilizaram-se informações das estações meteorológicas Brasília (DNEMET), CPAC, Paranoá, ETE-Sul e ETE-Norte, cedidas pela Divisão de Avaliação de Recursos Hídricos da CAESB, e informações da estação UnB-I. A média mensal da precipitação na região de estudo foi calculada com dados dessas estações. O valor da média foi obtido pelo método de Thiessen (Villela e Mattos, 1975). A medida da altura precipitada em todas as estações acima mencionadas é feita com pluviômetro. Segundo DNEMET (inédito), para o período de 1968 a 1986, a precipitação média anual no Distrito Federal é de 1.561mm, com a estação chuvosa iniciando em outubro, o trimestre novembro/janeiro concentrando 47% da precipitação, e o maior nível pluviométrico ocorrendo em dezembro, com média de 240mm. O trimestre junho/agosto totaliza cerca de 2% das chuvas acumuladas, atingindo valor extremamente baixo em junho, com média de 5,9mm.
- **Temperatura.** Os valores de temperatura foram fornecidos pelas estações climatológicas UNB-I e Brasília (DNEMET). A estação UnB-I registrou valor mínimo de $-0,1^{\circ}\text{C}$ (junho de 1985) e máximo de $36,1^{\circ}\text{C}$ (setembro de 1988), para o período de 1980 a 1988. A amplitude térmica das máximas é de $3,4^{\circ}\text{C}$ e, das mínimas, de $4,5^{\circ}\text{C}$.
- **Insolação.** A Insolação é função do estado do céu (isto é, presença de nuvens) e da duração do dia. Em dias encobertos, mesmo de longa duração, como no verão, podem ocorrer valores mínimos de insolação. O máximo de horas de brilho solar em um dia, registrado na estação Brasília (DNEMET), foi de 12 horas, em 29/12/75, enquanto para um mês foi 302,2 horas em julho de 1980, com o mínimo de 78,5 horas, em novembro de 1976, para o período de 1977 a 1986. A insolação apresenta comportamento inverso à umidade relativa do ar e à precipitação, ou seja, atinge o seu máximo em julho e agosto, quando a umidade e a precipitação atingem seus mínimos.

- **Ventos.** O vento é importante agente do ciclo hidrológico, pois não há transporte de umidade sem movimento do ar. Desta forma, o índice de precipitação e evaporação do reservatório é fenômeno hidrológico diretamente afetado pelo vento. Segundo a CAESB (1987b), durante a estação de chuvas, a predominância dos ventos é do quadrante norte, com variação NW e NE, devido ao recuo do anticiclone do Atlântico e conseqüente domínio da Massa Equatorial Continental. Nesse período, os ventos mais fortes vêm de NW. A partir de março, predominam os ventos de direção leste, com maior incidência nesta orientação durante o mês de julho. Durante a estação seca, são raros os ventos provenientes de oeste e norte, aumentando a incidência dos ventos de sul e sudeste. Em março, ocorre o maior número de calmarias em relação ao ano, com maior freqüência durante a noite. Conforme os dados fornecidos pela estação UNB-I, referentes ao período de julho de 1985 a dezembro de 1988, a velocidade média, a 2 metros de altura do solo, mantém durante o ano valores com pouca variação, com amplitude de 0,18m/s e valor médio de 0,90m/s.
- **Umidade Relativa do Ar.** Os dados da estação UNB-I, para o período de 1980 a 1988, mostram que, nos meses de janeiro a abril, a média mensal da umidade relativa do ar mantém-se com valores próximos a 73%, acompanhando o decréscimo das precipitações. Atinge o mínimo de 49%, em agosto, tornando a subir progressivamente, e a amplitude atinge até 30% durante o ano. A umidade relativa do ar exerce influência na evaporação do reservatório. Cabe ressaltar que a umidade relativa do ar na estação UNB-I é muito grande devido à proximidade do Lago.
- **Evaporação.** Sendo função direta da insolação (Committee Hydrology, 1957), os maiores valores de evaporação ocorrem quando da incidência das maiores insolações.
- **Nebulosidade.** Segundo o DNEMET (op. cit.), o clima do Distrito Federal caracteriza-se pelo verão chuvoso e o inverno seco. Portanto, de setembro a janeiro, a nebulosidade atinge seus valores máximos: 7,6 partes em 10,0. Do final de maio a agosto, a nebulosidade atinge valores mais baixos, com o mínimo de 2,8 partes, em agosto, caracterizando a estação seca.

6. Hidrologia de Superfície

O Distrito Federal é drenado por cursos d'água pertencentes às bacias hidrográficas do São Francisco, Amazônica e do Paraná (CODEPLAN, 1984a), todos, rios de Planalto.

A altitude dos divisores de água é, geralmente, da ordem de 1.200 e 1.300m. Na separação entre as bacias Amazônica e do Paraná, predominam vertentes formadas por chapadões, enquanto nos limites entre as bacias do Paraná e São Francisco, a ocorrência mais comum é a de serras.

O Lago Paranoá, com área de 38,10km², calculada a partir de levantamento planimétrico em carta topográfica 1:10.000 e cota de 1.000m. É parte integrante da bacia do Paranoá, com área de 1.010,00km², e foi criado com finalidades recreacionais e paisagísticas.

O Lago Paranoá, conforme a classificação de Hutchinson (1957), é uma bacia de lago formada pela atividade de organismos maiores (atividade humana).

As áreas de drenagem de interesse que influenciam no balanço hídrico do Lago Paranoá estão descritas a seguir. O cálculo dessas áreas foi feito por planimetria de mapa plani-altimétrico, em escala 1:10.000.

- **Ribeirão Bananal.** A bacia hidrográfica do ribeirão Bananal ocupa área de 139,75km², situada em quase toda a sua totalidade dentro do Parque Nacional de Brasília. A declividade média da bacia é de 41m/km. O ribeirão Bananal possui 19,1km de extensão e deságua diretamente no Lago Paranoá. A Divisão de Avaliação de Recursos Hídricos da CAESB (Companhia de Água e Esgotos de Brasília) mantém e opera, desde janeiro de 1971, um posto hidrológico localizado na latitude de 15°43'41" e longitude 47°54'36", com uma cota de 1.002m. Este posto é dotado de linígrafo, além das leituras linimétricas diárias às 7h e 17h, revelando vazão média mensal de 2,43m³/s: mínima de 0,91m³/s e máxima de 5,95m³/s, entre 1980/1988.
- **Ribeirão do Torto.** O ribeirão do Torto deságua diretamente no Lago Paranoá e possui área de drenagem de 248,02km². Seu curso principal mede 20,5km, com declividade média de 7,80 m/km. As drenagens tributárias do Ribeirão do Torto posicionam-se principalmente na margem esquerda. Tanto o ribeirão quanto seus tributários alongam-se por diáclases profundas de quartzito. O Ribeirão do Torto estende-se segundo uma fratura de direção NW. Os dados fluviométricos relativos a esse ribeirão sofrem influência dos barramentos dos Reservatórios Santa Maria e Torto destinados à captação de água para o abastecimento público. Portanto, os dados de vazão do Ribeirão do Torto não são representativos das condições naturais da respectiva bacia de drenagem. O posto fluviográfico operado pela CAESB nesse ribeirão está localizado a 15°42'51" de latitude e 47°52'40" de longitude, a uma altitude de 1.008m. A vazão média mensal é de 2,91m³/s, a mínima média mensal é de 0,3m³/s, e a máxima média mensal é de 15,30m³/s.
- **Ribeirão do Gama.** A bacia do ribeirão do Gama, um dos principais formadores do Lago Paranoá, ocupa área de drenagem de aproximadamente 144,46km² e o seu curso d'água principal possui extensão de 13,7km. As drenagens tributárias do ribeirão do Gama situam-se principalmente à margem direita, dispostas ao longo de extensas fraturas. O ribeirão do Gama está encaixado em uma fratura de direção NE. Dados coletados pela Divisão de Avaliação de Recursos Hídricos da CAESB, no posto fluviométrico Gama Base, com sistema linimétrico com duas leituras diárias, às 7h e 17h, registrou vazão média mensal de 2,29m³/s,

uma mínima média mensal de $0,56\text{m}^3/\text{s}$ e máxima média mensal de $6,56\text{m}^3/\text{s}$. O Posto do Gama possui latitude $15^{\circ}52'20''$, longitude $47^{\circ}53'45''$ e cota de 1.005m.

- **Córrego Cabeça de Veado.** A bacia do córrego Cabeça de Veado ocupa área de $31,78\text{km}^2$, e seu curso d'água principal tem 5,9km de extensão. O regime hídrico deste córrego é alterado por quatro pequenos barramentos, utilizados para captar água destinada ao abastecimento público. Segundo a CAESB (1987b), a vazão captada é da ordem de $0,23\text{m}^3/\text{s}$. O córrego Cabeça de Veado está posicionado ao longo de uma fratura de direção NW. A Divisão de Avaliação de Recursos Hídricos da CAESB mantém e opera desde 1971 um posto fluviográfico próximo à foz deste córrego, na latitude de $15^{\circ}59'23''$ e longitude $47^{\circ}51'28''$, com a cota de 1.004m, a vazão mínima média mensal de $0,07\text{m}^3/\text{s}$ e a vazão máxima média mensal de $1,42\text{m}^3/\text{s}$.
- **Ribeirão Riacho Fundo.** A bacia hidrográfica do ribeirão Riacho Fundo ocupa área de aproximadamente $215,64\text{km}^2$. Esse ribeirão está posicionado ao longo de fratura extensa com direção NE. A CAESB mantém e opera um posto fluviométrico, com sistema limimétrico com duas leituras diárias, nesse ribeirão desde 1971. A vazão mínima média mensal é de $0,84\text{m}^3/\text{s}$, e a máxima média mensal é de $6,46\text{m}^3/\text{s}$, para o período de 1980 a 1988.
- **Córrego Taquari.** Não existe posto fluviométrico de monitoramento do córrego Taquari, mas deve ser mencionado, para efeito do cálculo do balanço, que há um pequeno barramento, para captação, no referido córrego. A vazão estimada desta captação é de aproximadamente $0,023\text{m}^3/\text{s}$ (CAESB, op. cit.).
- **Rio Paranoá.** A bacia do rio Paranoá possui área de drenagem de $1.202,00\text{km}^2$ até sua foz no rio São Bartolomeu, na qual está incluído o Lago Paranoá, cujos principais tributários são os ribeirões do Torto, Bananal, Gama e Riacho Fundo e o córrego Cabeça de Veado. A CEB (Companhia de Eletricidade de Brasília) mantém e opera desde janeiro de 1971 um posto limimétrico na barragem do Paranoá, na latitude $15^{\circ}48'09''$ e longitude $47^{\circ}46'50''$, com a cota de 1.000m. A vazão mínima média mensal é de $4,97\text{m}^3/\text{s}$ e a máxima média mensal é de $73,80\text{m}^3/\text{s}$. Deve salientar-se que as vazões de descarga do Lago Paranoá são controladas pelas águas vertidas e turbinadas.
- **Estações de Tratamento de Esgotos (ETE's).** Por contribuírem significativamente para a vazão afluente ao Lago Paranoá, as ETE's são consideradas como parcelas integrantes da hidrologia superficial. São duas as estações de tratamento de esgotos, ambas em cota de 1.000m: ETE Norte e ETE Sul. Tais estações são mantidas e operadas pela CAESB desde 1975, onde existem postos limimétricos. A ETE Sul, no período de 1980 a 1988, mostra vazão mínima média mensal de $0,33\text{m}^3/\text{s}$ e máxima média mensal de $0,78\text{m}^3/\text{s}$, enquanto a ETE Norte, para o mesmo período, apresenta vazão máxima média mensal de $0,36\text{m}^3/\text{s}$, e mínima média mensal de $0,14\text{m}^3/\text{s}$.

O fator de forma das bacias do Bananal, do Torto, do Gama e da Cabeça de Veado são respectivamente 0,38, 0,59, 0,77 e 0,91. Estes valores indicam que a bacia mais favorável à ocorrência de enchentes é a do ribeirão Cabeça de Veado, enquanto a do ribeirão Bananal é a menos susceptível.

Os principais afluentes do Lago Paranoá (ribeirões Torto, Bananal, Riacho Fundo e córrego Cabeça de Veado) originam-se em litologias pertencentes ao Grupo Paranoá.

Todas as drenagens afluentes do Lago Paranoá e descritas neste capítulo são perenes. Desta forma, atuam como exutórios de água subterrânea, sendo a vazão de contribuição subterrânea para cada tributário do Lago representada, pelo menos, pela vazão mínima mensal do respectivo tributário.

7. Balanço Hídrico

A interação de lagos e água subterrânea tem recebido pouca atenção em estudos de hidrologia. Na maioria dos casos, esta interação é geralmente calculada como residual da equação do balanço de água, ou é considerada sem importância e, portanto, ignorada.

Manson et al. (1968, In: Winter, 1976) estudaram as relações entre água subterrânea e pequenos lagos, em Minnesota, por meio das superfícies piezométricas de poços próximos ao lago. A conclusão geral desses estudos foi de que a maioria dos lagos estudados perdem água para os aquíferos.

Winter (1976) utilizou modelo digital para simular o fluxo bi-dimensional de água subterrânea em uma seção vertical, para ampla variedade de ambientes hipotéticos lago-água subterrânea. Este estudo mostrou que a continuidade do sistema de fluxo próximo aos limites do lago é o fator que controla a interação do lago e água subterrânea, e que o ponto de menor potencial hidráulico, ponto de estagnação, é determinante para a continuidade do limite. Em seções verticais bi-dimensionais, o limite consiste de linhas divisoras de superfícies isopiezométricas. Portanto, se existe um ponto de estagnação, o limite é contínuo e o lago não pode perder água, pois a carga no ponto de estagnação é sempre maior que a carga representada pelo nível do lago. Winter (1978) realizou a simulação numérica de fluxo tri-dimensional de água próxima a lagos, para determinar a interação de um lago com o sistema de água subterrânea.

A CAESB (1978) realizou o cálculo do balanço hídrico do Lago Paranoá, visando caracterizar, em termos de valores mensais, as diversas parcelas hídricas que participam do Lago. Para este balanço, o coeficiente de “runoff” adotado foi de 0,4 para áreas urbanas com baixa taxa de ocupação e 0,6 para áreas urbanas com taxa de ocupação média. A contribuição das águas subterrâneas foi avaliada como sendo igual à média das mínimas vazões médias diárias registradas em cada mês no período de 1971 a 1974 nos postos do Zoológico, Base Aérea e EPIA.

Somlyódy (1987) efetuou o cálculo do balanço hídrico do Lago Paranoá, porém a contribuição subterrânea não foi determinada, estando incluída no fator de erro considerado na equação.

Os métodos matemáticos empregados por Winter (1978) empregam parâmetros hidrodinâmicos não conhecidos para o presente estudo; portanto, adotou-se o método do cálculo residual da equação do balanço de água para determinar a parcela subterrânea. Como este método apresenta imprecisões, o cálculo da contribuição subterrânea no balanço de água do Lago não fornece uma ordem de grandeza dessa contribuição, mas avalia a sua existência.

Ciclo hidrológico é a cadeia de eventos que descrevem a história da água, da qual a água subterrânea é parte integrante. As formações geológicas permeáveis da crosta da terra atuam como condutos para transmissão e como reservatórios para armazenamento de água. Essencialmente, toda a água subterrânea está em movimento, com velocidades que variam desde poucos metros por dia a poucos metros por ano (Walton, 1970).

Domenico e Schwartz (1990) descrevem o ciclo hidrológico como uma rede de entradas e saídas que pode ser convenientemente expressa como:

$$\text{“input”} - \text{“output”} = \text{variação do armazenamento}$$

sendo essa equação uma condição de conservação, isto é, não há perda nem ganho de água.

A equação acima pode ser expressa na forma de equação diferencial ordinária:

$$\mathbf{I(t) - O(t) = ds (1) - dt}$$

Na qual **I** é o “input”, e **O** é o “output”, ambos expressos em função do tempo.

- **I** = “input” é a entrada total de água no volume de controle, incluindo o fluxo sobre a superfície do terreno (“runoff”); fluxo que ocorre abaixo da superfície, porém acima da zona onde as rochas estão saturadas em água (“interflow”); escoamento subterrâneo; a precipitação sobre a superfície.
- **O** = “output” é a saída total de água do volume de controle, devido ao escoamento superficial, ao escoamento subterrâneo, à evaporação e à transpiração das plantas.
- **ds** = é a variação total do armazenamento de água no volume de controle considerado.

Os elementos básicos utilizados para a análise do balanço hídrico do lago foram as séries de dados mensais hidrometeorológicos disponíveis para o período de janeiro de 1980 a dezembro de 1988, uma vez que tais séries estavam completas para o referido período. Esses dados foram cedidos pela Divisão de Avaliação de Recursos Hídricos da CAESB (Companhia de Água e Esgotos de Brasília).

Serviram ainda de base aos estudos os dados evaporimétricos observados na estação meteorológica da UnB-I e a estimativa do escoamento superficial em áreas não monitoradas.

O cálculo do balanço hídrico do Lago Paranoá fornece uma estimativa da parcela da contribuição subterrânea (Q_{sub}) para o Lago Paranoá, considerando para tal: a variação do volume de água do Lago em relação ao tempo (dV/dt); as entradas no Lago por meio dos tributários (Q_{trib}), das estações de tratamento de esgotos (Q_{esg}), da precipitação direta (Q_{pre}) e do escoamento superficial (Q_{run}); as parcelas de saída por meio da evaporação (Q_{eva}) e das vazões vertida e turbinada na barragem do Paranoá (Q_{sa}). Todos esses dados estão representados em unidades de vazão média mensal e anual (m^3/s).

Posto então tais dados, a equação geral para o balanço hídrico do Lago Paranoá, deduzida a partir da equação (1) é dada por:

$$\frac{dV}{dt} = Q_{trib} + Q_{esg} + Q_{pre} + Q_{run} + Q_{sub} - Q_{eva} - Q_{sa} \quad (2)$$

$$\text{para } \frac{dV}{dt} = 1 \text{ mês:}$$

$$\frac{dV}{dt} = \bar{Q}_{trib} + \bar{Q}_{esg} + \bar{Q}_{pre} + \bar{Q}_{run} + \bar{Q}_{sub} - \bar{Q}_{eva} - \bar{Q}_{sa} \quad (3)$$

que pode ser assim escrito:

$$\bar{Q}_{sub} = \frac{dV}{dt} (\bar{Q}_{trib} + \bar{Q}_{esg} + \bar{Q}_{pre} + \bar{Q}_{run} - \bar{Q}_{eva} - \bar{Q}_{sa}) \quad (4)$$

Q_{sub} é o objeto deste estudo, o qual determina a relação entre as águas subterrâneas e as águas do Lago Paranoá. Q_{sub} pode participar do balanço do Lago, de duas maneiras distintas: representa uma parcela de água que é fornecida ao Lago (E); ou constitui uma parcela de água que é retirada do Lago (R), indo alimentar os aquíferos. Valores positivos de Q_{sub} indicam que os aquíferos fornecem água ao Lago, para valores negativos ocorre o contrário, e para valor nulo não existe troca de água entre aquíferos e Lago.

Os resultados obtidos, com valores sempre positivos para Q_{sub} , indicam, para os balanços mensal e anual, que os aquíferos subterrâneos contribuem para o volume de água no Lago Paranoá.

Os valores da contribuição subterrânea obtidos a partir do balanço hídrico não visam quantificar, no presente estudo, o valor da contribuição dos aquíferos para o Lago Paranoá, mas apenas demonstrar a existência da relação entre o Lago e os aquíferos. A determinação quantitativa dessa relação exige uma determinação mais acurada das contribuições da vazão de saída da barragem e do escoamento superficial, com testes experimentais para a obtenção do coeficiente de “runoff” e determinação das vazões das galerias de águas pluviais, nas áreas urbanizadas, além da quantificação da água superficial, nas áreas não monitoradas, que escoam para o Lago, em períodos de estiagem, visto o “runoff” considerar apenas as águas das chuvas. Deve ainda ser considerada a parcela de água de abastecimento público que retorna ao Lago, não como esgoto, mas de outras maneiras (irrigação e fossa infiltram no solo; limpeza de edificações e veículos, através da rede de água pluvial e infiltração) e as águas de contribuição das ETE^S, provenientes de bacias não pertencentes à bacia do Lago Paranoá (bacia do Descoberto).

Os resultados mostram que os aquíferos contribuem para a água do Lago, porém os desvios no cálculo do balanço hídrico dificultam a determinação da ordem de grandeza da contribuição subterrânea. O gráfico do balanço anual mostra que, apesar dos desvios no cálculo do balanço do Lago, existe contribuição subterrânea para o Lago, o que também é mostrado nos gráficos dos balanços mensais. Entretanto, o estudo da contribuição subterrânea limita-se ao qualitativo, isto é, mostra a existência da relação entre Lago e aquífero, destacando que o segundo fornece água para o primeiro, e não permite diferenciar a contribuição dos aquíferos fissurais da contribuição da zona de manto de intemperismo saturada.

As vazões médias mensais mostram que nos meses de junho a setembro a contribuição subterrânea se iguala e até supera a contribuição superficial, dado o decréscimo das precipitações neste mesmo período, ressaltando a importância das águas subterrâneas para o Lago.

Ao longo de um mesmo ano, a contribuição subterrânea ocorre quase que de forma constante, isto é, sempre em torno de um valor médio. Pelo contrário, a contribuição superficial é maior nos períodos de outubro a maio, dado a maior incidência de chuvas.

Portanto, tem-se que a contribuição de água superficial no Lago Paranoá é maior que a contribuição de água subterrânea. Assim, o Lago Paranoá é dominado por água de superfície, semelhante a “East Twin Lake” investigado por Cooke et al. (1973, In: Born et al., 1979). Precipitação direta e água subterrânea contribuem com 5% e 38%, respectivamente, da água que entra anualmente no Lago, enquanto as drenagens superficiais contribuem com 57% dessa parcela. Cerca de 95% da água que sai do Lago Paranoá é de drenagem superficial; a evaporação da superfície do Lago participa com 5% da água de saída.

Dada a sedimentação do fundo do Lago, a contribuição subterrânea pode diminuir com o tempo, fato que possivelmente pode ser observado com o aumento do período de observação no cálculo do balanço hídrico.

8. Hidrogeologia

Da análise do estudo geológico realizado, conclui-se que as diferentes unidades litoestratigráficas mapeadas são susceptíveis de constituírem aquíferos. As rochas com diferentes idades, composição mineralógica, grau de consolidação e estruturas variadas, reagem de maneira particular aos esforços a que são submetidas, possuindo porosidade e permeabilidade primárias e/ou secundárias. Compõem, assim, rochas reservatórios de características próprias. Nesse contexto, verifica-se que os aquíferos da área estudada enquadram-se nos dois domínios clássicos: poroso e fraturado (Davis e DeWiest, 1966).

Assim sendo, resulta que, enquanto as aluviões recentes e a cobertura detrítico-laterítica/latossolo caracterizam-se como meios essencialmente porosos inconsolidados, as rochas metamórficas dos Grupos Paranoá e Canastra são meios tipicamente fraturados, nos quais o armazenamento e a circulação de água são função direta do grau de desenvolvimento de sistemas de fraturas.

8.1. Sistema Aquífero Livre

As águas rasas estão condicionadas no manto de cobertura que engloba latossolos, aluviões e coluviões. Por sua extensão areal e com espessuras que ultrapassam, algumas vezes, mais de 30m, aliadas às suas características de porosidade e de permeabilidade, o manto de cobertura detrítico-laterítica/latossolo é importante para a definição das características hidrogeológicas da área.

A água livre de circulação nesses aquíferos armazena-se, percola lateralmente para os exutórios ou infiltra-se verticalmente por ação da gravidade, podendo ser utilizada direta e naturalmente, como no caso das fontes ou artificialmente por poços.

Segundo Domenico e Schwartz (op. cit.), o sistema aquífero livre é originado por processos de desintegração física ou decomposição química atuantes sobre as rochas da superfície. Os produtos do intemperismo podem se acumular no local, constituindo o solo, ou podem ser transportados pela água ou vento, depositando-se como material sedimentar, compondo as aluviões e coluviões. O intemperismo químico é importante, pois tende a abrir fraturas pré-existentes nas rochas consolidadas contribuindo para o aumento da porosidade e permeabilidade.

Depósitos inconsolidados de areia e gravaca são aquíferos importantes em outras regiões. Os tipos de ocorrência desses aquíferos podem ser agrupados como cursos d'água, vales abandonados ou soterrados e planos e vales intermontanos (Walton, 1970).

Para a área em estudo, foram reconhecidos os depósitos inconsolidados do tipo cursos d'água e terrenos planos elevados: o primeiro ocorre ao longo dos canais dos rios abrangendo as aluviões, com extensão muito restrita; o segundo ocorre em terrenos planos e elevados, constituindo a cobertura detrítico-laterítica/latossolos.

O conjunto dos sedimentos detrito-lateríticos/latossolos forma um sistema aquífero do tipo livre e contínuo. Nas porções leste e sudeste da área, ocorrem capeando as rochas do Grupo Canastra, recobrimdo cerca de 5% de sua superfície total, enquanto no restante da área, no domínio das rochas do Grupo Paranoá, recobrem cerca de 70%. Ao conjunto de sedimentos de cobertura, em continuidade hidráulica e, portanto, parte integrante do mesmo sistema aquífero, encontram-se as coberturas aluvionares recentes, restritas aos vales dos rios cuja expressão, em termos de área, é da ordem de 1%.

As aluviões são compostas por horizontes arenosos mal classificados, de granulação fina a grossa, seixos com diâmetro de até 10cm, e com intercalações de argilas e matéria orgânica de cor cinza a preta. Localmente, as aluviões argilosas atingem dimensões tais, que permitem sua exploração para indústria cerâmica.

No que tange, porém, ao conjunto dos sedimentos detrito-lateríticos/latossolos, observa-se uma grande variação em textura e composição litológica. Em nível dos estudos desenvolvidos, não é possível definir zonas de diferentes fácies litológicas, mas como esta é função da rocha subjacente e dos processos de laterização comum a toda área, pode-se estimar suas características em função das litologias originárias. Assim, nas áreas onde predominam os metalutitos, o manto de intemperismo apresenta uma textura predominantemente argilo-siltosa e silto-argilosa, enquanto nas áreas de ocorrência de quartzitos, os solos são de natureza essencialmente arenosa. Essa diferença de litologia reflete-se em diversidades de gradientes hidráulicos. A partir dos perfis de sondagens nota-se que o teor de argila, do manto de intemperismo, cresce com o aumento da profundidade, caracterizando estratificação vertical que, no conjunto, é um meio homogêneo.

O aquífero livre mostra variação na sua constituição litológica. Apresenta-se mais ou menos argiloso e, local e significativamente arenoso, quando ocorre em áreas de domínio dos quartzitos. Em termos de porosidade, os latossolos de textura média possuem porosidade total (macroporosidade + porosidade capilar), entre 35% e 50%. Os de textura argilosa possuem porosidade entre 40% e 60% (CAESB, 1987b). Embora não tenha sido possível a execução de testes de bombeamento em aquíferos livres, verifica-se, a partir de dados do Inventário Hidrogeológico das Invasões e Núcleos Rurais do Distrito Federal (1987) e do Plano Diretor de água e Esgotos das Invasões e Núcleos Rurais do Distrito Federal (1989), uma variação significativa da permeabilidade, com valores compreendidos entre 0,008m/h e 1,440m/h, com valor médio de 0,244m/h. Nessas condições, e para espessura de 15m, tem-se transmissibilidade média de 3,67m²/h, com o mínimo de 0,13m²/h e o máximo de 21,70m²/h.

O volume médio anual precipitado sobre o manto de cobertura, com área de cerca de 382km² e considerando-se a precipitação média de 1.561mm por ano, é de 5,96 x 10⁸m³. Dada a posição topográfica, as feições geomorfológicas, além das características pedológicas e geológicas, da cobertura vegetal e da ação antrópica, a distribuição areal desta água não ocorre de maneira homogênea.

A CAESB (1987a), em função das características físicas do manto de cobertura e das feições geomorfológicas, sugere que a porcentagem de água infiltrada é de, aproximadamente, 20% da precipitação.

Assim, o volume dessa água, com a grandeza de $1,19 \times 10^8 \text{m}^3/\text{ano}$, separa-se em frações, com água rasa e subterrânea, formando as zonas de aeração e de saturação, ocupando espaços fissurais e porosos.

No que diz respeito ao escoamento subterrâneo, o mapa de superfície freática, elaborado pelo CNEC (1989), a partir de dados do cadastro de poços tubulares rasos e cacimbas, mostra que os principais exutórios naturais do aquífero livre correspondem ao Lago Paranoá e seus tributários.

8.2. Sistema Aquífero Fraturado

Segundo Fetter Jr. (1980), a água em rochas ígneas e metamórficas não intemperizadas ocorre em juntas, falhas, fraturas e em outras discontinuidades. A porosidade é pequena, talvez da ordem de 1% para rochas não fraturadas e não alteradas. Diversos estudos têm sugerido que as juntas ocorrem próximo à superfície; entretanto, fraturas associadas com falhamentos podem ocorrer em qualquer profundidade onde a rocha é rúptil. Quando fraturadas, as rochas ígneas plutônicas e metamórficas mostram porosidade de até 5% (DeWiest, op. cit.).

Para Mandel e Shiftan (1981), as rochas ígneas plutônicas e metamórficas são aquíferos pobres, quando intemperizadas e, quando frescas, são aquíferos ricos. Água subterrânea, em pequenas quantidades, pode ser extraída dessas rochas, apenas onde existem fraturas, juntas ou onde o intemperismo tenha desintegrado a fábrica mineral e produzido uma camada superficial argilo-arenosa. Fraturas e juntas abertas raramente estendem-se a profundidades superiores a 100m, e em muitos casos, fissuras portadoras de água fecham em profundidades menores que 100m.

A porosidade é, então, função das fissuras, não se distribuindo homogeneamente por todo o aquífero, mas variando localmente. Assim, em determinada zona do maciço rochoso, onde não ocorre nenhuma fratura ou onde as fraturas são fechadas ou regeladas, a porosidade é praticamente nula. Pode ser relativamente elevada em outra zona, ou onde há maior concentração de fraturas, e estas encontram-se abertas e não preenchidas. A permeabilidade maior reside onde as fraturas são conectadas.

As rochas pré-Cambrianas aflorantes na área são descritas como aquíferos fissurais, pois o fluxo de água ocorre através de discretos canais de fratura, que formam um sistema integrado interconectado. O intemperismo químico tende a abrir as fraturas pré-existentes, aumentando a porosidade e a permeabilidade.

Do ponto de vista hidrogeológico, os fatores mais importantes são as propriedades das fraturas, independentemente de deslocamento, incluindo orientação, densidade, abertura, rugosidade das paredes da fratura e grau de

conectividade. O estilo da fratura está relacionado à história de tensão e ao tipo de rocha. Rochas rúpteis e de baixa porosidade, como o quartzito, são mais susceptíveis ao fraturamento devido às suas propriedades geológicas.

A alimentação dos aquíferos fissurais ocorre quase exclusivamente por água pluvial, de maneira direta ou indireta, segundo diversas trajetórias.

- Infiltração direta quando ocorre o afloramento das rochas das diversas unidades, e estas apresentam alguma permeabilidade.
- Alimentação indireta da água subsuperficial oriunda do manto de cobertura detrito-laterítico/latossolo e, subordinadamente, das coberturas aluvionares recentes.
- Indiretamente, através de alinhamentos guias de condução superficial de água, quando há coincidência com zonas de fraturas/falhas, tipo riacho fenda.

A realimentação desses aquíferos está, portanto, condicionada pelos fatores que atuam nos mecanismos de infiltração, percolação e armazenamento de água em rochas fraturadas e, conseqüentemente, na capacidade do aquífero fissural, exercendo ainda, alguns deles, influência na qualidade da água.

A principal fonte de alimentação é a precipitação pluviométrica. Apenas uma parcela alcança o reservatório subterrâneo; o restante divide-se entre evapotranspiração, escoamento de superfície, parcela que fica retida no solo e é armazenada nos aquíferos mais superficiais, ou origina fontes. Em áreas com rochas aflorantes, declividade alta e sem cobertura vegetal, considerando-se ainda o caráter argilo-siltoso preponderante e uma tectônica essencialmente plástica, o escoamento superficial é muito rápido e a capacidade de infiltração pouco significativa. Por outro lado, os mantos de cobertura, dependendo principalmente de suas características dimensionais e hidrodinâmicas, da natureza geológica do contato com a rocha subjacente e das relações de carga hidráulica entre o aquífero livre e o fraturado, podem proporcionar a este último uma recarga indireta, lenta e contínua.

Os litotipos metamórficos subjacentes ao manto de intemperismo são dobrados e fraturados, como resultado dos vários eventos tecto-orogênicos que afetaram a região. Mostram porosidade e permeabilidade primárias insignificantes, mas em zonas de fraturas estas porosidades e permeabilidades são aumentadas. Portanto, estes aquíferos são, do ponto de vista hidrodinâmico, heterogêneos, anisotrópicos e com extensão lateral finita – como pode ser observado a partir de seus baixos valores – mas amplo intervalo de variação, de capacidade específica.

A caracterização geométrica dos aquíferos é importante para a determinação do volume de cada sistema de reservatório, e para o cálculo do volume total disponível.

A distribuição espacial de cada aquífero foi calculada a partir do mapa geológico. Devido à grande extensão do manto de cobertura detrito-laterítico/

latossolo, computaram-se apenas as rochas aflorantes, mas, tentativamente, por meio de fotografias aéreas e dados de campo, procurou estimar-se a área de ocorrência de todas as litologias imediatamente subjacentes ao manto de cobertura.

O aquífero fissural, por sua própria natureza heterogênea e anisotrópica, e por suas constantes descontinuidades, não apresenta parâmetros hidrodinâmicos constantes, variando de um ponto a outro do mesmo material (Freeze e Cherry, 1982), como pode ser visto nos valores das capacidades específicas dos poços perfurados em rochas pré-Cambrianas.

As características hidrodinâmicas do aquífero fissural são influenciadas pelos seguintes fatores pertinentes às fissuras: amplitude, abertura, forma e rugosidade das paredes, frequência ou espaçamento, número de famílias ou sistemas, porosidade e permeabilidade da matriz rochosa e propriedades do material que preenche as fissuras.

Para a determinação das características hidrodinâmicas, coeficiente de armazenamento e transmissibilidade de cada sistema aquífero da área, foram interpretados testes de bombeamento, executados por empresas de perfuração de poços. Os dados obtidos nos ensaios foram interpretados segundo o método de Jacob-Theis, analisando-se as curvas de rebaixamento(m) x tempo(min), as curvas $Sw/Q \times \log t/r_w^2$ (Jacob e Lohman, 1952), nas quais Sw =rebaixamento(m), Q =vazão(m³/min), t =tempo(min), r_w =raio efetivo do poço(m).

Os resultados dos ensaios de bombeamento mostram uma transmissibilidade mínima de $2,6 \times 10^{-4}$ m²/min, média de $1,5 \times 10^{-2}$ m²/min e máxima de $8,0 \times 10^{-2}$ m²/min; para coeficientes de armazenamento, o valor mínimo é de $3,0 \times 10^{-4}$, média de $2,1 \times 10^{-2}$ e máximo de $7,3 \times 10^{-2}$. Os dados do CNEC (op. cit.) mostram o mínimo de $5,0 \times 10^{-4}$ m²/min, a média de $3,5 \times 10^{-2}$ m²/min e o máximo de $1,4$ m²/min, para os valores de transmissibilidade, enquanto o coeficiente de armazenamento tem o mínimo de $9,2 \times 10^{-7}$, a média de $1,4 \times 10^{-3}$ e o máximo de $3,5 \times 10^{-3}$.

Os valores de coeficiente de armazenamento dos poços ensaiados indicam que alguns poços são confinados e outros semiconfinados, com os coeficientes de armazenamento na grandeza de 10^{-2} a 10^{-3} . Este fato é de se esperar pois o manto de intemperismo, camada imediatamente superior aos aquíferos fraturados, atua-lhes na alimentação.

Não foi encontrada nenhuma relação entre vazão e profundidade ou entre vazão específica e profundidade.

O conjunto manto de intemperismo/metamorfitos compõe um conjunto aquífero misto, poroso e fendilhado; hidráulicamente, é conectado e, hidrogeologicamente, relacionado. Deve ser aproveitado em conjunto, por poços profundos, tendo-se o cuidado de isolar-se a porção mais superficial, a fim de evitar-se poluição do poço e do aquífero mais inferior.

9. Geologia

9.1 Geologia Regional

A Província Tocantins situa-se entre os crátons Amazônico e do São Francisco, limitando-se a norte e sul, respectivamente, pelas bacias sedimentares do Parnaíba e do Paraná. A Província Tocantins pode ser subdividida em três regiões estruturalmente distintas: a central, que corresponde em maior parte ao Maciço Mediano de Goiás; a oriental, que coincide aproximadamente com as faixas de dobramentos Uruaçu e Brasília; a ocidental, com a faixa de dobramentos Paraguai-Araguaia (Almeida e Hasui, 1984). O Distrito Federal está inserido no limite entre as faixas de dobramentos Uruaçu e Brasília.

Faria (1995) apresentou a seguinte coluna estratigráfica para a região do Distrito Federal.

SEQÜÊNCIA DEPOSICIONAL		FÁCIES SEDIMENTARES	SISTEMAS DEPOSICIONAIS
GRUPO CANASTRA	UNIDADE C 150m	FILITO. Filitos a sericita e clorita, filitos carbonosos, crenulados. Ocasionalis lentes de calcários. Quartzitos e quartzitos miloníticos. Delgadas intercalações de calcixisto na base.	Marinho
	UNIDADE B 50m	CALCIXISTO. Alternância de leitos claros ricos em carbonato e/ou quartzo, com leitos escuros ricos em clorita, sericita e biotita.	Marinho
	UNIDADE A 150m	MICAXISTO. Muscovita-quartzo xistos, lentes de quartzitos miloníticos finamente foliados. Quartzitos finos a médios. Ocasionalis lentes de calcário a calcixisto.	Marinho
	PC 150m	ARGILO-CARBONATADA. Metargilitos, ardósias, metassilitos, lentes de calcário e raros dolomitos com estromatólitos. Ocasionalis bancos de quartzito médio a microconglomerático, com espessuras de 30cm a 4m.	Plataforma pelítica, com carbonatos de águas rasas e tempestitos occasionalis.
	R ₄ 100m	METARRITMITO ARGILOSO. Metassilitos, metargilitos, quartzitos finos feldspáticos, camadas centimétricas tabulares, acamamento ondulado-lenticular localmente presente, marcas onduladas, raras estruturas de contração, cruzadas por ondas, estrutura <i>hummocky</i> .	Plataforma pelítica com tempestitos occasionalis.
	Q ₃ 25m	QUARTZITO MÉDIO. Subarredondado, bem selecionado, onduladas assimétricas, estratificação cruzada tabular, acanalada e espinha de peixe, lentes de metarritmito, laminações síltico-argilosas na base.	Plataforma arenosa dominada por ondas e correntes de maré.

Continua

SEQÜÊNCIA DEPOSICIONAL		FÁCIES SEDIMENTARES	SISTEMAS DEPOSICIONAIS
GRUPO PARANOÁ	R ₃ 150m	<p>METARRITMITO ARENOSO. Metassiltitos, metargilitos, quartzitos <i>wavy-linsen</i>, marca ondulada, estrutura de contração, cruzadas por ondas, raras estruturas <i>hummocky</i>.</p> <p>Metargilito e metassilito vermelhos, maciços e laminados.</p> <p>Alternância de metassiltitos e quartzitos finos, centimétricos, geometria lenticular a ondulada, com laminações cruzadas por ondas, estruturas de contração, estrutura <i>hummocky</i>.</p> <p>Quartzito fino de até 12m de espessura, laminado, laminações argilosas, estrutura tipo <i>hummocky</i>.</p> <p>Alternância de quartzitos finos, espessura de até 50cm, geometria ondulada lenticular, estrutura <i>hummocky</i>, metassiltitos e metargilitos.</p>	<p>Intermaré com eventos periódicos de tempestades.</p> <p>Plataforma dominada por tempestades.</p>
	A 60m	ARDÓSIA. Ardósias roxas, vermelhas, com bandamentos brancos e leitos centimétricos de quartzitos finos e metassiltitos no topo, com estrutura <i>hummocky</i> .	Plataforma pelítica com tempestitos no topo.
	S 130m	METASSILTITO. Metassiltitos argilosos, cinza claros, vermelhos a brancos, laminados, sericíticos, intercalações de até 5m de espessura de quartzito médio, localmente grosso, de geometria lenticular. Metarritmito na base, estruturas de contração.	Plataforma pelítica com tempestitos ocasionais.
	Q ₂ 70m	QUARTZITO MICROCONGLOMERÁTICO. Quartzitos médios a grossos, com leitos microconglomeráticos no topo, cor rosa, bem selecionados, arredondados a subarredondados, algo feldspáticos, estratificações cruzadas plano paralelas e acanaladas, ocasionais intercalações métricas lenticulares de metarritmito.	Plataforma arenosa dominada por ondas e corrente de maré.

9.2 Geologia Local

Durante os trabalhos de campo, foram mapeados tipos litológicos pertencentes aos Grupos Canastra e Paranoá e coberturas detrito-laterítica e aluvionar.

O Grupo Canastra, que cobre cerca de 15% da área, é constituído por rochas metamórficas de baixo grau, do fácies xisto verde, composto por filitos com ocasionais lentes de quartzito. Sobrepe-se às litologias do Grupo Paranoá em contato tectônico, resultante de um empurrão com vergência para leste. As principais litologias do Grupo Canastra compreendem clorita-sericita filito, quartzitos e sericita-quartzo filito. A relativa impermeabilidade dos filitos, aliada ao tipo de topografia sub-montanhosa que lhes é característica, permite uma fácil desagregação e lixiviação do material solto em superfície, inibindo a formação de solo regular e profundo, mas originando um manto de 15 a 40cm de um cambissolo concrecionário, sobre o qual se desenvolve uma vegetação rala.

O Grupo Paranoá está representado, na área de estudo, por todas as unidades descritas por Faria (op. Cit.).

A Cobertura detrito-laterítica, de idade Cenozóica, possui espessura variável de região para região, e mascara, sobretudo, as rochas de idade Proterozóica. A espessura deste manto depende de vários fatores tais como topografia, cobertura vegetal e rocha original. É constituída por latossolos e lateritas: conglomeráticas, com seixos de quartzito, metassilito e metargilito, cimentados por óxidos de ferro; oolíticas; psolíticas; ou brechóides. As lateritas oolíticas, psolíticas e brechóides em geral capeiam as litologias do Grupo Canastra e possuem espessuras de até 2m. O latossolo e a laterita conglomerática são comuns sobre litotipos do Grupo Paranoá, perfazendo perfis com até 50m de espessura na porção central da área mapeada.

A Cobertura Aluvionar Recente ocorre em áreas restritas, algumas vezes em vales encaixados, com espessura máxima de seis metros e média de um metro. Sua constituição varia de local para local, podendo ser argilosa; arenosa, fina a grossa, mal classificada; com seixos centimétricos de composição variada; com matéria orgânica.

9.3 Geologia Estrutural

Um meio rochoso, como qualquer meio sólido descontínuo, está sujeito a diferentes tipos de deformações, em função de suas características elásticas e mecânicas e do estado de tensões a que está submetido. Na evolução geológica de um conjunto de rochas, esses fatores são extensamente condicionados pela variação de profundidade. Assim é que, a grandes profundidades, predominam os elevados estados de tensões compressivas e as altas temperaturas, condicionando uma deformação plástica do meio, com deformações por dobramentos e recristalizações

de minerais, sem contudo desenvolver a deformação rúptil, enquanto que a pequenas profundidades, é menor o efeito da temperatura sobre as características mecânicas da rocha e o estado de tensões é muito variado, permitindo a deformação rúptil das rochas em diversos estilos e direções (Ramsay e Huber, 1987).

O extenso manto de intemperismo da área em estudo inibe deduções maiores sobre a geologia estrutural dos termos Proterozóicos, cuja elucidação, por outro lado, foge ao tema central do presente estudo, ainda que haja uma forte relação entre estruturas e aquíferos fissurais. O tratamento das estruturas visa embasar as feições características dos aquíferos em terrenos metamórficos, para sua posterior análise. Assim, para facilitar a análise estrutural como base para o estudo hidrogeológico da área, esta foi dividida em dois domínios de comportamento rúptil distintos, quais sejam, domínio das rochas do Grupo Paranoá e domínio das rochas do Grupo Canastra. A deformação dúctil foi analisada conjuntamente para os Grupos Paranoá e Canastra.

- **Deformação dúctil.** As estruturas resultantes da deformação dúctil podem ser atribuídas a dois eventos compressivos, respectivamente de orientação W-E e N-S. O Distrito Federal está localizado em estrutura dômica, resultante da interferência de duas compressões ortogonais. Durante o arqueamento, causado pelo segundo evento compressivo, as rochas dos Grupos Paranoá e Canastra foram soerguidas, e as litologias do Grupo Canastra, que estavam tectonicamente sobrepostas ao Grupo Paranoá, foram erodidas, permitindo a exposição dos litotipos deste último. As duas fases de compressão podem representar apenas uma única fase, que sofreu, em seu estágio final, rotação à qual se associaram falhamentos transcorrentes.
- **Deformação rúptil.** A deformação modifica a estrutura e o arranjo espacial das rochas. O tipo de estrutura resultante depende da natureza litológica e das características mecânicas das rochas. Ramsay e Huber (op. cit.) definem fratura como uma estrutura desenvolvida no domínio rúptil, e que são largamente distribuídas até 10km de profundidade, onde as temperaturas e pressões de confinamento são relativamente baixas. O termo engloba as diáclases e as juntas, as fraturas de extensão, as juntas estilolíticas e as falhas.

Van Golf-Racht (1982, in: Domenico e Schwartz, 1990) cita três casos em que podem ocorrer fraturas relacionadas à tensão: em resposta ao dobramento e falhamento; profundidade da erosão, a qual produz tensões diferenciais que podem causar fraturas; redução do volume da rocha (quebramentos de redução) onde a água é perdida, por exemplo, em argilas.

Juntas, falhas e outras fraturas tendem a fechar em profundidade devido ao peso do material sobrejacente e, conseqüentemente, os distúrbios de superfície penetram pouco na superfície (Davis e DeWiest, 1966).

A deformação rúptil que atuou na área é resultado dos eventos tectônicos que se sucederam durante sua evolução. Os falhamentos, fissuras e fraturamentos

da área pertencem a duas categorias distintas de origem: relacionados aos eventos compressivos, N-S e E-W; relacionados a evento tectônico final onde se desenvolvem falhamentos normais a partir de antigas zonas de fraqueza, fraturas e falhas dos eventos anteriores.

Para a análise da deformação rúptil da área, a mesma foi dividida em dois domínios litologicamente distintos, que são: o domínio das rochas do Grupo Canastra e o domínio das rochas do Grupo Paranoá.

Dado que a porosidade e a permeabilidade primárias das rochas mapeadas são muito baixas devido ao metamorfismo, as fraturas, falhas e fissuras são de extrema importância para as características hídricas da área de estudo, pois geram porosidade e permeabilidade secundárias.

As fraturas aflorantes são geralmente fechadas e lisas. Porém fraturas abertas preenchidas por sílica também ocorrem, mas em muito menor proporção.

10. Conclusões e Recomendações

As águas subterrâneas constituem um bem mineral de extensão regional e que são de grande importância nas relações homem-meio ambiente. Assim, a pesquisa desenvolvida apresenta metodologia adotada para a determinação das relações entre águas superficiais e águas subterrâneas, que engloba um dos vários estudos que podem ser desenvolvidos acerca de águas subterrâneas.

Os estudos desenvolvidos permitiram determinar qualitativamente e de maneira quantitativa preliminar, as relações de interação entre aquíferos fissurais e o Lago Paranoá, por meio de análises de diversos fatores.

O primeiro fator que mostra que os aquíferos atuam na recarga do Lago é topográfico, uma vez que este se situa no vale da bacia do Paranoá. Esta é uma condição preliminar para um lago ser alimentado pelas águas subterrâneas.

O balanço hídrico fornece resultados importantes para determinar que os aquíferos fissurais contribuem para a alimentação do Lago Paranoá. Estes resultados foram complementados com informações geoquímicas e com a elaboração do mapa de superfície piezométrica.

A superfície piezométrica mostra que o Lago se localiza numa bacia em direção à qual ocorre o fluxo das águas subterrâneas dos aquíferos fissurais, sendo que os limites desta bacia coincidem com os divisores dessas águas, locais onde ocorrem os pontos de estagnação. Os pontos de estagnação são de extrema relevância na determinação de que os aquíferos fissurais atuam na recarga do Lago.

A grande dispersividade dos resultados das análises químicas não permite determinar as relações entre os tipos de água e a respectiva unidade geológica, fato justificado pela heterogeneidade litológica das diversas unidades geológicas mapeadas.

A distribuição de íons de cloreto mostra não haver interferência significativa das águas do Lago nos aquíferos fissurais, sendo que ainda podem ser definidas três possíveis zonas de contaminação, cujas origens não foram determinadas.

Os ensaios de bombeamento revelam poços de baixa capacidade específica, o que está concordante com o fato de os aquíferos serem fissurais. Estes ensaios de bombeamento mostram, ainda, que os aquíferos fissurais comportam-se como aquíferos semiconfinados, com coeficiente de armazenamento variando de 10^{-3} a 10^{-4} , uma vez que são alimentados pelo manto de cobertura que lhe é sobreposto. Os baixos valores de transmissibilidade dos aquíferos fissurais mostram sua baixa potencialidade para a exploração de grandes quantidades de água. Portanto, poços nesses aquíferos não podem ser utilizados para a exploração de grandes quantidades de água.

O estudo desenvolvido, por ser pioneiro, não pretende determinar o quanto os aquíferos fissurais contribuem para as águas do Lago Paranoá, mas apenas verificar a existência da relação entre esses aquíferos e o Lago. Dentro deste contexto, o balanço hídrico do Lago fornece as informações necessárias e suficientes que, posteriormente, foram calcadas por dados geoquímicos e hidrodinâmicos dos aquíferos fissurais.

Para refinamento do cálculo do balanço hídrico do Lago, devem ser feitas determinações de campo do valor do coeficiente de “runoff”, para o cálculo do escoamento direto e devem ser aferidos os cálculos das vazões vertidas e turbinadas.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, F.F.M. e HASUI, Y. (1984). *O Pré-Cambriano do Brasil*. São Paulo: Edgard Blucher Ltda, 378 p.
- AZEVEDO, J. A. (1981). *Recursos hídricos e irrigação dos solos sob cerrados*. Goiânia: UFGO, 39 p.
- BORN, S. M., SMITH, S. A. e STEPHENSON, D. A. (1989). *Hydrogeology of glacial-terrain lakes, with management and planning applications*. Journal of Hydrology, New York: pp. 7-43.
- BRAUN, O.P.G. (1971). *Contribuição à geomorfologia do Brasil Central*, Rev. Bras. Geogr. 32(3), São Paulo: pp. 3-39.
- BRAUN, O.P.G. (1980). *Revisão estratigráfica na área central de Goiás*, Anais XXXI Congr. Bras. Geol. (2), Camboriú: 705-719.
- CAESB (1978). *Hidrologia da região do Distrito Federal*. Relatório Final. Brasília: 214 p.
- ____ (1987 a). *Inventário hidrogeológico do Distrito Federal*, vols: 1,2,3, Brasília.
- CODEPLAN (1984 a). *Atlas da Distrito Federal*, vol. II, Brasília: 383 p.
- ____ (1984 b). *Atlas da Distrito Federal*, vol. I, Brasília: 79 p.
- COMMITTEE HYDROLOGY (1957). *Hydrology handbook*, Amer. Soc. of Civil Engineers. Manuals of Engineering Practice, nº 28, New York: 184 p.

- DAVIS, S.N. e DEWIEST, R.J.M. (1966). *Hydrogeology*. New York: John Wiley e Sons, 463 p.
- DNEMET (Instituto Nacional de Meteorologia). *Climatologia do Distrito Federal*, INEMET, inédito, Brasília: 80 p.
- DOMENICO, P. A. e SCHWARTZ, F. W. (1990). *Physical and chemical hydrogeology*. New York: John Wiley e Sons, 824 p.
- EITEN, G. (1984). *Vegetation of Brasília*, Phytocoenologia, Stuttgart: 12(3-4): 271-292.
- ____ (1990). “Vegetação do Cerrado”. In: Novaes Pinto (org.), *Cerrado: caracterização, ocupação e perspectivas*. Editora UnB e SEMATEC, Brasília: pp. 9-65.
- EMBRAPA (1978). *Levantamento de reconhecimento dos solos do Distrito Federal*. Brasília: 455p.
- ____ (1986). *Aspectos sobre o manejo da irrigação por aspersão para o cerrado*. Circular Técnica, no. 16, Brasília: 52 p.
- ____ (1988). *Crítérios para distinção de classes de solos e de fases de unidade de mapeamento*. Normas em uso pelo SNLCS. Documentos SNLCS, nº 11, Brasília: 67 p.
- FEITOSA, F.A.C. e MANOEL FILHO, J. (Coord.) (1997). *Hidrogeologia – conceitos e aplicações*. CPRM, Fortaleza: 389 p.
- FETTER JR., C. W.(1980). *Applied hydrogeology*. Upper Saddle River: A Bell e Howell Company, 488 p.
- FREEZE, R. A. e CHERRY, J. A. (1982). *Groundwater*. New York: Prentice-Hall, Inc., 604 p.
- HERINGER, E. P., BARROS, G. M., RIZZO, J. A. e RIZZINI, C. T. (1977). *A Flora do Cerrado*, IV Simp. sobre o Cerrado, Brasília: pp. 211-232.
- LINSLEY JR., R. K., KOHLER, M. A. e PAULHUS, J. L. H.(1980). *Applied hydrology*. New York: McGraw Hill Inc., 689 p.
- MANDEL, S. e SHIFTAN, Z. L. (1981). *Groundwater resources, investigation and development*. New York: Academic Press Inc., 269 p.
- NOVAES PINTO, M. (1990). “Caracterização geomorfológica do Distrito Federal”. In: *Cerrado – caracterização, ocupação e perspectivas*. Brasília: Edunb, pp. 277-308.
- RAMSAY, J.G. e HUBER, M.I. (1987). *The techniques of modern structural geology*, vol. 2 – Falas and Fratures. London: Academic Press, 700 p.
- RATTER, J. A. (1980). *Notes on the vegetation of fazenda Água Limpa (Brasília, DF, Brasil)*, Royal Botanic Garden, III.
- REEVE, C. e WATTS, J. (Ed.) (1994). *Groundwater – drought, pollution e management*. Rotterdam: A.A. Balkemas, 264p.
- RIZZINI, C. T. (1962a). *Preliminares acerca das formações vegetais e da reflorestamento no Brasil Central*, Serviço de Informação Agrícola, Rio de Janeiro: 79 p.

- RIZZINI, C. T. (1962b). *A flora do Cerrado; análise florística das savanas centrais*. Simp. sobre o Cerrado, Brasília: pp. 105-154.
- SOMLYÓDY, L. (1987). *Assessment of sanitary and environmental characteristic of the São Bartolomeu river and Lake Paranoá basins*. 2º Relatório de Visita, Brasília: 42 p.
- TSIOURTIS, N.X. (Ed.) (1995). *Water Resources Management under Drought or Water Shortage Conditions*. Rotterdam: A.A. Blakema, 311p.
- VILLELA, S.M. e MATTOS (1975). *Hidrologia aplicada*. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 245 p.
- WALTON, W. C. (1970). *Groundwater resource evaluation*. New York: McGraw-Hill, Series in Water Resources and Environmental Engineering, 664 p.
- WALTON, W. C. (1990). *Principles of groundwater engineering*. Michigan: Lewis Publishers, 546p.
- WINTER, T. C. (1976). *Numerical simulation analysis of the interaction of lakes and ground water*. New York: U. S. Geol. Survey Prof. Paper 1001, 45 p.
- WINTER, T. C. (1978). *Numerical simulation of steady state three-dimensional groundwater Flow Near Lakes*. New York: Water Resources Research, v. 14, nº 2, pp. 245-254.

Resumo

O Lago Paranoá foi criado pelo barramento do ribeirão homônimo com finalidades recreacionais, paisagísticas e de melhoria do clima do Distrito Federal. Para a sua recarga contribuem as águas de seus tributários, as águas tratadas nas Estações de Tratamento de Esgotos, a precipitação direta sobre sua superfície e o escoamento superficial sobre áreas não monitoradas e, inclusive, as águas subterrâneas. Para explicar a relação entre aquíferos fissurais e o Lago foi desenvolvido este estudo, para o qual foram elaborados o cálculo do balanço hídrico, os levantamentos geológicos e hidrogeológicos da área e análises químicas das águas do Lago e dos aquíferos.

Palavras-chave: Lago Paranoá, aquíferos, balanço hídrico.

Abstract

The Paranoa Lake is an artificial reservoir generated by the Paranoá Dam. It was built looking for climate change in the Distrito Federal area. The reservoir recharge is due to the rivers and streams, city's sewer system, direct precipitation, basin runoff and ground water. The study attempted to establish the relationship between the

lower aquifers and the lake. It was used the hydrologic equation, ground water surface analysis an chloride analysis.

Key words: Paranoa Lake, aquifers, hydrologic equation.

Resumen

El Lago Paranoá fue creado por la represa del río de mismo nombre, con finalidades recreativas, paisajísticas y como mejoría del clima del Distrito Federal. Para su recarga contribuyen las aguas de sus tributarios, las aguas tratadas en sus Estaciones de Tratamiento de Sumideros, la precipitación directa sobre su superficie y el escurrimiento superficial sobre áreas no monitoradas e, incluso, las aguas subterráneas. Este estudio fue desarrollado para explicar la relación existente entre acuíferos fisurales y el Lago, para el cual fueron elaborados el cálculo de ecuación hídrica, los levantamientos geológicos e hidrogeológicos de la región y análisis químicas de las aguas del Lago y de los acuíferos.

Palabras clave: Lago Paranoá, acuíferos, ecuación hidrica.

Derival Reis de Almeida

Estudante de Direito, Secretário de Educação do Município de Buritis, Minas Gerais e Membro do Partido Popular Socialista (PPS).

Manoel Moacir Costa Macêdo

PhD em Sociologia pela Universidade de Sussex, Inglaterra. Pesquisador da Embrapa, e Professor de Sociologia da UPIS.

Desenvolvimento local: gestão ou controle social?

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável* – Brasília – Ministério Extraordinário da Política Fundiária, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – 1998 – 105 p.

Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Sustentável, de Sérgio Buarque, apresenta uma proposta metodológica, com o objetivo de atender à demanda da Diretoria de Assentamentos do INCRA. O livro consta de dois extensos capítulos distribuídos de forma organizada em suas 105 páginas. O autor apresenta um argumento holístico de desenvolvimento e planejamento local e municipal sustentável. Procura, de forma clara e simples, relacionar criticamente globalização, planejamento e desenvolvimento local. Por não se tratar de uma obra empírica, o autor recupera diversas contribuições bibliográficas e inovações metodológicas úteis para o desenvolvimento municipal e comunitário.

Dentro dos aspectos conceituais, o autor destaca que somente é possível a prática do desenvolvimento local e municipal caso exista uma efetiva mobilização popular em torno de um projeto participativo. Para ele, “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo” (p.10). O projeto de mobilização fortalece o espírito democrático e permite que os cidadãos tenham o controle da gestão social. As convergências de cada ato social, no contexto da comunidade ou do município, são de grande relevância na determinação das prioridades e orientações básicas do desenvolvimento capazes de promover a sustentabilidade e possibilitar a dinamização social requerida para transformar a realidade.

O autor aborda, de forma simples e expressiva, os aspectos da localidade no contexto da globalização. Nesse sentido, mostra a globalização e o desenvolvimento local como “dois pólos de um mesmo processo complexo e contraditório” (p.11). Globalização é uma exigência do capitalismo que, de forma contraditória, integra e desagrega, padroniza e uniformiza.

Assim, “[a globalização] tanto pode levar a uma desestruturação e desorganização da economia e da sociedade local, quanto pode abrir novos espaços de desenvolvimento, recriando brechas nos mercados locais e regionais” (p.13 e 14). É importante verificar que, mesmo de forma contraditória, a globalização estimula a competitividade, na qual a acumulação de capital é o condicionante competitivo das nações. O contexto da economia globalizada, mesmo na sua forma ambígua, é importante para a economia local que, “pela sua natureza, representa a implantação e a difusão de um novo paradigma de desenvolvimento que altera os padrões de concorrência e competitividade” (p.12). Assim, é necessário observar que não existe o global sem o local. A produção acontece no local, e as vantagens competitivas são viabilizadas no global.

O autor apresenta, ainda no primeiro capítulo, a relação entre desenvolvimento local e descentralização, como “processos distintos e relativamente independentes, embora quase sempre interligados e complementares” (p.16). A descentralização, em sua essência, é fundamental para o desenvolvimento local e municipal, favorece o trabalho da gestão social, em um ambiente de conflito político e social. O fundamental “é a transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias agregadas para unidades espacialmente menores [com a] escala de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolha e definições sobre prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos.” (p.16).

No segundo capítulo, o autor apresenta, de forma clara, o que ele chama de planejamento municipal. A *municipalização* não deixa de ser uma forma de descentralização, no qual os municípios, por meio de seus administradores, organizam a política e a gestão governamental. Com base em suas potencialidades endógenas, o município com efetiva capacidade de decisão ocupa um espaço mais amplo e autônomo, o que facilita nas escolhas e definições de suas prioridades. O autor chama isto de “descentralização administrativa das políticas incluindo os assentamentos de reforma agrária” (p.19). A municipalização não deve ser confundida com *prefeiturização*. Os executivos municipais precisam ser habilidosos e não devem ocupar-se exclusivamente com as responsabilidades restritas ao poder político, mas mobilizar a sociedade, para que todos tenham uma participação ativa, efetiva e decisória. Para tanto, o poder municipal deve incentivar a criação de associações, conselhos municipais, pequenas cooperativas e organizações não-governamentais.

O autor, em seu questionamento sobre o planejamento, indaga: “para que serve o planejamento?” Ele mesmo responde: “para sistematizar e conferir racionalidade e integração lógica às ações e atividades diversificadas no tempo, aumentando a eficácia e eficiência das ações e seus impactos positivos na realidade.” (p.43). No contexto da localidade, o planejamento possibilita ao município ou assentamento “gerar os elementos para a formulação das opções estratégicas”. Com

um traço didático, apresenta de forma sistemática e resumida, no contexto do segundo capítulo, a seqüência das atividades de planejamento, na qual “a primeira atividade deve ser a montagem, o treinamento e a constituição de uma *equipe técnica* central [cujá principal função é] uniformização conceitual e detalhamento do plano de trabalho, estruturando as diversas atividades dentro de um cronograma” (p.62).

Finalmente, o livro representa um documento importante, com orientações técnicas e metodológicas para orientar o planejamento local sustentável. Sérgio Buarque mostra como ajustar as técnicas, orientações e propostas de desenvolvimento aos interesses daqueles que vivem e trabalham em um determinado território social.

A obra é de grande utilidade para administradores municipais, extensionistas rurais, pesquisadores interessados na problemática dos assentamentos de reforma agrária, professores, pesquisadores e estudantes do campo das ciências sociais. Todavia, cabe ressaltar que a proposta expressa pelo autor exige, dos gestores públicos, uma postura bastante especial, pois deve ultrapassar a simples exposição de conhecimentos teóricos. Cabe-lhes decidir quais os momentos mais adequados para propor ações investigativas e organizar situações que propiciem desafios necessários aos experimentos, sem ferir as potencialidades endógenas dos locais.

Normas para os colaboradores

1. Os artigos devem conter em torno de 25 laudas com 30 linhas de 65 toques; aproximadamente, 49.000 caracteres.
2. Os originais devem ser encaminhados ao Editor, em disquete, programa Word 7.0 (ou 97), com uma cópia impressa. *Usar apenas formatação padrão.*
3. Cada artigo deve estar acompanhado de resumos em português, espanhol e inglês de, aproximadamente, oitenta palavras.
4. Em seguida ao nome do autor, deve constar informação sobre a formação e a vinculação institucional com o máximo de cinco linhas.
5. Notas, referências e bibliografia devem estar de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas e colocadas ao final do artigo.
6. Resenhas devem ter cerca de 75 linhas de 65 toques, ou seja, 4.900 caracteres.

Impressão e Acabamento:



SETOR DE INDÚSTRIAS GRÁFICAS – QUADRA 02 – Nº 460 – CEP 70.610-400
BRÁSÍLIA-DF – FONES (061) 343-1300 / 343-1706 / 343-1778 – FAX: (061) 343-1495